



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**MUSEU NACIONAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

Ser piquetero, estar com os piqueteros:  
uma etnografia sobre a trama dos movimentos no sul da Grande  
Buenos Aires

Julieta Quirós

Rio de Janeiro  
Fevereiro 2006

Ser piquetero, estar com os piqueteros:  
uma etnografia sobre a trama dos movimentos no sul da Grande Buenos Aires

Julieta Quirós

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof. Dra. Lygia Sigaud

Rio de Janeiro  
Fevereiro 2006

Ser piquetero, estar com os piqueteros: uma etnografia sobre a trama dos  
movimentos no sul da Grande Buenos Aires

**Julieta Quirós**

**Prof. Dra. Lygia Sigaud  
Orientadora**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social,  
Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos  
requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em Antropologia Social

Aprovada por:

---

Profa. Dra. Lygia Sigaud (Presidente)

---

Prof. Dr. Federico Neiburg

---

Profa. Dra. Antonádia Borges

Rio de Janeiro  
Fevereiro de 2006

Quirós, Julieta.

Ser piquetero, estar com os piqueteros: uma etnografia sobre a trama dos movimentos no sul da Grande Buenos Aires / Julieta Quirós.

Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional – PPGAS, 2006.

x, 117 f. il.

Dissertação – UFRJ/Museu Nacional – PPGAS 2006

1. Etnografia, 2. Piqueteros, 3. Movimentos Sociais, 4. Política, 5. Família, 6.

Florencio Varela.

I. UFRJ / Museu Nacional / PPGAS / 2006, II. Título.

## RESUMO

### **Ser piquetero, estar com os piqueteros: uma etnografia sobre a trama dos movimentos no sul da Grande Buenos Aires**

**Julieta Quirós**

**Orientadora: Lygia Sigaud**

Resumo da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Nos últimos oito anos surgiram e proliferaram na Argentina organizações que se autodefinem como *movimentos de desempregados*. Tratam-se de movimentos que têm o *trabalho* como demanda primordial frente ao Estado e o *piquete de estrada* como o principal método de protesto –de onde se fazem reconhecer, também, pelo nome de *movimentos piqueteros*. Por meio de um trabalho etnográfico centrado em um conjunto de bairros periféricos de Florencio Varela –município do sul da Grande Buenos Aires–, esta dissertação propõe construir um ponto de vista, e uma aproximação ao ‘fenômeno piquetero’ descentrada dos movimentos como objeto de estudo.

Desde uma perspectiva relacional, esta etnografia procura restituir a experiência de *estar em um movimento piquetero* no marco de outras experiências e dimensões da vida cotidiana dos moradores de Florencio Varela. Partindo da suposição de que a participação das pessoas nas atividades dos movimentos piqueteros torna-se compreensível quando pensada em relação a uma forma de vida mais ampla –que inclui outras relações, atividades e recursos–, esse trabalho acaba explorando uma série de dimensões que abarcam: o lugar da ação estatal em Florencio Varela –uma ação onipresente em diversas políticas sociais; o universo de organizações de bairro e de partidos políticos no qual as pessoas se engajam no dia a dia; as relações de parentesco e conhecimento interpessoal como um universo chave, não só para compreender o transitar das pessoas por âmbitos diferenciados –movimentos piqueteros, organizações comunitárias, partidos políticos– mas também, para dar conta das formas de obtenção e gestão dos diversos programas e recursos estatais.

**Palavras-chave:** etnografia, piqueteros, movimentos sociais, política, família, Florencio Varela.

Rio de Janeiro

Fevereiro 2006

## ABSTRACT

**Being piquetero, being with the piqueteros:  
an ethnography about the relations within movements in the South of Greater Buenos  
Aires.**

**Julieta Quirós**

**Supervisor: Lygia Sigaud**

Abstract da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

During the last eight years organisations calling themselves *unemployed movements* have risen and proliferated in Argentina. These movements have as their primary concern the demand of *work* from the government and road pickets as the main method of protest –thus, leading to them also being known as the *piquetero movements*. Through the use of ethnographic work based in peripheral neighbourhoods in Florencio Varela –a borough in the South of Greater Buenos Aires–, this dissertation proposes a familiarisation with the ‘piquetero phenomenon’, which does not centre on the movements for the object of study. From a relational perspective this ethnography aims to reconstitute the experience of *being in a piquetero movement* as a mark upon other experiences and dimensions of everyday life for the people of Florencio Varela.

Beginning with the assumption that the participation of these people in the piquetero movements becomes understandable when thought of in relation with broader aspects of life – that include other relations, activities and resources– this work explores a series of dimensions. These involve: the place of governmental action in Florencio Varela –an omnipresence in diverse social policies; the universe of neighbourhood organisations and political parties in which people engage in daily activity; the relations of kinship and interpersonal knowledge as key not only for an understanding of the manner in which people transit different spaces –piquetero movements, communitarian organisations, political parties– but also for a view of how diverse governmental programmes and resources are obtained and managed.

**Key-words:** ethnography, piqueteros, social movements, politics, family, Florencio Varela.

Rio de Janeiro  
February 2006

A Pato,  
e ao pessoal de Varela



Faço uso deste espaço de agradecimentos para reconhecer a todos que tornaram possível este trabalho, que tornaram possíveis estes dois anos de diálogo com a antropologia brasileira, enfim, estes dois anos no Rio de Janeiro.

Durante o primeiro ano, pude realizar meu curso de mestrado como bolsista da CAPES, e durante o segundo como bolsista da FAPERJ. O apoio institucional do PPGAS, a disposição dos funcionários da Secretaria e da Biblioteca, foram fundamentais para o desenvolvimento desse curso. Agradeço especialmente aos professores do programa, em quem encontrei excelentes formadores, que deixaram sua influência através de suas disciplinas, marcadas pela qualidade acadêmica e pelo respeito para com os alunos. Quero agradecer, em particular, por sua interlocução e estímulo, a Moacir Palmeira e a Marcio Goldman; a Antonádia Borges, por ter me incluído nos seminários junto a suas orientandas Camila, Virna e Clara, um espaço prolífico onde tive oportunidade de ler etnografia e de discutir meus primeiros ensaios de descrição; a Federico Neiburg, que no início leu minha monografia de licenciatura, fazendo comentários sugestivos, e que, em momentos de dúvida, me transmitiu a confiança de que era possível –e valia a pena– dizer outras coisas sobre o fenômeno piquetero.

Quero mencionar, especialmente, a Lygia Sigaud, quem orientou esse trabalho e em quem encontrei uma interlocutora inigualável. Lygia se dedicou continuamente em leituras minuciosas, e em discussões e sugestões, que inspiraram boa parte do meu argumento. Estou agradecida, também, a suas exigências quanto aos prazos, aos seus cuidados com os verbos, e outras manias prezáveis. Sobretudo lhe agradeço pelo entusiasmo que soube transmitir, e o respaldo com o qual me acompanhou ao longo do processo que culminou nesta etnografia.

Meus colegas de curso também foram grandes interlocutores, um grupo que sabe fazer das diferenças –de ser, de fazer, e pensar antropologia– algo poderoso. Sem dúvida, eles, os chopes, e a música compartilhada, fizeram desses dois anos de mestrado uma rotina deliciosa. Agradecer aos *meninos* Flavio e Chico, a Zé Renato, a Julia, a Camila, Ana e Virna. As *meninas* formaram uma espécie de consultoria, acrescentando idéias ao meu trabalho, acompanhando momentos difíceis. Com elas compartilhei de perto alegrias e contratempos da *passagem direta*, ataques de riso, e infinitudes de episódios da vida carioca. Especialmente agradecer a Virna, La Petisita, amiga visceral, dessas que pulam de alegria por tuas

conquistas, e estão sempre aí nos momentos difíceis. Essas que te fazem esquecer que se está longe de casa.

Do outro lado da fronteira, quero começar pelas pessoas que me receberam em Florencio Varela. Os funcionários do município que me atenderam com o maior cuidado, disponibilizando mapas, quadros estatísticos e dados sobre o distrito; as pessoas de “Relaciones Institucionales” e as de “Ceremonial” fizeram o impossível para que o prefeito me recebesse em pleno calendário eleitoral; as pessoas de “Dirección Laboral” foram fundamentais para começar a elucidar o enredado mundo dos planos. Nos bairros, Roberto Martino reservou tempo para nossas conversas políticas, fascinantes para mim. Quero agradecer especialmente e dedicar este trabalho a todos que me abriram as portas de suas casas, aos que me acompanharam e deixaram-se acompanhar, aos que permitiram que me intrometesse fugazmente em suas vidas. Essa calidez fez esta etnografia, e fez de Florencio Varela um lugar para voltar. A todos eles meu máximo reconhecimento.

Em todo momento contei com o apoio dos antropólogos de sempre. Guillermo Quirós leu parte do trabalho e dedicou seu tempo para mandar seus comentários penetrantes; Ana Rosato e Mauricio Boivin sugeriram e facilitaram bibliografia em nossos encontros semestrais em Buenos Aires. Aos três agradeço pelo estímulo, e o compromisso invariável pelo meu presente e meu futuro.

Fora da antropologia, e através do telefone, meus irmãos continuaram fazendo-me rir tanto ou mais que sempre. Agradeço aos meus pais, pela presença generosa e obstinada que tiveram todo esse tempo acompanhando de perto as minúcias de minha vida. Florencia, minha mãe, juntou recortes de jornais religiosamente; Gerardo, meu pai, acabou sendo uma espécie de supervisor literário que leu e releu as versões deste trabalho, fazendo sugestões de estilo e estrutura, envolvendo-se com a etnografia e com esse mundo do mesmo modo que eu. Maragarita e Diego, com suas visitas não só tornaram a distância mais leve, como nos obrigaram a pausar este ritmo vertiginoso que foi o mestrado. Aos dois agradeço pelo apoio entusiasta e imenso, e, sobretudo, o otimismo que nos transmitiram dia após dia.

Salvador continua significando, porque continua fazendo sentido. A Florencio Varela, ao Rio, a Buenos Aires, às coisas da nossa vida. Uma vez mais suas perguntas e respostas animaram minha pesquisa de campo, e a redação do trabalho do princípio ao fim. Escrever essas páginas me remonta a dois anos atrás, quando estávamos por empreender viagem, e nos perguntávamos se tudo ia dar certo. E claro que sim.

## SUMÁRIO

Introdução.....	1
I. O mundo dos planos.....	24
II. A família de La Polaca e o Seguro Público de Saúde.....	44
III. A família Aguirre e o galpão ocupado.....	67
Final.....	100
Apêndice.....	107
Siglas.....	107
Protagonistas, em ordem de aparição.....	108
Referências Bibliográficas.....	114



# Introdução

## I. Situando o problema

A primeira vez que me apresentei numa sede de bairro de um dos movimentos piqueteros<sup>1</sup> mais importantes de Florencio Varela<sup>2</sup>, um grupo de mulheres me deu as boas vindas. Bastou que eu dissesse que estava fazendo um trabalho sobre a história de alguns bairros do município, para que uma delas me dissesse, Há um tempo estiveram aqui uns franceses que nos tiraram fotos e tudo. E logo após outra acrescentasse que “os estrangeiros” tinham se hospedado no lugar e acompanhado durante algum tempo atividades do movimento, Você quer fazer alguma coisa assim, não é?

Esses comentários, como os de associar-me “aos franceses” –ou “aos alemães”, ou “aos dinamarqueses”– foram mais que freqüentes ao longo de minhas visitas aos bairros de Florencio Varela onde, finalmente, se desenvolveu meu trabalho de campo. Em algumas ocasiões, minha presença lembrava também a de uma socióloga que havia visitado o movimento há tempos atrás, e a das câmeras de alguns programas de televisão, de teor político e documental.

Como era de se imaginar, os piqueteros estão acostumados a receber visitas de especialistas como antropólogos. Nos últimos cinco anos, a ‘questão piquetera’ tem se apresentado como objeto de interesse destacado, tanto no âmbito acadêmico quanto político, dando origem a uma vasta produção bibliográfica sobre o que veio a ser chamado de “protesto social” e “novos movimentos sociais”. Minha presença, associada a –e às vezes confundida

---

<sup>1</sup> Explicar para o leitor estrangeiro o que é *movimiento piquetero* não é uma tarefa fácil, em grande parte porque essa definição é objeto de discussão acadêmica e política. Por ora, me limito a dar uma idéia operacional do fenômeno do qual falaremos. Nos últimos oito anos diversas organizações têm surgido e proliferado na Argentina –muitas delas se auto definem como movimentos de desempregados (MTD)–, que consideram o *trabajo* como reivindicação frente ao Estado, e o *piquete* –bloqueio e ocupação de estradas e ruas– como principal método de protesto. Daí então são conhecidos, genericamente, com o nome de organizações ou movimentos *piqueteros*, e seus participantes como *piqueteros*.

<sup>2</sup> Com uma população de 348.767 habitantes, Florencio Varela é um município do sul da Grande Buenos Aires, que fica a 24km da cidade de Buenos Aires. Segundo a classificação do “Instituto Nacional de Estadísticas y Censos”, Florencio Varela faz parte do “Conurbano IV”, a região mais pobre da Grande Buenos Aires (INDEC, 2003 e 2005). Ver mapa, p.9.

com– de estrangeiros, sociólogos, jornalistas, indicava, entre outras coisas, que os piqueteros se percebem objeto de curiosidade, e que entendem também, que esse interesse transcende as fronteiras nacionais. Aqueles franceses não eram nada menos que um dos tantos grupos de acadêmicos, ativistas antiglobalização e militantes de novas esquerdas que, dia após dia, se aproximam das organizações piqueteras, seja para procurar possíveis destinos para fundos de ONG's, seja para compartilhar vivências com o que pode ser chamado de “multidão” ou “potência”<sup>3</sup>. Assim é que, por exemplo, uma ONG norte-americana promove um *reality tour* a Argentina: “The unemployed have created the piquetero movement, which fights for unemployment compensation from the government by organizing demonstrations and blocking major roads throughout the country. Visit Argentina, to better understand the collapse of the neo-liberal project and witness the possibilities that Argentine movements present in building a world beyond unfair trade, privatization, debt and structural adjustment policies”<sup>4</sup>. *Tour* esse que costuma incluir uma visita a *fábricas recuperadas*<sup>5</sup>, a empreendimentos de autogestão, e fora da Argentina, talvez ainda uma passagem por um acampamento do Movimento Sem Terra, ou um percurso pelas comunidades do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Quiçá o mais significativo de minha associação a esses visitantes tenha sido o fato dela apontar as expectativas que os chamados piqueteros tinham em relação a mim. Em poucos dias, as pessoas do movimento perceberiam que minhas caminhadas pelos bairros de Florencio Varela incluíam encontros com vizinhos intimamente vinculados a Pereyra, o prefeito do município pelo PJ<sup>6</sup>, encontros com pessoas de outros movimentos piqueteros, com

---

<sup>3</sup> Ver Negri e Cocco 2003; Colectivo Situaciones 2003.

<sup>4</sup> Ver [www.globalexchange.org](http://www.globalexchange.org) 10 de novembro de 2005.

<sup>5</sup> A partir de 2000 na Argentina se generalizaram processos de ocupação de empresas declaradas em falência. Trata-se de ocupações realizadas pelos próprios empregados que, reivindicando a defesa e continuidade dos seus postos de trabalho, voltam a pôr a produção em atividade. Essas empresas se conhecem com o nome de empresas ou fábricas *recuperadas*. Sobre o assunto pode-se consultar Fernández Álvarez 2004 e 2005.

<sup>6</sup> O Partido Justicialista (PJ) é atual expressão institucional de uma ampla corrente política originada na década de 1940, e conhecida como *peronismo* ou *justicialismo*. Esta corrente nasceu de uma coalizão de partidos que apoiaram a candidatura de Juan Domingo Perón à presidência da república. Desde então, o PJ vem ocupando um papel importante na história política e institucional do país, atravessando ciclos de governo e 17 anos de proscricão. Em 1983, com a abertura democrática, as eleições consagraram um governo encabeçado por Raul Alfonsín, da *Unión Cívica Radical*. Em 1989 o sucede Carlos Menem (PJ), que governou por dois mandatos consecutivos, até 1999. Nas eleições de outubro desse mesmo ano, o candidato do PJ, Eduardo Duhalde, foi derrotado por Fernando De la Rúa, que tinha se candidatado em nome de uma frente denominada *Alianza*. Em dezembro de 2001, um conjunto de protestos e manifestações obrigaram o presidente a renunciar; o PJ volta ao poder, primeiro através de dois governos provisórios, e depois convocando as eleições que em 2003 levaram Néstor Kirchner à presidência do país. O PJ governa o província de Buenos Aires ininterruptamente desde 1987, e o município de Florencio Varela desde 1983. Esquivando as discussões acadêmicas, neste trabalho uso como equivalentes *Partido Peronista*, *peronismo*, e as vezes, simplesmente, *os peronistas*, já que estes eram os termos que apareciam no campo.

trabalhadores de bairro associados ao município, e com empregados do posto de saúde de um programa do governo da província. Este procedimento causava estranhamento a vários integrantes do movimento: Por que você não visita outras sedes do movimento?, questionavam alguns. Os alemães percorreram todos os estabelecimentos, participaram de reuniões e assembléias, me advertiam outros. Você não pensou em entrevistar o Martino<sup>7</sup>?, me perguntou uma mulher –que prosseguiu explicando-me que a socióloga sim o havia entrevistado e que seria muito bom para mim, porque ele poderia me dar “uma visão geral de como nos organizamos”.

É que os piqueteros não só se percebem fenômeno em voga, como também estão perfeitamente habituados ao modo com o qual os especialistas costumam abordá-los. Refiro-me ao recorte que toma como unidade de observação e análise os movimentos ou organizações, procurando dar conta de seus modos de funcionamento –observando atividades como reuniões, assembléias e *marchas*<sup>8</sup>–, e de suas posições políticas –entrevistando líderes e militantes, os quais, através de uma operação metonímica levada a cabo pelos pesquisadores, assumem a voz do movimento, uma entidade que torna-se sujeito que pensa, concebe, diz, questiona, considera, aceita, rejeita, e julga.

A literatura acadêmica sobre o tema não só faz das organizações uma unidade de análise privilegiada, como também costuma acompanhar a obsessão das cúpulas dirigentes por demarcar espaços. Os autores traçam tipologias, utilizando termos que se presumem descritivos: “duros” ou “moles”, “autônomos” ou “heterônimos”, “assistencialistas” ou “políticos”, “combativos” ou “conciliadores”<sup>9</sup> costumam ser as dicotomias através das quais os movimentos são pensados –seja para dar conta de sua gênese, da natureza de sua relação com o Estado, da instalação do piquete como forma de ação coletiva, da conformação de um “novo ator social” (Svampa e Pereyra, 2004:24), seja para avaliar seus “potenciais políticos” (Lengueta, 2002:55).

Se estas perguntas e esta sociologia dos *movimentos* –ou talvez, das lideranças– constituem o olhar dominante pelo qual a questão piquetera tem sido abordada, aqui me

---

<sup>7</sup> Roberto Martino, dirigente do movimento piquetero em questão.

<sup>8</sup> O termo *piquete* costuma reservar-se para fazer referência ao ato de ocupar e interromper o trânsito de estradas, pontes e ruas, *marcha* (passeata) se refere a uma modalidade de protesto em que a coluna mobilizada percorre um caminho pautado –ainda que bloqueando ruas–, até chegar a um ponto de destino específico, que costuma ser a frente de um órgão do governo. Nos últimos dois anos, os movimentos piqueteros recorreram mais à *marcha* que ao *piquete*, em grande parte pelo descrédito que o piquete tem sofrido perante a opinião pública. É por isso que neste trabalho escutaremos falar mais de *marchas* do que *piquetes*.

<sup>9</sup> Ver Svampa e Pereyra 2004:55-72; Isman 2004:65-87; Delamata 2004:33-66; Mazzeo 2004:45-74; Almeyra 2004:145-146; Rauber 2003:21-27. Cabe esclarecer que as citações da bibliografia em espanhol foram, em todos os casos, traduzidas por mim para o português.

proponho partir de outro ponto de vista. Este trabalho se propõe tomar como sujeito as pessoas que participam das atividades dos chamados movimentos piqueteros, procurando relacionar essa participação com outras dimensões da vida social em que elas estão imersas. Inicialmente, esta perspectiva tem origem em meu próprio desconforto em relação a essa literatura que, com raras exceções<sup>10</sup>, isola os movimentos, desligando-os não só do contexto social de que fazem parte, mas também da vida dos seus integrantes.

Foi com esta inquietude que no início de 2005 parti para Florencio Varela, a princípio não para realizar um “trabalho de campo”, mas sim para ter um mínimo contato com esse mundo que, através dos textos, parecia tão árido. Naquele momento, meu projeto de dissertação de mestrado se propunha fazer uma revisão crítica da bibliografia sobre o fenômeno piquetero, fenômeno ao que me aproximaria empiricamente somente no doutorado. Sendo assim, os autores seriam meus nativos, e suas categorias e pressupostos, meu problema de pesquisa. A visita a Florencio Varela não era mais que um complemento subsidiário deste trabalho bibliográfico.

No entanto, ao chegar em Varela me confrontei com algo maior que um mundo de piqueteros. Entre outras coisas, os bairros periféricos do distrito me revelaram um mundo social marcado pelo desemprego, subemprego e o trabalho precário, em que os chamados *planos de emprego* e *planos sociais*<sup>11</sup> tinham uma onipresença evidente. À medida que transcorriam meus dias em Varela, fui percebendo a complexidade desse mundo de planos e siglas governamentais que todos manejavam com destreza. Percebi que não só se tratava de planos de diferentes tipos, como também, que os meios para adquiri-los eram vários: um *plano* podia ser obtido através de contato com um *político*; podia ser obtido *inscrevendo-se* nos padrões do município; podia ser obtido, também, *inscrevendo-se* em um movimento piquetero. Fui percebendo ainda que as mesmas pessoas que desempenhavam atividades nesses movimentos articulavam relações com outras organizações do bairro; que essas pessoas agregavam ao *plano* adquirido recursos provenientes de outras políticas do governo; e que nessa agregação, as relações familiares –e a unidade familiar– ocupavam um lugar essencial.

---

<sup>10</sup> Embora Manzano (2004) trace um recorte organizacional –duas organizações piqueteras em La Matanza, Grande Buenos Aires–, seu trabalho se propõe vincular as ações de protesto com a vida cotidiana do bairro como território social, e com as trajetórias dos que integram essas organizações. Auyero (2002a, 2002b) recorta como objeto certas ações de protesto, procurando reconstituir o contexto a as circunstâncias locais dessas ações, como também, restituir o sentido que têm para alguns de seus protagonistas.

<sup>11</sup> Desde 1996 os governos nacional e estadual lançaram diversos tipos de subsídios para desempregados chamados de *planos de emprego*. Atualmente, um elemento comum a quase todos eles é sua quantia, de 150 pesos mensais por beneficiário (aproximadamente 50 dólares). Além do mais, a maioria dos planos exige ao destinatário uma contraprestação de trabalho de 4 horas diárias, em projetos comunitários, produtivos ou educativos.



Em Florencio Varela nem todos os desempregados eram *piqueteros*, nem todos tinham *plano*, e nem todos que tinham o *plano* o tinham obtido da mesma forma. De repente, fazer parte de uma organização piquetera me aparecia como uma alternativa dentro de um universo mais amplo de possibilidades de vida, e uma aproximação ao fenômeno ganhava mais sentido se essas organizações fossem entendidas nesse universo. Quanto mais eu entrava nesse mundo, a literatura mais murchava. Em poucos dias, meu projeto originário –e meu objeto– havia se desfigurado.

Propor um olhar descentrado dos movimentos não é equivalente a substituir o objeto ‘movimentos’ por ‘piqueteros’, sobretudo porque as pessoas que *fazem piquetes* são algo mais que *piqueteros*. Não se trata apenas de demonstrar que a vida dessas pessoas não se esgota nesses movimentos, mas sim partir do pressuposto de que a vida tem outras dimensões, através das quais pode se tornar mais compreensível o fazer parte de um movimento. Nesse sentido diria que minha perspectiva está animada por um espírito malinowskiano. Como o *kula*, ou a magia dos hortos, o estar num movimento piquetero não se explicaria por si só. Para que esses fenômenos, inicialmente estranhos, ganhem inteligibilidade, é preciso que sejam postos em relação a outros.

A literatura sobre piqueteros costuma apontar relações de causas (macroscópicas) e efeitos (microscópicos). Invariavelmente, as primeiras páginas dos trabalhos sobre a questão fazem menção ao processo de desindustrialização acarretado pelas políticas liberais implementadas desde o golpe militar de 1976; seguem pelo aprofundamento do modelo neoliberal nos anos 90, com a conseqüente retirada do Estado e o crescimento do desemprego estrutural, até chegar à constituição das organizações de desempregados, e ao piquete com forma de protesto característica dessa sociedade desproletariada<sup>12</sup>.

Aqui, Malinowski nos inspira em outra direção, quando procuramos iluminar a experiência cotidiana de formar parte de um movimento piquetero a partir de sua relação com outras experiências da vida cotidiana. Nosso ponto de partida, então, é que os movimentos piqueteros –como alguns dilemas sugeridos pela própria literatura em termos de “paradoxos” ou “contradições”– podem ser melhor compreendidos se –parafrazeando Auyero (2002b)– a “vida no piquete” for restituída no fluxo da vida.

---

<sup>12</sup> Ver Isman 2002:14-37; Almeyra 2004:19-42; Svampa e Pereyra 2002:21-24; Delamata 2004:11-15. Cabe dizer que Auyero (2002a:14; 2002b:3) é um dos poucos em advertir sobre os perigos da equação ‘desemprego + pobreza = protestos’.

Uma etnografia colocada nesses termos pode sugerir, não só que os piqueteros fazem mais que piquetes, como também não necessariamente se pensam como piqueteros. Pressupondo sujeitos indivisíveis e inequívocos, boa parte da literatura confere ao termo piquetero o estatuto de “nova identidade social”, e ao piquete o de instância privilegiada de produção dessa identidade. Cross e Cató (2002:88) escrevem, por exemplo, que “foi produzida uma passagem desde a definição negativa ‘não tenho trabalho’ a outra positiva ‘sou piquetero’”. Lenguita (2002:61) ressalta que “para seus protagonistas, ser piquetero significa que sua identidade deixou de ser associada a um trabalho, daqui em diante estará marcada pelo que se faz: bloquear a estrada”. Massetti (2004:52-94) fala do piquete como “ritual de passagem”, e como “âmbito momento” gerador de identidade social.<sup>13</sup>

Com exceção do trabalho de Manzano (2003), que procura mapear as tradições associativas nas quais esses piqueteros encontravam-se imersos historicamente, invariavelmente se costuma indicar que essa identidade –“ser piquetero”– é aquilo que vem preencher um vazio. No prólogo ao trabalho de Massetti (ibid:s/p), o sociólogo Emílio De Ípola anuncia que os movimentos de desempregados foram se afirmando nos bairros como “a voz e a demanda dos desfilados, dos que ‘perderam’ e não têm nem trabalho, nem sindicato, nem lar, nem o que comer, nem símbolos, nem espaços de pertença, nem identidade alguma”. O próprio Massetti (ibid:53) sugere o que ele chama de “hipótese de substituição” para explicar o surgimento desses movimentos, que compensariam a ausência de associações coletivas como sindical e fabril. Svampa e Pereyra (2004:222) escrevem que “a partir de 1996, os piqueteros abriram uma brecha política no mundo descoletivizado desse proletariado marginal, ao criarem redes de solidariedade, a partir da mobilização e auto-organização coletiva”. Nessa mesma direção, se postula que, como consequência das políticas neoliberais, a sociedade argentina da década de 90 haveria assistido a “uma reclusão dos sujeitos em sua esfera privada” (Cross e Cató ibid:90); diz-se que a sociedade se encontraria “fragmentada”, “descoletivizada”, marcada pela “anomia” e pelo “individualismo”<sup>14</sup>, e que o surgimento dos movimentos de desempregados, com a consequente produção de identidades, supriria essa falta.

---

<sup>13</sup> Ver também Svampa e Pereyra 2004:capítulo IV; Grimson 2003:71; Massetti 2004:12; Rauber 2003:10; Auyero 2002b:15.

<sup>14</sup> Ver Isman 2004:22,144,156; Svampa e Pereyra 2004:14,30,53,219; Delamata 2004:14. Sobre a insistência da intelectualidade argentina em pensar no tempo presente como momento de *crise* e *desintegração* social, ver Neiburg 1998:98 e ss.

Também é comum à literatura o encantar aos movimentos como protagonistas de uma “luta” orientada para a transformação social<sup>15</sup>. Essa orientação demarca fronteiras taxativas. Como bem critica Manzano (2004:157) em geral pressupõe-se que o *piquetero* –horizontal, participativo, autônomo– se opõe ao *puntero*<sup>16</sup> –clientelista, verticalista, despolitizado. Este olhar encantado leva os autores a se decepcionarem frente a certas circunstâncias. Para dar somente alguns exemplos, Grimson (2004:9,12) ressalta que os piqueteros teriam entrado num “pântano”, posto que os movimentos não estariam conseguindo conformar “novas organizações populares autônomas dos partidos e do Estado”. Svampa (2004:4,8) lembra com nostalgia que os movimentos piqueteros se originaram como portadores de uma “nova institucionalidade”, e que atualmente sua “potência criativa” estaria em retrocesso, em virtude de sua dependência frente ao Estado no que diz respeito a seu papel como mediadores na distribuição de planos de emprego.

Ao longo deste trabalho, mostrarei as dificuldades de pensar o fenômeno piquetero sob o prisma dessas afirmações. A dissolução do vínculo social, a oposição puntero/piquetero, o piquete como evento formador de identidade, a dependência e cooptação em relação ao Estado, todas elas afirmações que um ponto de vista etnográfico desafia. Nesse sentido, me interessa realçar que, antes de proporcionar novas respostas às velhas perguntas, através desta dissertação proponho chamar a atenção a outras perguntas possíveis com as quais o fenômeno piquetero possa ser interrogado.

No que segue, faço uso de alguns fragmentos de minha entrada no campo para mostrar como alguns desses interrogantes foram construídos.

---

<sup>15</sup> Trata-se de um encantamento que, no contexto de um debate público e político sobre quem são esses piqueteros e por que fazem piquetes, procura tomar uma posição frente a outra visão –embora de uma outra forma– também encantada. Assim, à equação piquetero = vagabundo, defendida por um dos pólos do debate, a literatura contrapõe a equação piquetero = desempregado; e à razão material alegada para invalidar o protesto – as pessoas fazem piquetes em troca de um plano de emprego, de uma cesta básica, ou de 20 pesos–, a literatura opõe sua razão ideológica –os movimentos piqueteros lutam por uma nova sociedade, um novo projeto político. No entanto, este debate esconde um consenso (moral) no dissenso. Ambas posições pressupõem que é politicamente incorreto –e ilegítimo– mobilizar-se por um plano, por uma cesta básica, ou por 20 pesos. ‘Direita’ e ‘esquerda’ partem de uma hierarquização entre o intelectual e o material: uns censuram o funcionamento dos planos por parte dos movimentos qualificando-o como *clientelismo*; os outros também o censuram considerando-o uma demanda meramente *reivindicativa*, por trás da qual descansam as autênticas –e mais elevadas– demandas. O dissenso só começa depois, quando os primeiros sustentam que os piquetes não são –como deveriam ser– esse evento supramundano, enquanto os segundos argumentam que, por debaixo da roupagem materialista dos planos, sim o são.

<sup>16</sup> A tradução para o português poderia ser *cabo eleitoral*. *Puntero* é o termo pejorativo usado para referir-se aos que trabalham para um político ou candidato mobilizando bases e recrutando votos. Os *punteros* costumam ser o alvo predileto nas acusações de *clientelismo político*.

## II. Chegando a Florencio Varela

A escolha de Florencio Varela como lugar respondeu a uma contingência: durante minha pesquisa para dissertação de graduação –sobre a militância de um partido político de esquerda–, tive oportunidade de conhecer Manuel, um homem que morava no município e que durante algum tempo tinha estado vinculado a uma organização de desempregados. Confiando que Manuel seria minha entrada nesse universo –uma entrada alternativa a dos *movimentos*– parti para Buenos Aires. Mas lá as sucessivas tentativas de fazer contato com Manuel foram fracassadas. Depois de mais de uma semana sem notícias, quando já tinha começado a pensar lugares alternativos, foi Estela, a irmã de uma senhora que trabalha na casa dos meus pais há alguns anos, quem acabou sendo o caminho em direção a Varela.

Aos 17 anos Estela<sup>17</sup> havia deixado Corrientes, sua cidade natal, trasladando-se para a Capital, a procura de trabalho. Aí conheceu Jorge, seu atual marido, e após ter morado vários anos num bairro portenho, o casal se mudou com seus 4 filhos a Florencio Varela, ao terreno que os pais dele tinham como casa de fim de semana<sup>18</sup>.

Em meu primeiro encontro com Estela –na Capital, perto da casa onde ela trabalhava– eu não sabia exatamente como abordar qual era meu objetivo de pesquisa. Certamente não queria dar precisão no que estava interessada em estudar, mas, ao mesmo tempo, tinha que dar algum sinal para ver em que medida podia, através dela, chegar aos ‘piqueteros’. Mas minhas elucubrações foram em vão: a informação circula e Estela sabia que eu queria estudar “coisas políticas”: Minha irmã me disse que você queria estudar os piqueteros. O problema é que onde eu moro não têm piqueteros, mas perto, nos bairros mais pobres, sim. Fez uma pausa e continuou: Me ofereceram ser piquetera. Foi uma mãe da escola, que me oferecia o plano para ser piquetera, e eu lhe disse que nem morta. Se tivesse sabido –disse rindo– teria servido mais para teu trabalho.

Desde o primeiro momento, Estela se mostrou totalmente solícita comigo. Naquele encontro tentei relativizar meu interesse específico nos piqueteros, e lhe disse que bastava que me ajudasse a percorrer parte de seu bairro, a região de Varela, a praça principal e “essas

---

<sup>17</sup> Ao longo deste trabalho diversas pessoas, que entram e desaparecem de cena em distintos momentos, vão se inter-relacionando. No Apêndice (p.108) eu incluí uma lista com algumas características dessas pessoas por ordem de aparição, para quando o leitor considere necessário possa localizar meus interlocutores.

<sup>18</sup> Diferente de outros lugares da Grande Buenos Aires com forte tradição de trabalho industrial, Florencio Varela sempre foi uma região de chácaras, casas de campo, com uma atividade predominantemente rural.

coisas”. Entusiasmada, ela me explicou o caminho –pegar o 60 até Constitución , depois o 148, descer passando a estação de trem de Varela, na Avenida Sarmiento. A referência era um posto de gasolina. Da capital seriam duas horas de viagem. Podia ir de trem, Mas demora muito –explicou– e além do mais é perigoso.

Estela e Jorge moram no bairro Alsina<sup>19</sup>, Chamam de bairro dos bancários –me explicava Jorge– porque o Banco Província fez um loteamento para seus empregados, há muitos anos. Minha percepção de Alsina, de fato, foi a de um bairro suburbano de classe média, ruas asfaltadas, casinhas bem terminadas, algumas casas mais arrumadas. A de Estela e Jorge é uma casa de três quartos e um quintal grande, com gramado e árvores de frutos. Como me contava Estela enquanto me mostrava cada cômodo, aos poucos foram fazendo a reforma, e agora estavam terminando a cozinha e o quarto dos meninos.

Jorge trabalha no Banco Província vendendo seguros, e agora está entrando na apicultura. Diz que está esperando ser demitido, que paguem sua indenização, para poder dedicar-se exclusivamente às abelhas. Uma vez por mês costuma atender *os piqueteros* no banco onde recebem o subsídio: Você não sabe as roupas que eles têm, melhores que as minhas!, reclamou Jorge. Estela também se queixou, dizendo, Quando eles bloqueiam as estradas é horrível, às vezes você demora 4 horas para sair de Varela. Quando perguntei a ela e a Jorge se tinham vizinhos ou conhecidos que fossem a piquetes, responderam que ali por Alsina não: Para isso você tem que ir a Villa Margarita, Villa Salcedo, La Estrella, todos esses lugares, disse Jorge, me explicando que eu tinha que “ir com alguém”, Porque isso tudo é favela, sozinha você nem pode pisar. Agora é tudo favela, a única coisa que este Pereyra sabe fazer é importar favelados de tudo quanto é parte.

Há dez anos consecutivos Pereyra é o prefeito do município de Florencio Varela pelo Partido Justicialista. Aquele comentário de Jorge era somente a primeira das atribuições que escutaria em relação a esta figura política durante meu trabalho; imputações que provinham das pessoas mais distintas, dos próprios militantes que *trabalhavam para* Pereyra, daqueles que, o injuriando se encarregavam de deixar claro que eram “peronistas até morrer”. Muitos – incluindo Jorge, também declarado *peronista*– marcavam que, diferente de outros políticos, Pereyra “nunca dá nada”. Escutei várias histórias sobre a “máfia de Pereyra”, a “fraude

---

<sup>19</sup> Para preservar meus interlocutores não só mudei seus nomes, como também os de todos os bairros e localidades de Florencio Varela.

eleitoral” e os “capangas” que os sustentam. Alguém me disse, também, que (dizem que) Pereyra tem uma fábrica de lombrigas com as quais fazem os hambúrgueres do Mc Donalds.

Aquela, minha primeira manhã em Varela, transcorreu na cozinha de Estela, tomando mate e conversando sobre sua vida, as crianças e a escola. Em algum momento ela me deixou conversando com Jorge e reapareceu quase uma hora depois, nos contando –como quem dá uma notícia– sobre a operação que, sigilosamente, estava levando a cabo. Tinha ligado para um homem que “está na política”, para que eu conversasse com ele: Ele sabe tudo sobre Varela, me disse Estela. Tinha ligado, também, para uma mãe de escola, “que é piquetera”. A mulher lhe deu indicações sobre um “refeitório de piqueteros” que ficava perto de Alsina. Além do mais, Estela tinha ido ao vídeo clube da esquina, Porque sei que o menino do vídeo conhece piqueteros, e me disse que poderia procurá-los à tarde. Eu lhe perguntei se podíamos ir aonde eles moram, mas o menino disse que lá ele não entra nem a pau, imagina só como deve ser barra pesada.

Certo é que Estela fez a procura de “algo piquetero” um desafio próprio. Com o que o “menino do vídeo” tinha oferecido –levar piqueteros até a porta de sua casa– se sentia uma assistente de pesquisa efficientíssima. Seu compromisso me resultava ambivalente. Por um lado, me causava muito desconforto: era suposto que a última coisa que eu queria –ou devia– fazer era procurar *piqueteros*. Mas, por outro lado, acalmava minha ansiedade, já que Alsina e o círculo de Estela e Jorge não eram, certamente, o meu objeto de estudo. De qualquer ponto de vista, minha entrada ao campo me parecia um fracasso.

Quando eu e Estela nos dispomos a sair em busca do refeitório, Jorge despediu-se na porta, me pedindo que “averiguasse” três coisas sobre os “piqueteros”. Primeiro –disse– por que usam capuz e paus. Segundo, por que estão trabalhando na construção de umas casas impressionantes na Capital, e aqui na província não fazem nada. Terceiro, como dão os planos, como decidem a quem dar.

Estas perguntas foram, talvez, as primeiras pistas sobre toda uma série de acusações que, dentro de Varela, circulam em relação aos piqueteros. Os questionamentos de Jorge pressupunham qualificativos que, dali em diante, escutaria sem cessar: os piqueteros como *violentos* –“Por que marcham com paus”; como *espertos* –“Você não sabe as roupas que usam”; “Como decidem a quem dar os planos”; e a mais recorrente, como *vagabundos* –“Por que não fazem nada aqui”. Ao mesmo tempo, as averiguações que Jorge me encomendava não eram inteiramente novas para mim. Seus questionamentos eram os mesmos que circulam nos

jornais, na televisão, nas ruas do centro de Buenos Aires. Sem precisar ir mais longe, eram as perguntas que minha avó fazia instantaneamente, cada vez que me via ao voltar de Varela: Por que eles tampam a cara? Por que andam encapuzados e armados? Por que ao invés de estarem bloqueando a estrada não procuram trabalho? Como administram os planos?

Ainda que mais adiante volte a tratar desta última questão, cabe antecipar que é, sem dúvida, a que desperta mais controvérsias desde que a gestão dos planos de emprego passou a ser descentralizada, no final de 1999. Até então era atribuição dos municípios –padronizar, controlar requisitos, outorgar os planos, dar baixas–, mas nesse ano o governo de Fernando De la Rúa deliberou que os planos poderiam também ser administrados por organizações da “sociedade civil”, como associações civis e ONGs. Foi no contexto dessa disposição que muitas organizações piqueteras se constituíram em ONGs, passando a fazer a gestão de seus próprios padrões de planos de emprego, a organizar a contraprestação de 4 horas diárias de trabalho –em atividades produtivas e comunitárias dentro do próprio movimento– e a aumentar o número de participantes vertiginosamente. Tanto os movimentos como a bibliografia sobre o tema reivindicam a medida governamental em termos da conquista da “autogestão”<sup>21</sup> dos planos. Enquanto outros –como Jorge, como minha avó e como o jornal *La Nación*, que dedicou um editorial que chamou-se “o negócio piquetero”<sup>22</sup>– a questionam amplamente, denunciando a existência de práticas clientelistas no seio dos movimentos.

A referência para chegar ao “refeitório dos piqueteros” era um quiosque, situado na mão direita na mesma rua da casa de Estela. Depois tínhamos que dobrar à esquerda e caminhar algumas quadras. Eram 3 da tarde, fazia calor, e em Alsina reinava um sossego de sesta. Junto com Estela passamos vários quarteirões, inclusive dobramos em várias transversais, mas o quiosque não aparecia. Ela pensou que talvez fosse mais adiante, então voltamos até a rua de onde havíamos partido e avançamos ainda mais. Fomos entrando em algumas ruas de terra. Vi que as casas começavam a se empobrecer. Estamos em Santa Aurora, disse Estela, enquanto, meio nervosa, me indicou que atravessássemos a rua para evitar o grupo de adolescentes que estava sentado na calçada, tomando cerveja.

Tínhamos caminhado uns 15 quarteirões, quando Estela propôs que começássemos a pedir indicações para as poucas pessoas que passavam. Numa rua perpendicular avistamos um grupo de pessoas que estavam ao redor de um ônibus, na porta de um clube –“Club de la

<sup>21</sup> Ver Svampa e Pereyra 2003:95-99, 218. Delamata (2004:25) escreve que “a fórmula autogestionária desloca ao uso clientelista da rede peronista na designação e implementação dos planos”.

<sup>22</sup> *La Nación*, 17/08/2005.

Comunidad Paraguaya”, dizia o grande cartaz em cima do portão branco. Nos aproximamos com a certeza de que seria o refeitório. O porta-malas do ônibus estava aberto. Dentro, alguns colchões, pessoas dormindo e um grupo de homens sentados numa roda, jogando cartas. Nos olharam um tanto surpresos e começaram a fazer comentários. Só que pareceram ser em português. Um das mulheres que cozinhavam fora do ônibus numa churrasqueira improvisada, nos explicou que faziam parte de um time de futebol de Minas Gerais, que estava em Varela jogando um campeonato, hospedado pelo clube. Perguntei se ali funcionava um refeitório, e disseram que não. O time local tampouco sabia de nenhum refeitório naquele bairro.

Ainda que desprovidas de rumo, seguimos a caminhada. Sem muita sorte, íamos perguntando às pessoas que encontrávamos. Às vezes, para ser mais clara, eu dizia “refeitório comunitário”. Estela arrematava perguntando por um “refeitório de piqueteros”. Na porta de uma casa havia dois jovens passando um rastilho numa vala e tirando lama com uma pá. Um deles lembrou que a “Sociedad de Fomento”, em Alsina Centro, tinha um refeitório, mas naquela época do ano –em pleno janeiro, férias de verão– estaria fechado. E refeitório de piqueteros?, perguntou Estela. Os dois jovens ficaram pensando. Não, refeitório de piqueteros nunca ouvi falar. Agradecemos e demos meia volta. Ah –exclamou um deles quando já tínhamos nos afastado alguns metros–, tem um refeitório, mas não é por aqui, fica a uns trinta quarteirões daqui. Atravessando a avenida Sarmiento, acho que tem alguma coisa de piqueteros.

Ao longo dessa manhã ficava claro que para Estela, para Jorge, para o “menino do vídeo” e para seus vizinhos, *os piqueteros* estavam longe. Estavam nas “favelas”, como Jorge tinha me dito, em lugares que “não se podem pisar”. O fato de que em Alsina os piqueteros fossem percebidos como alheios podia ser algo significativo, mas nesse momento não me interessava. Começava a me desanimar; me preocupava estar perdida e fazendo uma busca tão forçada. Estela sugeriu empreender o caminho de volta. Disse que voltaria a ligar para a tal mãe da escola e que talvez, no dia seguinte, ela poderia levar-nos ao refeitório.

Antes que chegássemos à sua casa, parou na mercearia da esquina. Perguntou à mulher que atendia se não sabia de algum “refeitório comunitário” ou de um “refeitório de piqueteros”. A mulher ficou pensando e disse que não, mas nos sugeriu que falássemos com Nani: Sabe, essa velha que mora aqui na frente, ela é meio maluca, mas é legal. Ela é piquetera –bom, pelo menos era piquetera. Digam que vão de minha parte.



Atravessamos a rua, caminhamos meio quarteirão e batemos na porta. Nossa visita foi inoportuna. Primeiro pelo horário –Nani estava dormindo. Segundo pelo motivo. Ajeitando sua longa cabeleira pintada de laranja furioso e esfregando-se os olhos como para despertar-se, Nani, uma mulher de uns 60 anos, disse que não conhecia nenhum refeitório, “nem nada disso”. Comentei que estávamos andando há um bom tempo, que nos tinham dito de um refeitório aqui por perto, um refeitório de piqueteros, e como ela tinha participado de algum piquete, talvez... Sabia que seria improcedente dizer isso, mas não imaginava o quanto. Nani me cortou secamente: Eu não sou piquetera, não tenho nada a ver com isso. Então lhe agradei e pedi desculpas por ter interrompido sua sesta. Mas Nani me parou, dizendo que “na realidade” sabia de um refeitório, De uns paraguaios, eu fui algumas vezes, quando não tinha dinheiro nem para polenta. Estela perguntou se era no “clube dos paraguaios”, e respondendo que não, Nani começou a nos indicar o caminho. Estela voltou a perguntar algumas vezes, porque não conhecia as referências que dava Nani. Nani pareceu impacientarse: Esperem que me vista e levo vocês, nos disse entrando em sua casa e batendo a porta com força.

Durante o minuto que demorou em voltar, Estela me disse num tom baixo que Nani era uma mentirosa, Sabe quantas vezes a vi nos piquetes na estação, andando com bandeiras! Nani reapareceu com o mesmo jogging que vestia quando nos atendeu. Tinha posto um chinelo e um boné. Saímos andando com passos rápidos. Fiquei muda depois do que eu tinha dito. Nani começou a falar sozinha, deixando claro, mais de uma vez, com tom de queixa, que ela nunca tinha ido a nenhum piquete. E um segundo depois disse: Só durei vinte dias com os piqueteros, depois não os agüentei mais. Tinham me prometido emprego num atelier de costura e depois não deu em nada. Perguntei a Nani em que bairro tinha sido isso. Por aí, disse apontando para lugar nenhum. Demorei uns instantes, até que tive coragem de perguntar que agrupamento piquetero era esse. Não sei, respondeu de modo cortante.

O asfalto parecia irregular e estávamos novamente em Santa Aurora. Numa esquina Nani freiou o passo. Pôs-se atrás de uma árvore e falando em voz baixa me disse, Vê onde estão essas mulheres ali sentadas? Bom, ali é o refeitório. Vai você e pergunta, nós te esperamos aqui. Estela e eu não entendemos por que, mas o fato é que Nani não queria ser vista. A situação foi absolutamente ridícula. Me aproximei àquelas três mulheres que estavam sentadas nuns banquinhos de plástico na calçada e perguntei por um refeitório. As mulheres se olharam entre si, duvidaram e responderam que não conheciam nenhum. Sentindo-me ainda mais ridícula, comentei que era da universidade, que estava fazendo um trabalho sobre a história do bairro e estava procurando refeitórios comunitários. Disseram que em época de

aula funcionava um refeitório na escola, mas que agora estava fechado. Me aventurei a dizer que tinham me falado sobre um refeitório de piqueteros por ali; então uma delas interpelou as outras: Ah, o Ernesto que está com o negócio do plano deve saber, não? Então uma outra cortou secamente: Não, não, aqui ninguém tem plano.

Quando, mais tarde, comentei com Estela sobre a conversa com essas mulheres, ela me disse que as pessoas estavam com “medo”, porque nos últimos meses haviam “dado baixa nos planos”. Segundo me explicou Estela, as *baixas* se deviam a que o governo havia detectado que alguns beneficiários recebiam mais de um plano de emprego. Outras baixas se deviam a irregularidades nas *cargas*. Foi através de Estela que soube de uma distinção primordial entre os tipos de subsidio de emprego: a que separa os *planos com carga familiar* dos *planos sem carga familiar*. Os planos *com cargas* são obtidos por aqueles que, além de provar sua condição de desempregado, devem provar sua condição de chefe do lar, com pelo menos 1 filho menor de 18 anos sob sua responsabilidade, enquanto que para os outros planos –*sem carga*– basta provar a condição de desempregado, tendo-se ou não filhos menores de 18. Teoricamente, dois planos *com carga* não podem ser designados aos mesmos filhos, quer dizer: um filho não pode constar como *carga* de mais de uma pessoa, ou o que dá no mesmo, um casal não pode receber dois planos apresentando como *carga* os filhos em comum. Então –me explicava Estela– às vezes os filhos estão matriculados como carga dos dois pais, e aí dá em confusão e cortam os planos.

Talvez a hipótese de Estela sobre as *baixas* e as irregularidades na designação dos planos fosse boa para iluminar não só a atitude esquivada daquelas mulheres sentadas na calçada, como também a da própria Nani. Foi durante meu primeiro dia em Varela que percebi que, longe de ser um recurso dado, o *plano* era algo marcado pela incerteza. Foi esse dia que percebi, também, que um estranho como eu não suscitava confiança para falar de assuntos como planos e piquetes.

Apesar de seu jeito áspero, Nani acabou sendo um ponto fundamental do meu trajeto. Quando, tendo já empreendido o caminho de volta, chegamos à porta de sua casa e nos despedimos agradecendo, ela nos deteve novamente: De repente vocês podem encontrar alguma coisa atravessando a Sarmiento. Ali têm uns piqueteros. Nani deixou claro que ela não iria, mas prontamente se dispôs a explicar o caminho a Estela. No quarteirão –indicou– tem um ônibus abandonado, que está sempre lá. Estela disse que achava que sabia onde era, e se propôs a me acompanhar. Pelas referências de Nani, associamos que devia ser o mesmo lugar

que o menino que tirava a lama da vala tinha nos indicado. Atravessando a Sarmiento, tinha dito ele também.

O bairro de Alsina, situado a umas 10 quadras da estação Varela e do centro, fica ao lado da “Avenida Eva Perón”, mais conhecida como “Avenida Sarmiento”. Sarmiento é mão dupla e mais que uma avenida tem o aspecto de uma estrada. Não tem calçadas e sim grandes acostamentos de terra. Algumas lojas grandes, como de peças para automóvel, oficinas mecânicas, tijolos, piscinas de fibra –típico comércio de estrada. Também tem postos de serviços e padarias, muitas lojas fechadas e galpões abandonados. Na verdade, com exceção do centro, Varela é um pouco assim. Ao longo do trajeto do 148 há muitos depósitos desmantelados, cartazes de “aluga-se” e “vende-se”. As ruas de Varela dão a sensação de que ali havia coisas que não estão mais.

Penso que para quem está em Alsina, atravessar a Avenida Sarmiento é de alguma forma entrar num outro mundo. As ruas começam a ser de terra e as construções mais precárias. Estela e eu atravessamos a avenida e andamos algumas quadras. As três pessoas que perguntamos sobre um refeitório souberam dar as indicações, nos conduzindo ao ônibus abandonado, que avistamos no final de uma pequena rua transversal. Estela parecia meio nervosa; segundo imaginava estávamos no bairro Villa Margarita. Entramos na pequena rua e chegamos ao ônibus, que estava estacionado ao lado de um portão de grade, continuado de uma parede branca, onde havia escrito com tinta preta, “Trabalhamos para viver dignamente. Trabalhamos para mudar a realidade. Construimos a sociedade do futuro. M.T.R.”.

Estávamos numa sede do “Movimiento Teresa Rodríguez”<sup>23</sup>, uma das organizações piqueteras mais fortes de Florencio Varela.

Embora o lugar estivesse fechado, ver essa parede me deu muito alívio. Eram 6 da tarde. Depois de um dia em que as perspectivas tinham sido tão áridas –ter que procurar, as

---

<sup>23</sup> O Movimiento Teresa Rodríguez (MTR, daqui em diante) surge em 1997, com o nome de Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD) Teresa Rodríguez, aglutinando os movimentos de desempregados de Florencio Varela, Mar Del Plata, Hurlingham, e San Francisco Solano. Sua denominação surge em homenagem a Teresa Rodríguez, uma mulher que foi morta em uma repressão a um piquete na província de Neuquén em 1997. Foi o MTD de Florencio Varela que, em 1997, promoveu o primeiro bloqueio de estrada na zona sul da Grande Buenos Aires, recebendo do governo estadual quase 1000 planos de emprego (Delamata 2004:21). O agrupamento MTD Teresa Rodríguez se fraciona em 1999. Um setor forma o MTR, e outro volta a adotar o nome de Movimiento de Trabajadores Desocupados de Florencio Varela, e mais tarde, o de MTD Aníbal Verón. Atualmente, o MTR conta com 16 sedes de bairro em Florencio Varela; encontra-se em outros distritos da zona sul, e também na zona norte da Grande Buenos Aires (Svampa e Pereyra 2004:237 e ss).

perguntas forçadas e incômodas– tinha encontrado, enfim, uma ponta para começar a desenrolar o novelo. Junto com Estela, empreendemos o caminho de volta e já em sua casa comecei a juntar minhas coisas para retornar à capital. Foi quando ela me lembrou que o “menino do vídeo” estava quase chegando com “os piqueteros”. Durante a tarde tinha conseguido esquecer dessa eventualidade. Queria sumir, mas a essa altura era mais impróprio fazê-los transladar-se até a casa de Estela, inutilmente, do que recebê-los e passar, como fosse, uma situação de antropólogo de varanda. Naturalmente, disso se tratou. Passava de 6:30 quando bateram na porta. O “menino do vídeo” estava lá enquanto outro de uns 15 anos esperava na calçada, debaixo de uma árvore. Estela começou a falar com o “menino do vídeo”, enquanto se esperava que eu me aproximasse a Sebastián, “o piquetero”. Não sabia o que dizer, e como se não bastasse começavam a cair as primeiras gotas de chuva. Agradei a Sebastián por ter ido até lá e lhe expliquei: Estela está tentando me ajudar porque estou fazendo um trabalho sobre a história de alguns bairros de Varela, e hoje estivemos procurando um refeitório de piqueteros...

Eu sou piquetero, disse ele me interrompendo. Meio desajeitada, perguntei “de onde”. Estou como o MTR, respondeu ele. Então eu soube que aquela sede em que eu tinha estado a menos de uma hora se chamava “cabildo”<sup>24</sup>, Cabildo Mayo, disse Sebastián. Minha mãe e minha irmã estão nesse cabildo, eu estou em outro, que fica em La Estrella, do outro lado da Sarmiento. Então Sebastián se ofereceu a me acompanhar ao bairro La Estrella algum dia, Assim você pode conhecer os companheiros mais velhos, os que estão a mais tempo, os que estiveram na repressão e tudo mais.

Se no início Sebastián tinha me recebido retraído, olhando para baixo quando falava, tratando-me de senhora, penso que no final de nossa breve conversa estava mais amistoso, parecia sentir-se menos desconfortável, e talvez eu também. Nos despedimos quando a chuva aumentava e começávamos a nos molhar. No ônibus de volta a Buenos Aires eu pensava nessa situação: de que maneira o menino do vídeo teria “procurado” Sebastián e o teria “levado” a casa de Estela? Que pensaria Sebastián –a quem nunca mais voltaria a ver– sobre essa cena? Pensei em outros eventos do dia: havia chegado ao bairro Villa Margarita, à sede de uma organização piquetera, a um adolescente que, declarando-se piquetero, se oferecia a

---

<sup>24</sup> O MTR recupera o termo *cabildo* em reconhecimento à luta pela Independência nacional. Na época colonial, o *cabildo* era a sede de governo local. Foi no Cabildo de Buenos Aires onde foi gestada a chamada “Revolución de Mayo” que em 1810 proclama a “Primera Junta de Gobierno”, inaugurando-se, então, o processo que resultou na independência da Espanha.

me levar a outras sedes em outros bairros. Bairros em que os planos sobram, os refeitórios e os movimentos piqueteros sobram.

Ainda que, em meu trajeto, a Avenida Sarmiento represente um cruzamento geográfico e social, era certo que minha imersão nesse universo havia começado em Alsina: com Estela e Jorge e sinais como a casa em construção, o emprego doméstico e a migração do interior para a capital e a Grande Buenos Aires; com o enigma e a incerteza que girava ao redor dos planos; com a desconfiança em relação as minhas perguntas e minha presença; com os sentidos que circulavam em Alsina em volta dos piqueteros: além de vagabundos, espertos, violentos e favelados, a mulher da mercearia tinha dito que Nani era “meio maluca” e Estela que era “uma mentirosa”. Passando só algumas horas em Alsina, as afirmações da literatura sobre o “ser piquetero” como identidade dignificante pareciam desvanecer-se<sup>25</sup>.

Além do mais, mesmo quando meu percurso por Alsina esteve marcado pela ausência de piqueteros, meus interlocutores os conheciam: Jorge encontrava-se com vários deles no Banco Província; Estela conhecia outros através da escola e conhecia pessoas que os conheciam. Nem Estela nem Jorge tinham *plano*, mas sabiam muito sobre *planos*, sobre a distinção entre planos *com carga* e *sem carga*, sobre as *baixas* e sobre o *medo* das pessoas ante a essa eventualidade. Estela sabia a quem perguntar, onde procurar, porque alguém já tinha oferecido a ela “um plano para ser piquetera” –ao que ela teria respondido que “nem morta”. Enquanto Estela tinha recusado o que lhe ofereceram, Nani parecia estar decepcionada por uma promessa não cumprida –trabalhar num atelier de costura. Foi ao longo de meu primeiro dia em Varela que comecei a perceber que ter um *plano* e formar parte de um movimento piquetero eram possibilidades que apresentavam-se na vida das pessoas. Foi quando então comecei a me perguntar em que circunstâncias essas possibilidades se concretizariam: em que circunstâncias Nani teria se aproximado e distanciado dos *piqueteros*? Que expectativas estavam em jogo? Em que circunstância seria *oferecido* a Estela um *plano*? O que significava *ser piquetera* nesse caso? Que implicaria esse oferecimento? Que implica estar num movimento? Como essa experiência é vivida? Como é significada?

Foram essas perguntas, alinhavadas a partir das próprias surpresas que me concedeu a chegada a Florencio Varela, o que me levou a modificar meus planos originários e a

---

<sup>25</sup> Em geral, os autores opõem ao estigma negativo de desempregado a identidade positiva de piquetero. Svampa e Pereyra (2004:171), por exemplo, escrevem que diferente de estar desempregado, “ser piquetero tem uma carga estigmatizante muito menor, na medida em que [piquetero] deu lugar a um espaço de reconhecimento que cristalizou finalmente no desenvolvimento de organizações”.

submergir-me nesse mundo social que dia após dia se emaranhava e me emaranhava. Foram também estas perguntas o prisma através do qual a trama deste trabalho foi construída. Um trabalho que não pretende respondê-las, e sim precisá-las –talvez esmiuçá-las– etnograficamente, e formulá-las como um ponto de partida possível para abordar esse fenômeno tão controvertido que são *os piqueteros*.

O fim do meu primeiro dia em Varela era o início do seguinte. Villa Margarita foi o lugar onde transcorreu o trabalho de campo que então se iniciava. Passei quase 4 semanas – entre janeiro e fevereiro de 2005– indo ao bairro, e só seis meses depois voltei a estar 2 semanas. Se meu desconforto com a bibliografia passava por uma centralização exclusiva nos movimentos, é certo que –com o portão do MTR e meu informante de varanda– minha entrada ao campo reproduzia esse mesmo recorte. Minha chegada a Florencio Varela se deu exatamente do modo inverso ao que pretendia. O portão do MTR era, então, a entrada a um mundo do que teria que sair. Eu diria que meu trabalho de campo consistiu nesse deslocamento: passar do *movimento* às pessoas, e dos *cabildos* às casas. O *cabildo Mayo* do MTR foi meu ponto de partida e um espaço central do trabalho, dado que acompanhei boa parte das atividades que tinham lugar ali. Ao mesmo tempo, foi esse espaço que me possibilitou conhecer diversas pessoas, através das quais eu fui tecendo uma rede que a cada dia se descentrava mais do MTR, me permitindo chegar a outros bairros, a um posto de saúde, a um centro de gestão municipal, a militantes do peronismo local, e também a outras organizações piqueteras<sup>26</sup>.

Dentro dos acasos e dos imponderáveis que canalizaram o trabalho de campo, minhas escolhas estiveram orientadas a dar conta desta mistura, atravessada pela generalidade do *plano* como meio de vida. Um mundo uniforme e multiforme, que daqui em diante pretendo desvendar.

### **III. Como forma de advertência**

Cabe prevenir ao leitor sobre o estilo de relato que vai encontrar daqui em diante. A trama dos capítulos que seguem está tecida a partir de situações etnográficas. No capítulo I procuro mostrar sinais que evidenciam que, uma vez transitada essa fronteira que é a Avenida Sarmiento, estamos num mundo de desemprego e emprego precário em que os planos têm

<sup>26</sup> O fato de ter usado nomes fictícios para os bairros e localidades de Florencio Varela me impediu incluir um mapa do distrito mostrando meu trajeto. Não obstante, ao longo do trabalho, o leitor pode visualizar o itinerário de campo através de um croqui, ver p.29

uma importância notável. Recorro a eventos, inspirada na noção de contexto de situação de Malinowski (1930, 1935: 3 e 55 vol. II), procurando mostrar que o *plano* adquire sentido na medida em que sejamos capazes de descrever os contextos em que é vivido, usado e falado. As situações escolhidas para este capítulo revelam o *plano* como linguagem coletiva, ao mesmo tempo que indicam algumas das vias pelas quais pode ser obtido. Através dessas situações esboço, também, algumas das implicações de abordar *os piqueteros* partindo de um olhar descentrado dos movimentos.

Nos capítulos II e III a trama das situações se conjuga com outro recorte, o de duas famílias que ocuparam um lugar central durante meu trabalho de campo; esta estratégia de apresentação responde a que em Villa Margarita e em outros bairros vizinhos, os *planos de emprego* são um assunto gerenciado familiarmente.<sup>27</sup> Ambos capítulos continuam algumas questões apontadas no Capítulo I –os planos como meio de vida e como linguagem– e pretendem ter uma aproximação mais sistemática ao que significa obter um *plano* através de uma via específica: os movimentos piqueteros. A partir de alguns membros dessas famílias, exploro quais são as obrigações e direitos envolvidos no estar num movimento piquetero, em que circunstâncias as pessoas se aproximam, e de que forma essa aproximação pode ser vivida. Cabe ressaltar que o objetivo de ambos capítulos não é falar das famílias por si só, senão mostrar através delas que a participação das pessoas nas atividades dos movimentos piqueteros passa a ser inteligível quando é pensada em relação a uma forma de vida mais ampla, que inclui outras relações, atividades e recursos.

O capítulo II gira em torno de algumas situações vividas no *Seguro Público de Saúde* de Villa Margarita, um programa do governo provincial ao que estão ligados vários membros de uma dessas famílias. O capítulo III –o mais extenso de todos– apresenta um conjunto de situações associadas à ocupação –por parte do Movimiento Teresa Rodríguez– de um galpão abandonado. O capítulo está dividido em duas partes: a primeira está centrada em alguns dos protagonistas mais destacados dessa ocupação –a família Aguirre–, incorporando traços de seu presente e passado; a segunda enfoca o olhar em algumas situações em que pairou a ocupação do galpão, incorporando outras pessoas que entrevistaram. Não obstante, as duas partes estão intrinsecamente ligadas, na medida em que a ocupação só pode ser entendida através dos que a levaram a cabo, ao mesmo tempo em que essas pessoas só podem ser caracterizadas quando

---

<sup>27</sup> Cabe assinalar que minha atenção sobre as unidades e relações familiares está inspirada nos trabalhos de Palmeira (1996), Heredia (1996) e Comerford (2003).

postas em ação. Tanto a ocupação quanto a família Aguirre mostram várias dimensões significativas do que pode ser participar de um movimento piquetero.

Quisera agregar três observações em relação à estratégia de escrita de todos os capítulos. A primeira refere-se ao tratamento da palavra nativa. Como se pode notar, ela quase não aparece marcada entre aspas. Com exceção de fragmentos de discurso indireto –que aparecem entre aspas– e termos nativos fora do contexto específico –que aparecem em letra cursiva– ao longo do trabalho, quando apelo ao discurso direto das pessoas, introduzo uma letra maiúscula que indica que é outro –e não eu– quem enuncia. Este recurso –tirado da literatura– não responde a uma mera preferência estética. Foi, na realidade, a alternativa que encontrei à mais usual de afastar a palavra nativa do corpo do texto e do que o pesquisador enuncia. Minha tentativa de fundir essa palavra com a minha, procura ressaltar o caráter construído do relato; um relato tão construído e tão fictício quanto àquele que apela a citação de um trecho de entrevista –muitas vezes presumindo o positivismo da palavra citada. Partindo do suposto que o sentido não está dissociado da forma, de que aquilo que se diz não pode ser desvinculado do que se faz, como tampouco de quem diz o que, em que circunstâncias, frente a quem e para quem, penso, além do mais, que esse recurso me ajudou a tecer uma trama etnográfica na qual a palavra procura estar ligada ao contexto de situação em que foi produzida. Embora não haja atingido este propósito de forma uniforme e total, considero importante ressaltá-lo, porque esta é a linha que guiou o trabalho de análise e construção do argumento.

Cabe dizer algo sobre o estatuto dessa palavra nativa. Com exceção de uma conversa com o prefeito de Florencio Varela, não realizei entrevistas durante o trabalho de campo; meu trabalho consistiu na observação de diversas situações e em conversas informais com as pessoas de Villa Margarita e outros bairros vizinhos; e com exceção de poucos momentos em que estive só, enquanto estive no campo não anotei nada. Minhas anotações eram feitas no fim do dia, de modo que os diálogos são inteiramente reconstruídos. Nesta reconstrução esclareço que para preservar meus interlocutores, não só troquei sistematicamente os nomes, como também joguei com o tempo e espaço das situações. Ainda procurando contemplar quem diz o que, quem faz o que e em que circunstâncias, existe uma infinidade de personagens que foram omitidos nas situações que narro; um evento que aconteceu num determinado momento pode aparecer em outro; aquilo que alguém me disse num lugar, pode estar num outro; um personagem pode condensar características de outros.



A última advertência que faço ao leitor refere-se ao caráter descritivo da trama etnográfica que segue, o qual está intimamente associado, em primeiro lugar, às implicações da noção de contexto de situação. Como ressalta Malinowski (1935:17 e 55) dar sentido a um termo é defini-lo através da análise e dos múltiplos contextos que o animam. Adiantei que dar uma noção sobre o que são os planos nesse mundo, significa mostrar o que as pessoas fazem com eles; mostrar quem são essas pessoas é descrever o que fazem; mostrar como se vive o estar num movimento piquetero é colocar as pessoas em ação. Em função desta perspectiva, o relato etnográfico não é econômico nem sintético, e sim dispendioso e analítico. Principalmente nos capítulos II e III esse princípio malinowskiano é levado ao extremo: o leitor se encontrará com diversos detalhes da vida das famílias que acompanhei, detalhes que restituem os movimentos piqueteros no mundo social do qual fazem parte.

O caráter descritivo da trama tem a ver, em segundo lugar, com minha própria imersão num universo praticamente desconhecido. No que segue, a narração se desdobra a medida que se desdobrava meu próprio conhecimento desse mundo intrincado de planos e abreviaturas. Por isso, o argumento vai sendo construído progressivamente: é a partir da reincidência de situações, pessoas e fragmentos da vida, que se edifica minha própria análise. E por isto também, o tamanho dos capítulos não é uniforme, vai dilatando-se com o andar das páginas. Me interessa ressaltar que esses capítulos não são unidades fechadas que se esgotam em si mesmas, se não que deixam questões soltas, que são retomadas ao longo dos seguintes. Embora cada capítulo esteja organizado a partir de certos pontos específicos, nenhum deles têm uma estrutura conclusiva, nem tampouco um início que antecipe ou resuma o que virá. Ainda arriscando exigir mais esforço do leitor, optei por deixar essa forma desabotoada, pois acredito que ela fala da variação própria do mundo com o qual eu mesma me deparava. O tipo de redação deste trabalho tenta ser fiel a essa hibridação que era Florencio Varela. De modo que convoco ao leitor a arma-se de paciência, se é que está disposto a embarcar num universo que desdobra sua heterogeneidade pausadamente; num universo onde o que parecia ser uma coisa, imediatamente deixa de ser.

## I. O mundo dos planos

Da esquina podia-se ouvir o ruído de uma soldadora. Um homem manipulava o aparelho endireitando o portão de grades. Dentro do pátio, outro homem quebrava uma das paredes laterais. E mais para dentro, um terceiro alimentava um forno de barro com madeiras. Na cozinha, duas mulheres lavavam algumas panelas. Debaixo da parreira, sentadas em cadeiras e bancos de escola, um grupo de seis tecia prendas de crochê. O *cabilbo Mayo* já não era aquele lugar desolado do dia anterior. Só mais tarde saberia que todas essas atividades estão cuidadosamente pautadas, organizadas em dois turnos de 4 horas, e que constituem o trabalho que, por determinação do governo, cada beneficiário está obrigado a levar a cabo como contraprestação do *plano* que recebe –neste caso– através do MTR.

Atravessei o primeiro pátio e me apresentei ao grupo de *mulheres do crochê*. Olga, uma delas, me deu as boas vindas. Logo após ter me associado ao franceses, me convidou à reunião que haveria esse dia –Por uns planos do governo para os jovens, explicou– e depois, sem que eu perguntasse nada, chamou Ana, uma mulher de uns 35 anos, que saiu da cozinha com uma xícara de chá mate e assumiu a tarefa de me mostrar “o que fazemos”. Ana deu início a um percurso sintético e resolvido como se fosse uma visita turística: me levou à *creche*, um quarto com duas camas e uns armários de cozinha onde cuidam das crianças dos *companheiros*; à *padaria*, um grande galpão com um forno; ao *posto de saúde*, uma sala com estantes onde, segundo explicava, trabalham *companheiros* que foram capacitados pela Cruz Vermelha; a outro quarto, onde se fabricam os materiais de limpeza que os *companheiros* vendem pelo bairro; à *horta*, localizada no fundo, com plantações de verduras; indo mais ao fundo, a um *galinheiro*; à *biblioteca*; ao *depósito* de mercadoria –Ana me mostrou a porta, e só mais tarde conheceria esse grande galpão, onde se armazenam pilhas de alimentos que o *cabilbo Mayo* recebe do governo nacional e estadual e distribui aos refeitórios dos demais *cabildos* de Varela. Ali se armazenam, também, os produtos que, uma vez por mês, o movimento reparte entre seus integrantes. Finalmente, subindo a escada de ferro, Ana me mostrou a *fábrica têxtil*, um grande salão com 6 ou 7 máquinas de costura, adquiridas “por um subsídio do governo”.

Ao ver essa sala lembrei-me de Nani, a mulher da cabeleira laranja que um dia antes tinha nos guiado a Estela e a mim na procura do refeitório. Como vimos anteriormente, Nani tinha dito que os *piqueteros* haviam lhe *prometido* trabalho numa fábrica de costura. Embora no momento tenha dito não saber o nome da organização, mais tarde nos indicaria como chegar “a um refeitório onde tem uns piqueteros”, que acabou sendo o *cabildo Mayo*. Ao ver a *fábrica*, supus que Nani teria passado pelo MTR. Enquanto ela tinha ido embora decepcionada, porque toda a história do ateliê “não tinha dado em nada”, enquanto tinham *oferecido* a Estela “um plano para ser piquetera” e ela não aceitou, a experiência de Ana parecia bem diferente: Eles me ajudaram muito, eu não tinha nada e me ajudaram muito, me disse Ana quando nos sentamos para tomar um chimarrão. Nos três casos, uma mesma retórica –expressada nos termos dar e receber– parecia estar em jogo.

Ana está há quase dois anos no movimento. Tem o costume de ir todos os dias ao *cabildo Mayo*, geralmente com três de seus cinco filhos: de manhã vai cuidar da biblioteca e à tarde prepara o lanche que o *cabildo* serve aos deste turno. Desde que a conheci, Ana era vista preocupada para *conseguir trabalho*. Tem que ser através agência –disse essa mesma manhã para outra *companheira* do *cabildo* que tinha lhe perguntado como andava a procura–, porque através da agência você apresenta as referências e pronto. Ontem apresentei referências da casa onde trabalhei 12 anos. Bom, vamos ver.

Como Estela, e como a maioria das mulheres que conheci em Varela, Ana trabalhava com o serviço doméstico. Nos últimos anos só tinha conseguido bicos, apesar de estar procurando alguma coisa estável. O último tinha sido há 6 meses atrás, na casa de uma senhora na Capital: Esse eu consegui pela agência, o problema é que tinha que dormir lá, e Lucas tinha um mês. Quando me chamaram eu fui, mas não fiquei nem uma noite. Quando deram 8 horas pensei, ‘não posso deixar o bebê sozinho’. Ainda por cima, apareceu a filha da patroa com sua bebê e começou a dar o peito. Aí disse, ‘vou embora’. A dona da casa me dizia, ‘fica Ana, você faz tudo tão bem’. Eu dizia que, mesmo sendo na Capital, eu não tinha problema de sair às 10 da noite, mas que me deixasse dormir na minha casa. Mas ela disse que só lhe servia se fosse para dormir no emprego. Ana fez uma pausa e acrescentou: A mulher já tinha outras duas empregadas que dormiam lá, na verdade não sei para que precisava mais uma.

No dia da minha visita guiada pelo *cabildo Mayo*, Ana andava com os classificados de baixo do braço. Quando nos sentamos no quintal, disse estar preocupada porque logo

começariam as aulas dos meninos e teria que comprar uniformes e tênis. Além do mais, disse que se não trabalhava “se chateava”: Não sei, parece até que eu me deprimi.

Nossa conversa foi interrompida com o chamado de Olga, quem nos anunciou que era hora de partir para “a reunião sobre os planos para jovens”, que seria num *cabildo* de um bairro vizinho, o bairro de Villa Salcedo, a umas 25 quadras de onde estávamos. Saímos de *Mayo* Olga, Ana, dois meninos de mais ou menos 14 anos e eu. Caminhamos duas quadras por essa mesma rua do *cabildo* e paramos um instante na casa de Ana, que tinha que pegar a bandeja de rosquinhas que tinha feito para vender na reunião de Villa Salcedo. As mesmas rosquinhas que Ana costumava vender no *cabildo Mayo* quando tinha algum evento importante; as mesmas que vendia, também, durante as *marchas*.

Entramos na grande Avenida 1º de Abril, que estava sendo asfaltada e contava com 3 quarteirões pavimentados. Olga comentou que o desfile de carnaval desse ano seria ali. Onde acabava o asfalto havia várias máquinas estacionadas e um grupo de operários fazendo medições. Começavam as quadras de terra; e ao longe podiam ser vistas duas aplanadoras funcionando. Num momento dobramos à esquerda, numa rua de terra mais estreita. Voltamos a dobrar e fomos entrando em ruas mais precárias. O cenário me parecia muito diferente do que eu tinha transitado no dia anterior. E era difícil concentrar minha atenção nas conversas de Olga e Ana –que me explicavam o porquê dos nomes dos *cabildos* e o porquê dos *cabildos* chamarem-se *cabildos*. Eu só pensava que cada vez tinha mais lama, menos árvores e menos sombras; que as casas iam aparecendo mais frágeis: paredes de tijolo ainda por terminar, paredes montadas com pedaços de madeira, tetos de chapa, algumas casinhas de madeira e papelão. Em várias esquinas havia montinhos de lixo e terra. Em outros trechos, as ruas desapareciam. Tratava-se de grandes extensões de terra, com casinhas rodeadas de cercas de arame improvisadas. Além dessas casinhas, cada lote contava com outros objetos: moveis ao relento, sacos, papelões, casas menores no fundo, tanques de lata e piscinas de plástico.

O caminho se tornava um zig-zag por conta das partes lameadas e os buracos a ser sorteados. Olga tinha dificuldade para acompanhar a velocidade dos meninos: Você tem certeza que conhece o caminho?, perguntou meio nervosa a um deles. Sim, já lhe disse que sim Dona Olga, que pelo assentamento é mais rápido, respondeu o menino. Então eu perguntei em que bairro estávamos e ele me corrigiu: Este é um assentamento, o Assentamento 7 de Novembro. Depois de um tempo, as ruas foram delimitando-se novamente, as casas de alvenaria reaparecendo, e voltamos a pisar o asfalto. Segundo disse um dos meninos, estávamos na 6ll, rua principal do bairro de Las Canillas. Em comparação ao

*assentamento* se tratava de uma região mais transitada, com alguns quiosques, uma igreja, alguns refeitórios comunitários e avisos de “padaria” ou “pão” em várias casas.

De certa forma, pode-se dizer que a diferença entre *bairro* e *assentamento* é de caráter temporário. O que hoje as pessoas chamam de bairro começou como assentamento, quer dizer, como *ocupação de terrenos* –fiscais ou privados– loteados pelos próprios ocupantes. No caso de Villa Margarita –como boa parte da província de Buenos Aires– essas ocupações vem dos primeiros anos da década de 80<sup>1</sup>. Muitas pessoas entre 40 e 60 anos que conheci durante meu trabalho contaram ter chegado aos bairros quando “não existia nada”, quando “tudo se inundava”, quando “isto era terra de ninguém”. Hoje, Villa Margarita conta com ruas traçadas, casas construídas, divisão entre os lotes e sistema de água corrente. Os assentamentos –que trazem o nome da data em que se iniciaram as ocupações, e que em geral tem de 1 a 6 anos de antigüidade– carecem dessa infra-estrutura. A casa pela metade, inacabada, junto a um conjunto de casinhas provisórias, constitui uma fotografia paradigmática do assentamento. Para os moradores dos bairros são essas as condições de vida que fazem dos assentamentos *favelas*. É curioso que para mim não se pareciam a isso. Acostumada às favelas de capital, o *assentamento* com casas separadas por amplos terrenos, aparecia como um *bairro*. Os lotes, como me indicariam mais tarde, são de 30 por 10 metros. Em geral nem os lotes dos assentamentos, nem os lotes de bairros como Villa Margarita, Los Canillas ou Villa Salcedo têm título de propriedade. Um bem que, segundo alguns, Dizem que está para sair.

Indo reto por essa rua principal de Las Canillas chegamos a Villa Salcedo e ao *cabildo* onde seria a reunião. Um lote com uma casa de alvenaria e um teto de chapa que protegia do sol grande parte do quintal. Ali tinha uma mesa retangular de madeira, rodeada de bancos, cadeiras, banquinhos, que reunia umas 50 pessoas. Adultos e crianças, homens e mulheres, alguns sentados e outros em pé, escutando a mulher de cabelos castanhos que falava do centro

---

<sup>1</sup> Um dos casos de ocupação de terras melhor documentado durante a década de 1980 é o de La Matanza (Merklen 1991). Outros trabalhos (Aristázabal e Izaguirre 1988; Fara 1985; Cravino 1998) tratam casos do sul da Grande Buenos Aires, centrando-se em ocupações massivas como as de Quilmes e de Almirante Brown. Como ressaltam todos estes autores, as ocupações de terras se enquadram em um processo de correntes migratórias em direção à Grande Buenos Aires, provenientes dos estados do interior do país, de alguns países limítrofes, e da cidade de Buenos Aires, onde o governo militar (1976-1983) estava executando o “Plan de Erradicación de Villas” (programa de erradicação de favelas). Cabe ressaltar que, no contexto deste processo, o segundo cordão da Grande Buenos Aires é a área que atende o maior crescimento populacional. Dentro deste cordão, Florencio Varela ocupa o segundo lugar. Depois de Moreno, com um crescimento de 47,6%, Florencio Varela atende a 46,7% -o que significa que o município passou, entre 1980 e 1991, de 163.452 a 254.514 habitantes (Morano, Lorenzetti e Parra 2002:24-36).

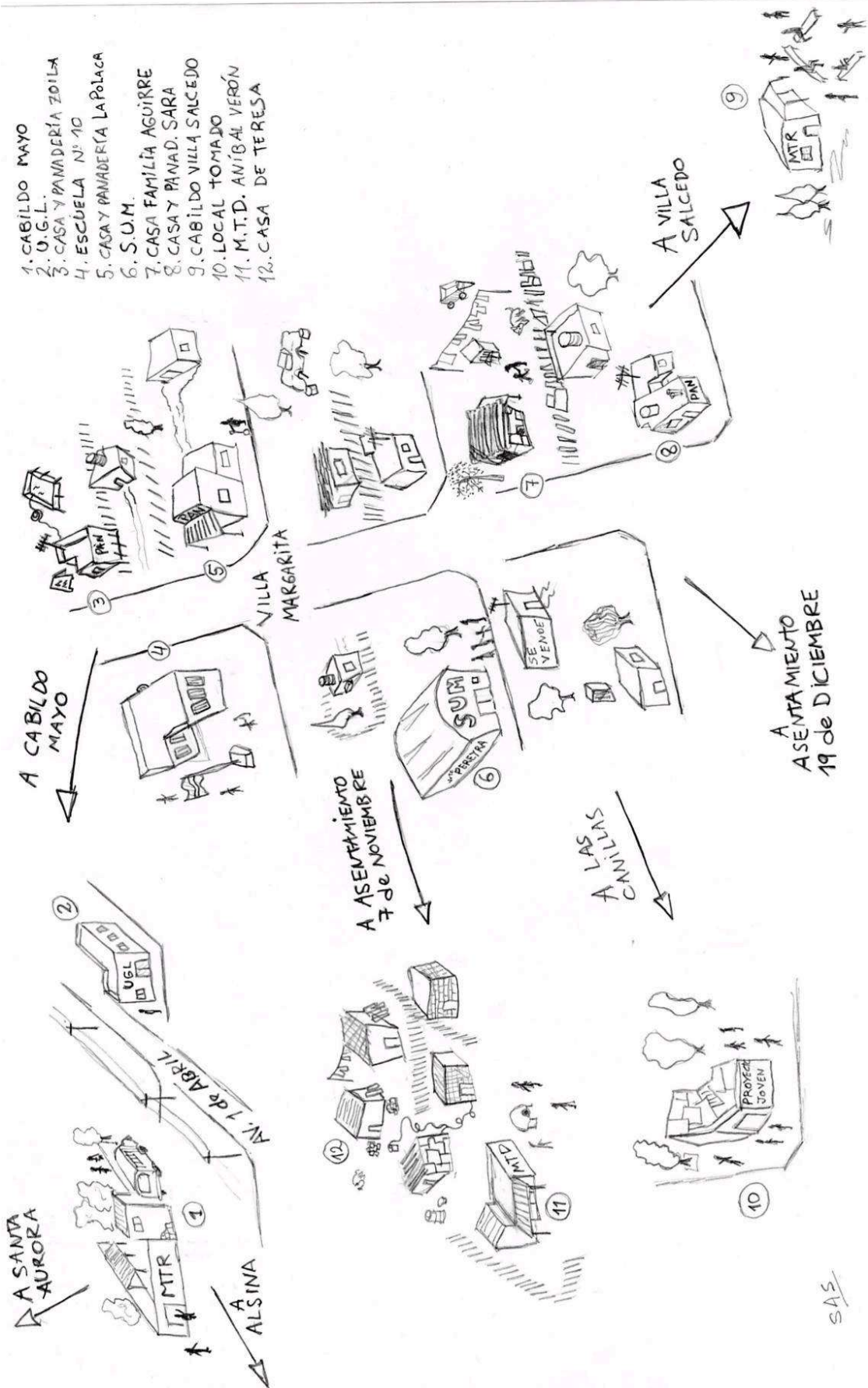
da mesa, fazendo esforço para elevar o tom de sua voz. A reunião tinha então começado. A mulher, de uns 30 anos, chamada Claudia, usava o símbolo distintivo do MTR –um lenço azul claro amarrado no pescoço– e dizia ao público presente, Eu quero que fique claro que as bolsas não estão liberadas, a única coisa que existe é a possibilidade de apresentar um projeto de oficinas para os jovens, e aí sim o governo vai dar as bolsas. Fez uma pausa e olhou as pessoas que a escutavam em silêncio. Agora –continuou–: nós não vamos fazer os projetos, vocês têm que fazer, são vocês, os pais e os filhos, que têm que pensar o que querem fazer. Vocês entenderam o que estou dizendo?, perguntou fazendo uma nova pausa.

O silêncio parecia se interromper por um murmúrio, alguns comentários em voz baixa, movimentos, suspiros, gestos de desconforto. É que na outra reunião tinham dito que iam dar bolsas, murmurou alguém a meia voz. Então, uma mulher que estava em pé, assentiu com a cabeça e disse em voz alta: Por isso eu vim aqui, por isso viemos muitos dos que estamos aqui. Eu não sou do movimento, mas quero que os meninos saiam da rua e façam coisas. Agitada e elevando ainda mais o tom de voz, prosseguiu, Aqui tem muita gente que não é do movimento, ou que é de outros movimentos, e que veio porque foi dito que as bolsas eram certas. Agora, eu te pergunto –disse a mulher interpelando Claudia–, o que eu digo ao meu menino que está entusiasmado e pensa que vai ter uma bolsa, o que eu digo ao meu filho?

O ar ficou carregado. Claudia tentou apaziguar os ânimos, mostrando que evidentemente tinha havido um mal entendido. Qual é o seu nome senhora?, perguntou. Gloria, respondeu a mulher. Bom Gloria, aos meninos é preciso dizer a verdade. Bolsas existem, mas para conseguí-las temos que apresentar projetos de oficinas.

Gloria –essa mulher de presença imponente que me chamou atenção desde o início– escutara Claudia com um olhar glacial, fumando um cigarro atrás do outro. Se tinham perguntado seu nome, não era fruto do seu anonimato e sim porque Claudia não a conhecia, já que não era de Villa Margarita nem de Villa Salcedo, mas de General Vega, um lugar mais distante de Florencio Varela. Como perceberia em pouco tempo, para o resto dos que estavam ali, e principalmente para os de Villa Margarita, Gloria era bem conhecida.

1. CABILDO MAYO
2. U.G.L.
3. CASA Y PANADERIA ZOLA
4. ESCUELA N° 10
5. CASA Y PANADERIA LA POLACA
6. S.U.M.
7. CASA FAMILIA AGUIRRE
8. CASA Y PANAD. SARA
9. CABILDO VILLA SALCEDO
10. LOCAL TOMADO
11. M.T.D. ANIBAL VERÓN
12. CASA DE TERESA



SAS

De modo que aos que queiram, eu devolvo toda a documentação agora, porque isto agora não é preciso, disse Claudia referindo-se à pilha de xerox de DNI<sup>2</sup> que havia sobre a mesa. Uma pilha que ia crescendo enquanto Claudia falava: alguns tinham se aproximado à mesa para deixar seu papel; outros tinham conservado-o na mão, esperando o fim da reunião para entregar. E eu me encontrava, pela primeira vez, com um sinal freqüente em minhas visitas a Varela. Várias vezes voltaria a ver essas “primeira e segunda folha” do DNI xerocadas, principal documento a ser apresentado para poder ser beneficiário dos diversos planos de emprego do governo.

Claudia perguntou se alguém tinha dúvida e fez-se um novo silêncio. Gloria acendia outro cigarro. Ao longe escutava um jorro de água caindo num balde: era Ana, do *cabildo Mayo*, enchendo uns galões de plástico numa torneira que ficava num dos cantos do pátio: É que a água de Villa Margarita não pode ser bebida, a deste bairro é mais limpa porque os poços ficam mais abaixo, me explicaria Ana mais tarde. Claudia voltou a perguntar se tinham dúvidas e uma mulher interveio timidamente, falando em voz baixa: Eu queria saber se o projeto afeta o plano, porque disseram que se inscrevêssemos os meninos para receber as bolsas, nos cortariam o plano. Claudia nem chegou a responder porque, nesse mesmo momento, uma menina atravessou violentamente o grupo de pessoas que estavam em pé, se aproximou ao centro da sala e, deixando uma nova pilha de xerox sobre a mesa disse, Eu venho dizer que deixo tudo isso aqui e vou embora.

Sua intervenção gerou um silêncio absoluto. E então a jovem se manifestou, dizendo que tinha sido “ameaçada por um companheiro do cabildo Mayo”: Me disse que se lhe cortassem o plano por minha culpa, me dava uma surra. Mas como assim?, exclamou Claudia. A jovem explicou melhor: Porque as pessoas que eu inscrevi para as bolsas dos jovens me perguntaram sobre o plano, e eu disse que poderiam cortar os planos por ter a bolsa, e aí me ameaçaram.

O alvoroço foi enorme. Claudia tentou pôr ordem, implorando silêncio e pedindo às pessoas que se tranquilizassem: Os que recebem plano –explicou forçando a voz– não podem ter bolsa, mas os filhos que não recebem plano sim. Por exemplo, eu recebo plano com cargas. Minha filha, como tem 12 anos, não recebe. Então ela sim pode receber uma bolsa. Agora, os meninos maiores de 16 anos que recebem plano não podem receber bolsa. Entenderam?

E de novo o silêncio. Naquele momento a resposta de Claudia me pareceu esotérica. Por que haveria incompatibilidade entre o *plano* –dos adultos– e as *bolsas* –dos meninos?

---

<sup>2</sup> Documento Nacional de Identidade.



Então me lembrei dos comentários de Estela, durante meu primeiro dia em Varela, sobre as *baixas* que tinham dado nos *planos* pela irregularidade nas *cargas*. Para os *planos com cargas* o destinatário deve apresentar não só a xerox do seu DNI, como também a do DNI de seus filhos menores de 18 anos –o qual certifica efetivamente que *tem cargas*. Talvez venha daí o temor pela discrepância do *plano* com as *bolsas*: muitos dos que estavam nessa reunião já tinham entregue os documentos de seus filhos, em caráter de *carga familiar*, para obtenção do *plano*.

De qualquer maneira, o simples fato da inquietude daquela mulher que perguntou se “o projeto afetava o plano” me chamou atenção. Alguma coisa significativa tinha que estar em jogo para que essa mulher decidisse falar frente a todos, apesar da fadiga que isso lhe produzia. Junto a sua dúvida, a outra jovem irrompia impiedosamente, denunciando ter sido “ameaçada” por um *companheiro* que pensava que, por ter *inscrito* seu filho para receber a bolsa, poderiam *dar baixa* no seu próprio plano. A situação revelava uma preocupação e um temor compartilhados pela eventual perda do plano. Do mesmo modo que em minhas caminhadas por Alsina e por Santa Aurora durante o dia anterior, na reunião de Villa Salcedo o plano aparecia como um bem de valor que podia correr perigo e devia ser protegido. E mais ainda, aparecia como linguagem coletiva, entendida por todos: *inscrever-se no plano, esperá-lo, consegui-lo, recebê-lo, dar a baixa, perdê-lo*, eram sinais dessa linguagem, como também as xerox, os formulários e as assinaturas.

Lembremos que aquela manhã no *cabildo Mayo*, quando Olga me convocou à reunião, tinha dito que era para ver a questão dos “planos para jovens”. E acabou não sendo *planos* e sim *bolsas*. Podemos pensar que tratou-se de uma confusão de termos – e daí as suspeitas de incompatibilidade entre ambos. Mas podemos pensar, também, que mais que uma confusão, o que estava em jogo era o uso do plano como um signo geral, capaz de referir a uma série de recursos que *o governo dá*.

Independentemente dos significados que pudesse ter para cada um dos que estavam presentes na reunião, o *plano* atuava como linguagem compartilhada, permitindo a comunicação a um conjunto de pessoas diverso e heterogêneo. Digo isso porque ali pude conhecer pessoas como José Luis, um homem que trabalhava num quiosque de Villa Salcedo, que não recebia plano algum nem era do movimento, mas que, segundo me disse, sempre que podia dava uma força. José Luis tinha *inscrito* seus dois filhos de 15 e 17 anos nas bolsas. Foram eles os que, mais tarde, se ofereceram como voluntários para pegar os formulários dos projetos no Ministério de Desenvolvimento Social na Capital. Na reunião também tive a

oportunidade de conhecer Enrique, um rapaz de 25 anos que estava particularmente interessado nas oficinas de computação. Enrique mora em Villa Margarita com sua mulher e sua filha de 2 anos. Quando foi demitido da pizzeria onde trabalhava, foi indenizado com 2000 pesos. Então pôde comprar o terreno, que “era só mato”; comprou um aparelho de som, consertou sua moto, começou a construir sua casa e ficou “sem um tostão”. Não conseguia emprego, e aí fui ao cabildo Mayo, me disse Enrique quando terminava a reunião de Villa Salcedo. Estive vários meses esperando o plano, mas não saiu. Mesmo assim, o pessoal do cabildo Mayo me ajudou muito, por isso venho aqui.

Como Ana, Enrique se sentia ligado aos que nos momentos difíceis tinham sabido ajudar. Enquanto falava, penteava seus cabelos compridos até a cintura e prendia com um elástico. O problema do pessoal de Mayo é que eles lutam pelos 150 pesos, assim não dá para progredir, me disse Enrique. Uma mulher de Villa Salcedo que escutava a conversa interferiu meio consternada: Mas como pode! Estamos lutando por 300 pesos! As coisas são assim, é preciso lutar, ninguém vai te dar nada. Sim –respondeu Enrique–, já sei, mas isso aqui para mim não é definitivo, isso é um passatempo<sup>3</sup>, vocês vão morrer aqui e eu não quero isso. Foi então quando Enrique se afastou, talvez ao perceber que seus comentários eram impertinentes e tinham escandalizado sua interlocutora. Mais tarde se aproximaria a mim, retomando o assunto: Você entende o que estou falando? Eu tenho uma filha, eu quero que ela progrida. Eu digo ao pessoal de Mayo: vocês cara, vão ficar por aqui, e eu não, eu sou diferente. Eles dizem que estão aqui para... Enrique parou de falar. Passou a mão na testa, como quem procura alguma coisa na memória, e me disse que não lembrava do “nome”. Depois de uns segundos retomou: Ah sim, que estão aqui pela ‘mudança social’. E eu me pergunto, o que é a mudança social? Estar ganhando 150 pesos?

“Trabalho, dignidade e mudança social” é a palavra de ordem do Movimento Teresa Rodríguez. Enrique parecia interpretá-la a seu modo: para ele, mudança social era poder pagar os estudos de sua filha, era poder terminar sua casa, era melhorar suas condições de vida. Lembro que me surpreendeu a postura distante em relação ao movimento com que se colocava este rapaz preocupado pelo “progresso”. E que eu não soube bem como interpretar suas palavras. Por um lado sua insistência em falar comigo e esclarecer-me que ele era “diferente”, parecia ter a ver com minha própria presença: mulher, de sua mesma idade, de Buenos Aires, cidade da que Enrique falava com encanto e admiração. Ao mesmo tempo, percebia-se que a

---

<sup>3</sup> Enrique repetiu essa palavra mais de uma vez. Me deu a sensação de que a usava não no sentido de “entretenimento” e sim para indicar que sua relação com o movimento era circunstancial. No entanto, não foi assim que a mulher interpretou, nem como transcendeu ao *cabildo Mayo*.

participação de Enrique era como a de um outsider. Quando nessa mesma reunião Claudia anunciou que o movimento tinha pensado em “ocupar um galpão abandonado” no bairro Las Canillas, para abrir um centro cultural onde funcionariam oficinas para os jovens, Enrique foi o único ali presente que sugeriu esperar a liberação das bolsas: Por que não esperamos que saiam as bolsas e então ocupamos o lugar? Claudia respondeu que era necessário concretizar a *ocupação*, para que o governo visse que já havia um espaço onde funcionavam as oficinas dos beneficiários: Assim –disse– as bolsas sairão mais rápido.

Apesar de não vê-lo muito convencido com a resposta de Claudia, no dia seguinte no meio da manhã Enrique se apresentou no galpão a ser *ocupado*. Mas seu jeito de participar na *ocupação* era o de alguém que, mesmo estando ali, permanecia fora: Enrique ajudava na limpeza, mas também tomava cuidado para não se sujar; não comeu o ensopado no almoço, não se sentou no chão, e foi embora um pouco depois do meio-dia. Talvez porque para Enrique o movimento era algo que estava a ponto de pertencer ao passado: Acho que consegui um emprego, ele me disse aquele dia. Nunca mais voltei a vê-lo. Numa reunião do *cabildo Mayo* alguém disse que ele tinha sido contratado numa pizzaria em Quilmes, mas que isso não tinha importância, porque ninguém precisava de uma pessoa que diz estar no movimento “por hobby”.

Se na reunião de Villa Salcedo havia pessoas sem plano –como Enrique, como o moço do quiosque– também era claro que nem todos que recebiam plano tinham conseguido-o através do MTR. Eram aos “pais” e “vizinhos” que Claudia interpelava, pedindo colaboração para montar os projetos: Vocês têm que armar os projetos. Não vou ser eu, nem o movimento, repetia a dirigente, uma e outra vez. Porque de repente eu armo um projeto de carpintaria ou de música e não tem nada a ver com o que vocês querem, e assim não adianta nada.

A própria Gloria tinha dito publicamente que ali havia pessoas que não eram do movimento, ou que eram de outros. Depois, conversando comigo, Gloria disse receber *plano*. De algum movimento?, perguntei. Não, de um político, respondeu ela. Enquanto seu marido – que tinha assistido uma reunião anterior organizada pelo MTR, a que tinha levado *os papéis* para *inscrever* os meninos– não recebia *plano*. Ele diz que isso é para os vagabundos –me disse Gloria–, então, quando aparecem uns bicos, ele faz.

Sentada junto a Gloria e rodeada de seis dos seus sete filhos, Letícia –que não devia ter mais que 30 anos– tinha escutado atentamente as notícias sobre as bolsas. Alguns dias depois, conversando no galpão ocupado, soube que Letícia e Gloria eram *comadres*. Agora Gloria está

cuidando do meu filho mais velho –me disse Leticia–, que tem 17 anos. Foi uma decisão do juizado, porque ele andava com más companhias, sabe, e Gloria o segura com rédeas curtas, trabalhando na padaria. Quando perguntei a Leticia quanto tempo levava no movimento, ela respondeu, Não, eu tenho plano da UGL. Vim aqui porque inscrevi os meninos nas bolsas.

“UGL” viria a ser uma das siglas que mais escutaria durante minhas visitas a Varela. Numa oportunidade, um funcionário do município me explicou que UGL era a abreviatura de “Unidade de Gestão Local”, unidades que, enquadradas no programa municipal de “Gestão Participativa”<sup>4</sup>, estão distribuídas em diferentes bairros e são conformadas pelos representantes de cada instituição local: escola, posto de saúde, clube social, igreja. São como pequenas sedes do município que procuram melhorar a comunicação entre o prefeito e a comunidade, me explicou o funcionário aquela vez. Enquanto pessoas de Villa Margarita, Villa Salcedo e outros bairros costumam definir UGL em outros termos. Quando eu perguntei a Leticia o que era UGL ela respondeu, São os planos dados pelo governo. Do mesmo modo que muitos outros me responderiam, São os planos dados pelo município. Uma associação – entre UGL e planos– que se corresponde ao fato de que a grande expansão das UGL começou cerca de 2002, quando por determinação do governo nacional os municípios passaram a ser o canal distributivo do “Plan Jefas y Jefes de Hogar Desocupados” (JJDH), o plano de emprego que adquiriu uma magnitude desconhecida até então<sup>5</sup>. As UGL foram os organismos encarregados de executar o Plano em Florencio Varela, cadastrando destinatários e organizando a contraprestação de 4 horas diárias que cabe a cada beneficiário.

A Leticia, por exemplo, lhe cabe trabalhar numa chácara municipal, em caráter de contraprestação pelo seu *plano da UGL*: Vou todos os dias de 7 as 10 da manhã. Teríamos que ser dez pessoas, mas somos sempre três, porque a coordenadora marca a presença deles do mesmo jeito.

Leticia sempre foi dona de casa e se *inscreveu no plano* quando seu marido –que trabalhava em construções– ficou desempregado. De vez em quando ele faz uns bicos, e

---

<sup>4</sup> Sobre as UGL e o modelo de gestão participativa em Florencio Varela, ver Scaglia e Woods 2000, e Ferraudi Curto 2004. Sobre um processo similar em outros municípios da Grande Buenos Aires ver Frederic 2003.

<sup>5</sup> Criado em abril de 2002, sob a gestão do governo provisional de Eduardo Duhalde e no contexto da declaração de “Emergência Ocupacional Nacional”, o Plan Jefas y Jefes de Hogar Desocupados (JJDH) (Plano Chefas e Chefes do Lar Desempregados) é um plano com *carga familiar*. Como já adiantei, isto quer dizer que, para obtê-lo, o beneficiário deve acreditar a condição de desempregado, como também de chefe ou chefe do lar, com pelo menos um filho menor de 18 anos sob a sua responsabilidade. Enquanto o plano de emprego que tinha alcançado mais beneficiários era o chamado Plan Trabajar (que em 1997 chegou a contar com 200 mil beneficiários), em 2003 o plano JJDH chegou a contar com 2 milhões. Atualmente se estima que a cifra foi reduzida a 1 milhão e meio de destinatários (ver Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social 2003, e [www.trabajo.gov.ar](http://www.trabajo.gov.ar). 22 de Junho de 2005).

também recebe o plano, me disse ela. E era precisamente por isso que Letícia estava preocupada: Nós dois temos o plano Jefas y Jefes, e agora deram muitas baixas nos planos que estão com a mesma carga. Me disseram que eu me inscrevesse aqui com os piqueteros, porque então podem me dar um plano diferente, mas eu não gosto desse negócio das marchas, não gosto disso de andar por aí, pela rua.

Foi lá pelo final da reunião em Villa Salcedo que Claudia anunciou a iniciativa de *ocupar* o galpão abandonado em Las Canillas: Para que as oficinas tenham lugar para funcionar e as bolsas saiam mais rápido, explicou. A *ocupação* seria realizada na manhã seguinte, Mas precisamos saber se podemos contar com a ajuda dos pais, porque sem o apoio não ocuparemos o lugar. Mais uma vez a reunião permaneceu em silêncio. Enrique perguntou em que consistia a *ocupação*. Claudia disse que a idéia era chegar lá as 7 da manhã, Temos que levar pás e rastilhos para limpar, porque o galpão está muito sujo. Aí a polícia vai aparecer, mas só para registrar o fato. Se o proprietário não aparecer, ficamos. Se aparecer, tentamos negociar com ele, lhe dizendo ‘Olhe senhor, este lugar está abandonado há muito tempo, se concentram ladrões, aconteceram várias tentativas de estupro, nós queremos armar um centro cultural para os meninos do bairro’. Claudia reforçou que era importante a colaboração dos pais, Porque não é justo que a gente faça o trabalho para que depois todos usem o lugar. Claro que todos podem usá-lo –esclareceu imediatamente– mas nós todos temos que lutar.

E novamente o silêncio. Zoila, uma mulher de uns 50 anos que estava sentada num dos bancos, justamente em frente a Claudia, disse com a voz quase inaudível que o que fosse bom para os meninos ela apoiava. No dia seguinte, ela compareceria ao galpão ocupado, levando o pão que ela mesma faz em sua casa. É que além do seu *plano da UGL*, Zoila tem uma padaria, que eu tive a oportunidade de conhecer uns dias depois. Anunciada por um cartaz de papelão na esquina, o balcão está situado na parte da frente da casa, que fica em Villa Margarita, perto de onde mora Gloria –de quem Zoila, assim como Letícia, também é amiga. A casa de Zoila é de alvenaria; ela mesma foi erguendo ao longo de 20 anos, quando saiu do Chaco<sup>6</sup> e se estabeleceu em Varela. Tem um jardim com gramado bem cuidado e uma piscina de plástico cheia. Ali mora com sua filha adolescente, que está *inscrita nas bolsas*. Ali também Zoila fica

---

<sup>6</sup> Província do noroeste argentino.

todas as noites com sua neta de 2 anos, porque há um mês sua filha mais velha conseguiu um trabalho no turno da noite numa fábrica de guarda-chuvas.

Quero saber quem está de acordo, com quem podemos contar para a ocupação do galpão, repetiu Cláudia, e alguns minutos depois foi mais radical: Levantem a mão os que estão de acordo, disse ela. Retraídas, levantaram-se algumas mãos. Gloria manifestou-se uma vez mais: Eu não vou participar da ocupação, disse terminantemente. Posso ajudá-los em outras coisas, mas ir á ocupação não. E nem levo meus filhos. Além do mais –acrescentou, dirigindo-se a Cláudia–, vou te dizer uma coisa. Eu não fui à primeira reunião sobre as bolsas. O pai dos meus filhos foi, e hoje eu vim porque ele não podia. Ele me contou que na reunião falou-se de ocupar o SUM. E vou te dizer uma coisa: eu trabalho no SUM, se vocês apresentam uma carta, o SUM lhes dá o espaço, mas não ocupando...

Então os murmúrios apareceram novamente. O SUM (Salão de Usos Múltiplos) é um espaço que depende do município de Varela, criado pelo prefeito Pereyra, para funcionar como um centro cultural do bairro. Atualmente, no SUM funcionam diversas atividades: cursos de alfabetização e escola noturna para adultos; oficinas para os beneficiários do Plano Jefas y Jefes; e três vezes por semana, um posto de saúde de um programa do governo estadual. Gloria é a pessoa encarregada em abrir e fechar o lugar todos os dias. Sua acusação na reunião levantou várias discussões. Cláudia respondeu que o movimento nunca ocupava instituições públicas: Como são lugares do governo e o governo nunca nos dá nada, ocupamos lugares abandonados, como foi este cabildo, como foi o caso do cabildo Mayo e todos os outros cabildos. Alguns dos que estavam na reunião disseram que tinham estado nessa primeira convocatória à que se referia Gloria e asseguravam que o SUM não havia sido mencionado. Outros diziam que sim, mas que nunca falou-se de ocupá-lo. Acho que te informaram mal, disse alguém em tom sarcástico. Gloria estava cada vez mais séria: Eu digo a vocês –repetiu– nós cedemos o SUM para oficinas, mas com esse negócio da ocupação vocês não vão chegar em lugar nenhum.

Cláudia tentou temporizar, reconhecendo a participação de Gloria: Te agradeço por ter tido coragem de falar, porque é importante falar na frente de todos. Enquanto isso os rumores continuavam e grande parte das pessoas começava a se dispersar. Leticia tentava juntar seus filhos para partir; Ana ajeitava seus galões na bicicleta de um companheiro. Cláudia, em voz alta, tentou convocar novamente a atenção. Disse que esperava ver a todos no dia seguinte, porque a presença dos “pais e vizinhos” era fundamental na ocupação do galpão.

Lembrou também que os moradores de Las Canillas –onde ficava o galpão– apoiavam amplamente a ocupação, já que aquele lugar era um “buraco de delinquentes”.

Um contingente de aproximadamente 15 pessoas iniciava o caminho de volta a Villa Margarita. Entre elas estavam Olga, Ana e outros do *cabildo Mayo*. Gloria também estava ali e caminhava devagar com duas mulheres mais jovens. Gloria empurrava o carrinho do filho de uma delas, enquanto esta brigava com um menino de uns 5 anos que a desafiava desviando do caminho; e enquanto a outra ia segurando um bebê com um braço e outra criança de uns 3 anos com o outro.

Conversando com Gloria soube algumas coisas mais sobre aquela reunião. Segundo me contou, o MTR tinha *inscrito* jovens dos bairros, entre 12 e 25 anos, para receber as bolsas de 75 peses mensais que estavam sendo “baixadas de Nação”<sup>7</sup>. Gloria parecia estar decepcionada: Disseram que dariam bolsas, e agora o que eu digo ao meu filho?, repetia. E também repetia: Eles disseram que pensavam em ocupar o SUM, o pai dos meninos me falou. Eles fingem que não são políticos, que não tem nada a ver com a política e depois vem dizer que os peronistas fazem política!

Nas palavras de Gloria a *política* apareceu como uma acusação. Esse comentário, assim como sua reação ante a possível *ocupação* do SUM, foram talvez a mais forte evidência que participar numa reunião convocada pelo MTR não só não significava estar no movimento, como tampouco significava aderir a ele. Nessa reunião convergiram pessoas com diversas filiações e diversas opiniões em relação ao MTR. Quiçá Gloria fosse o personagem mais dissonante: recebia plano através de *um político*, tinha manifestado sua discrepância quanto à *ocupação*, tinha questionado a ausência das bolsas, e agora incriminava o movimento por *fazer política*. Além dela, na reunião também estava Enrique, que havia insistido em esclarecer que não era como “o pessoal de Mayo”, e quem, como adiantei, se afastaria do movimento depois de conseguir emprego; estava Leticia, quem apesar do perigo que corria seu plano e o do seu marido, parecia resistir em *inscrever-se com os piqueteros*, já que esse “negócio de marchar” não lhe agradava.

No caminho de volta a Villa Margarita, eu e Gloria íamos andando por um rua asfaltada, que terminava numa bifurcação. Para um lado, uma grande estrada de terra irregular, com poças d’água e lama. Para o outro, uma rua de terra assentada. Foi nessa bifurcação que Gloria deu o carrinho de bebê a uma das mulheres que, carregada de filhos, despediu-se de nós. Perguntei-lhe aonde morava. Aqui no assentamento, respondeu ela,

---

<sup>7</sup> Se refere ao governo nacional.

apontando em direção à terra irregular. Gloria começou a rir às gargalhadas: No assentamento? Da um tempo! Na favela você quer dizer! Enquanto as duas davam risadas, eu e Gloria fomos pela rua de terra assentada. Então ela retomou nossa conversa sobre a reunião: Acontece que me dá raiva que digam que os peronistas fazem política e eles não. Eu sou do PJ, disse fazendo uma pausa. Ah é?, perguntei. Sim, trabalho para Pereyra.

Quando perguntei a Gloria se ela gostava do Pereyra ela respondeu, Não, como é que eu vou gostar, mas tenho que engolir. Estou aí para o que ele precisa. E o que você faz?, perguntei. De tudo um pouco, o que for preciso, respondeu rotundamente, indicando a obviedade de minha pergunta. E é certo que muitas vezes tive respostas desse tipo ao perguntar “o que você faz” aos que disseram *estar na política* ou *trabalhar para* um político. A resposta de Gloria –“de tudo”, “o que for preciso”– é paradigmática. Trata-se de algo que não precisa ser explicado, exceto a mim, claro, para quem não é evidente em que consiste esse *trabalho* que, ofensivamente, costuma ser referido com o termo *puntero*.

Tínhamos chegado ao asfalto e entrávamos em Villa Margarita. Está vendo? Este é o SUM, disse Gloria entusiasmada, me mostrando uma construção de tijolo com aspecto de escola. Sua casa ficava a um quarteirão dali, e ao lado a padaria de sua mãe. Gloria disse que quando eu quisesse poderia ir até sua casa tomar um mate, Assim te conto um pouco do bairro. Me disse que eu fosse na parte da tarde, porque de manhã estava ocupada “dando o leite”. Com esta explicação, supus que na casa de Gloria funcionava um refeitório comunitário –o que fazia desta mulher uma pessoa cada vez mais interessante para mim. Na verdade, ao longo da caminhada e com o passar dos dias fui conjecturando que a reação de Gloria em relação à presumível *ocupação* do SUM talvez não fosse somente por ser porteira desse espaço. Gloria parecia ser uma figura inteiramente ligada ao peronismo local, e não só porque *trabalhava para* Pereyra, porque recebia *plano de um político*, porque operava o funcionamento do SUM. Como ficara sabendo pouco tempo depois, Gloria era filha de La Polaca, uma das figuras mais associadas ao Partido Justicialista nessa região. Pouco a pouco, a reunião sobre as bolsas ia tomando nova densidade: os comentários de Gloria –Nós cedemos o SUM, mas ocupá-lo não–, Claudia dizendo que “o governo não nos dá nada”, transluziam uma relação tensa entre o *movimento* e o *pessoal do Pereyra*.

Durante as semanas que passei em Varela, minha relação com Gloria foi difícil. O que aconteceu é que acabei sabendo mais sobre ela através de seus conhecidos do que por ela mesma. Aquele dia voltando da reunião foi o único momento em que Gloria pareceu estar confortável conversando comigo. Mas nos dias seguintes, mostrou-se completamente esquiva.



Passei pela padaria –que ela mesma atende– várias vezes; algumas, Gloria mandava um dos seus filhos dizer que “tinha saído”; outras me recebia, então eu tentava conversar sobre qualquer coisa, coisas que não incomodassem, a chuva, o calor, os mosquitos, a massa dos biscoitos. Um dia, atrás do balcão e falando baixo, ela disse que gostaria de conversar comigo, Eu vou falar porque vou confiar em você, eu simpatizo com você, mas aqui não, um dia temos que ir a outro lugar e aí te conto tudo. Não consegui convencê-la de que eu não precisava de informação comprometedora, que simplesmente queria fazer uma história do bairro a partir do que as pessoas quisessem me contar –ou não consegui convencê-la, ou evidentemente, o que Gloria queria me contar era um assunto delicado para ela. Quando você volte, traga os documentos, assim eu te conto as coisas tranqüilamente, me disse na tarde em que fui me despedir, quando eu já estava voltando para o Rio. Mas o que você quer que eu traga?, perguntei. Não sei, as coisas da faculdade e tudo mais, assim a gente conversa e eu te conto as coisas.

Penso que a distância imposta por Gloria devia-se, em parte, ao fato de associar-me ao MTR. Quando conversávamos costumava me perguntar pela *ocupação do galpão dos meninos*, pelas bolsas e pelo que acontecia nas reuniões que se sucederam. Várias vezes me disse que tinha que ir ao galpão ocupado, retirar os documentos dos filhos. Por sua vez, as pessoas do MTR marcavam sua antipatia por Gloria e mostravam-se incomodados quando sabiam que iria encontrar-me com ela, ou com Mabel, a representante da UGL de Villa Margarita pela Escola Nro.10, a quem conheci através da Gloria. Por que você vai falar com elas?, me perguntavam alguns. Vão te contar tudo errado, me advertiam outros. Gloria sempre diz besteiras, não serve para fazer a história de Villa Margarita, me dizia Vero<sup>10</sup>, uma adolescente de 14 anos que ocupou um lugar tão importante no meu trabalho de campo que prefiro reservar sua apresentação –e a de sua família, a família Aguirre– para quando entrem em cena, no último capítulo. Basta dizer agora que, numa ocasião, Vero me denunciara frente a seu pai, Juan, lhe dizendo: Papai, você sabe com quem essa Julieta está andando? Com a Mabel, a da Escola 10, e com a filha da Polaca! Juan –quem então disse que eu estava “perdida”– tinha *trabalhado para Pereyra* durante muito tempo: Pereyra me prometia que quando ele subisse me daria emprego e até hoje nada. Me cansei de Pereyra, da Polaca, da Gloria, não quero mais saber de nada, me disse aquele dia.

Para Juan –como para muitos outros– Gloria e La Polaca eram uma espécie de ícone do governo de Pereyra. Você não viu a foto dele que temos lá em casa?, me perguntou Juan

---

<sup>10</sup> Apelido de Verônica.

com entusiasmo. Está com Vero pequenininha. Está aí, atrás da porta, e qualquer hora dessas eu jogo no lixo.

Até aqui meu relato pode dar a impressão de um cenário bipolar, dividido em “piqueteros” por um lado e o “pessoal do Pereyra” por outro. Trata-se certamente de uma oposição muito recorrente na literatura sobre piqueteros, protesto social, movimentos sociais e outros rótulos afins. Uma oposição que costuma ser colocada em termos de experiências cotidianas de confronto entre organizações de desempregados e aparelhos partidários (Svampa y Pereyra 2004:53,90; Grimson 2003:60); ou em termos de modalidades de ação que se presumem radicalmente diferentes, como “espaços de verticalidades” no caso do “puntero” e “espaços de horizontalidades” no caso do “piquetero” (Mazzeo 2004: 76-77); ou finalmente, em termos de uma preocupação em torno da possível influência que a “cultura clientelista” estabelecida pela estrutura do Partido Justicialista exerceria sobre as flamantes organizações de desempregados (Grimson 2003:74).

Uma oposição que também faz sentido desde o ponto de vista dos líderes e militantes dos movimentos piqueteros, para quem os *punteros* do PJ constituem os maiores competidores na disputa pelos recursos dados pelo governo, como também pela adesão das pessoas que os recebem. Se é verdade que em nosso trabalho podemos identificar relações conflituosas entre personagens como Gloria e Claudia, ou entre Gloria e Juan, entendo que codificá-las nessas etiquetas estanca uma realidade complexa e oscilante, ao passo que perde a perspectiva dos que são chamados –por outros– de *punteros* e *piqueteros*. Até o momento, temos algumas pistas dessa complexidade. O fato de Gloria ter estado na reunião convocada pelo MTR, com a intenção de incluir seus filhos como beneficiários das bolsas. Já mencionei também, que na reunião participavam pessoas com outras filiações, que não necessariamente abraçavam o movimento. Neste sentido, não só interessa o que foi dito na reunião, como também o que é dito por ela. Gloria, Zoila, Leticia, o homem do quiosque, e outros, não estavam no movimento; no entanto, contavam com relações através das quais pudessem saber sobre a reunião organizada pelo MTR em Villa Salcedo. A partir dessa situação social que foi a reunião pelas bolsas, proponho o seguimento dessas tramas de relações interpessoais como unidade de análise.

A reunião como situação social nos fala, também, da amplitude do *plano* como possibilidade e como meio de vida; de que pessoas de diversas procedências se encontram

falando uma mesma linguagem: uma linguagem associada aos *planos*, mas também à distinção que separa *bairro* de *assentamento*, às preocupações comuns como “tirar os meninos da rua”, às siglas vividas como UGL, MTR e SUM –que só poderiam parecer crípticas a um estranho como eu–; uma linguagem associada a uma relação com o *governo* e com o *movimento* como aqueles que *dão* –ou como aqueles que poderiam *dar*. Essa reunião fala, também, que um movimento como o MTR se sustenta com a participação de pessoas que teoricamente não fazem parte de suas bases. Para realizar a ocupação convocada por Claudia – e para que essa ação ilegal fosse percebida como legítima– era necessária a colaboração dos *vizinhos*.

A reunião torna evidente que em Florencio Varela as pessoas não estão separadas em *punteros* e *piqueteros*; tampouco estão separadas de acordo à organização piquetera à que pertencem. Propor –como propus na Introdução– um olhar descentrado dos movimentos para fazer uma abordagem do modo que as pessoas participam neles, é propor uma etnografia capaz de dar conta das redes que provocam cisões que se transformaram em nossos pressupostos<sup>11</sup>.

Essas cisões são desafiadas, também, pela própria história das pessoas que conheci em Villa Margarita. Como no caso de Juan, muitos dos que integram os movimentos *estiveram na política, trabalharam para* algum político, fizeram (ou fazem) militância partidária. Para concluir este capítulo, gostaria de apresentar resumidamente duas dessas pessoas. No mesmo dia da reunião pelas bolsas, conheceria Rulo, que trabalha na área de *Segurança* do MTR. Antes de entrar no movimento Rulo era vendedor ambulante: Vendia de tudo, carteiras, tesouras, lingerie de mulher, preservativos, vendia nas ruas, nos sinais, em Varela, em Claypole e em Quilmes. Em uma de nossas caminhadas Rulo me disse que nessa época também *trabalhava na polícia*. Eu estive no grupo que se opôs ao partido e apoiou a candidatura de Menem em 87. Me dá um pouco de vergonha mas também de orgulho, porque nós estávamos do lado oposto ao partido, e apoiamos um projeto. Foi bonita essa época... Rulo disse que depois se “cansou da política”. No partido era acusado de “comunista” e “anarquista”: Eu sei lá o que é ser comunista, eu sou super peronista. Meu pai era super peronista, teve que dar um tempo no sindicato porque em 75 balearam nossa casa e minha mãe lhe disse que se não parasse com aquilo, ela voltaria comigo e meus irmãos para o Chaco. Me chamavam de comunista porque eu trabalhava para as bases, porque entregávamos

---

<sup>11</sup> Acredito que estas redes podem ser pensadas à luz do que Elias (1987) chama *figuração*, quer dizer, como relações de interdependência recíproca. Esta proposta eliasiana inspira minha análise.

mercadoria e eu desviava para os companheiros. Claro que eu ficava com alguma coisa –com alguma coisa eu tinha que ficar– mas me certificava que a comida chegasse aos que precisavam.

Embora alguns reclamem dizendo que é pura pose, Rulo é um dos poucos *companheiros* que usa o lenço azul claro do MTR, amarrado no pescoço. Lembro que alguma vez lhe perguntei qual era a diferença de estar no partido e no movimento, e ele disse que era “muito diferente”, Porque aqui no movimento as bases são o principal. Íamos pela Avenida 1º de Abril em direção ao *cabildo Mayo* e a poeira encharcava nossos olhos. De qualquer jeito, disse Rulo após um silêncio, para mim esta é mais uma luta. Eu não sei se estou aqui por causa da mudança social. Eu estou porque esta é a batalha em que estou. Sempre estive em alguma e esta é a que eu tenho que lutar agora.

Nos próximos capítulos conheceremos Mirta, quem desempenharia um papel central na ocupação do galpão convocada por Claudia na reunião que acabamos de acompanhar. Como Rulo, Mirta está na *Segurança* do MTR. Numa ocasião, enquanto caminhávamos em direção ao *cabildo Mayo* perguntei a Mirta como tinha sido sua entrada no movimento. Foi uma vizinha que lhe havia contado que “os piqueteros estavam dando planos”: Deixe de brincadeira, o que eu vou fazer com esses piqueteros de merda!, teria dito Mirta à sua vizinha. Mas no fim das contas “tomou coragem e foi”. Soltando uma gargalhada Mirta acrescentou: E gostei muito! Primeiro estive no refeitório e depois me meti na Segurança, que eu adoro. Fez uma pausa e acendeu um cigarro. O que você fazia antes?, perguntei. Antes? Antes trabalhei para os radicais, depois para os peronistas. Agora este é o meu trabalho, daqui não me tiram mais.

Com os peronistas tudo bem, nenhum problema, respondeu Mirta, quando lhe perguntei pela relação que tinha com os que hoje continuavam no PJ. No entanto, ela era uma das que não aprovava minhas visitas à casa da Gloria e de La Polaca.

Falando na Polaca e na Gloria, cabe dizer que, ao contrário do que possa ter parecido até o momento, a família não é monolítica. Vimos que a Gloria desconfia dos *piqueteros* e da minha proximidade a eles. Enquanto isso, seus quatro irmãos fazem parte do *Movimiento de*

*Desocupados Anibal Verón*<sup>12</sup>, que, junto com MTR, constitui uma das organizações piqueteras mais importantes de Florencio Varela.

---

<sup>12</sup> O Movimiento de Trabajadores Desocupados Anibal Verón atualmente é liderado pelo Movimiento de Trabajadores Desocupados de Florencio Varela, e aglutina diversos Movimientos de Trabajadores Desocupados, como o de Quilmes, o de Jose C. Paz e alguns da cidade de Buenos Aires. O MTD de Florencio Varela foi fundado por uma cisão do Movimiento Tereza Rodríguez, em 1999. Anibal Verón foi integrante de um movimento de desempregados na província de Salta, morto numa repressão policial em 2000 (Svampa e Pereyra 2004:72, 237 e ss).

## II. A família de La Polaca e o *Seguro Público de Saúde*

A casa de Gloria –que é a casa de La Polaca– fica a uns dez quarteirões do *cabildo Mayo*. É de alvenaria bem acabada, com paredes de reboco, pintadas de branco. À direita fica a padaria, que tem sua entrada pela rua. Diferente da padaria de Zoila e de outras que conheci, a de La Polaca está montada como uma loja, com porta de vidro, balcão com geladeira embaixo, vitrine para os doces, cestas para os pães, maquinas para cortar frios e balança.

Como naquela manhã parecia estar fechada, bati na porta ao lado. Ao invés do filho da Gloria, me atendeu Teresa, uma moça de uns 25 anos que me recebeu com um sorriso, e depois de avisar que “tinha gente”, saiu com uns papéis na mão, atravessou a rua e parou no portão da Escola N. 10. Me dispus a esperar Gloria, pensando que essa seria minha última tentativa: na manhã anterior ela mesma tinha dito para eu voltar na manhã seguinte, por volta das 10; se não quisesse me receber –pensava eu– desistiria de uma vez por todas (ou pelo menos por um tempo).

Minha mãe está tomando banho, me disse o filho mais novo quando veio até a porta. E disse: Mas entrou no banho antes de você chegar. Consegui conter o riso, lhe agradei e atravessei a rua em direção ao quiosque. Não te recebeu?, me perguntou Teresa ao me ver passar. Então lhe contei sobre meu trabalho e disse que tinha ido à casa da Gloria para “ver o refeitório”. Você está falando do leite que ela ofere, me corrigiu. Mas é só até as 10, terminamos há pouco tempo. Teresa olhava para dentro da escola, procurando alguém que a atendesse. Uma mulher baixa apareceu na porta. Xerox, pediu Teresa. Da pilha de papéis que levava numa pastinha verde, tirou alguns DNI e os entregou à empregada. Primeira e segunda folha, indicou.

Foi através de Teresa que eu soube que na casa de Gloria não funcionava exatamente um refeitório. Gloria é manzanera, me disse Teresa. “Dar o leite” –como Gloria tinha dito alguma vez– significava receber na sua casa, três manhãs por semana, as mães beneficiárias

do Plan Vida<sup>17</sup>. Teresa também disse ser *manzanera*, No entanto, agora como me mudei para o assentamento, tive que me demitir, porque se você não for do bairro pode criar problemas. Mesmo assim, em geral estou mais aqui do que lá, porque eu trabalho ali na esquina. Aonde?, perguntei. Ali no SUM, sou secretária do médico, disse Teresa, me convidando para ir até lá qualquer dia: Estou lá quartas, sextas e sábados, a partir das 2 da tarde.

Antes de despedir-se Teresa disse que Gloria era a pessoa indicada para contar a história de Villa Margarita. E disse: Quem também pode te ajudar é a minha sogra, que é da Liga de Mulheres já faz um tempão. Ela sabe tudo do bairro. Mora por aqui?, perguntei. Sim, aqui em frente, disse Teresa. Pode perguntar por ela, lhe chamam pelo nome de La Polaca.

Dias depois, aceitando o convite dessa jovem que era a mulher do Diego, o filho mais novo de La Polaca –e irmão mais novo de Gloria– entrei no SUM, esse lugar conhecido por fora e só imaginado por dentro, nas inúmeras vezes que eu tinha passado por aquela esquina. Nesse momento eu já tinha me livrado da dependência de guias como Rulo para circular pelos bairros, e conseguido aprender um itinerário que me permitia transitar sozinha: a casa de Gloria, a da família Aguirre, o *cabildo Mayo* do MTR, o galpão ocupado no bairro de Las Canillas e, agora, o SUM.

Eram duas da tarde e as ruas de Villa Margarita estavam quase desertas. O SUM estava aberto, mas também parecia desabitado. Estive um tempo percorrendo aquele grande salão, onde havia escrivadinhas e várias cadeiras amontoadas. Em cada extremo dois quadros-negros; nas paredes laterais, algumas cartolinas com trabalhos de ciências, essas que tem gráficos de plantas e sementes coladas. Por último, um cartaz escrito em vermelho:

CAPACITAÇÃO PARA BENEFICIÁRIOS DO  
*PLAN JEFAS Y JEFES.*

---

<sup>17</sup> O Plan Vida é um programa do governo da província de Buenos Aires, que consiste na distribuição de porções diárias de leite para crianças menores de seis anos. Em Florencio Varela o programa foi implementado em 1994, e no resto do conurbano, em 1996 (Masson 1999:102 e ss). A denominação de *manzanera* está associada à própria organização do programa: uma mulher é responsável pela distribuição das porções num determinado rádio de *manzanas* (quarteirão em espanhol) –que podem ir de 4 a 10. Trata-se de um trabalho não remunerado. Creio que praticamente todas as mães que conheci em Florencio Varela são ou foram beneficiárias do Plan Vida.

Os que receberem o Plan Jefas y Jefes de Hogar Desocupados tem o direito de optar  
por estudar em troca do plano.

VENHA ESTUDAR, TERMINE O ENSINO FUNDAMENTAL

Informações de segunda a sexta de 13 às 15h

SUM Villa Margarita

Por um corredor se chegava a outro cômodo, onde havia dois banheiros e a salinha em que o medico atendia. Me assustei quando, nesse sossego impassível, a porta se abriu e vi sair o filho mais novo de Gloria, que deve ter 12 anos. Tinha ido ao medico porque estava com “muita dor de barriga”. O que o medico disse?, perguntei. Acho que estou com intoxicação de novo, respondeu ele. Em seguida acrescentou, O médico esta atendendo minha mãe. Foi então quando chegou Teresa correndo, explicando que tinha se atrasado. Carregava no colo seu filho Kevin, de dois anos: Diego teve que ir fazer uns bicos e eu tive que trazê-lo comigo, explicou. Do armário do fundo trouxe um caderno e algumas pastas com papéis. Sentou-se em uma das mesas e começou a traçar com uma régua as linhas de uma lista. Anotou a data do dia, e pediu a *carteirinha* a seu sobrinho. Quando Gloria saiu do consultório chegaram duas mulheres, que também deram suas credenciais a Teresa. Pude ver que em todas essas credenciais estava escrito “Seguro Público de Saúde”: a da Gloria dizia “manzanera”; a das outras mulheres, “trabalhadora do bairro”; e a de outra que chegaria mais tarde, “comadre”. Em cada linha e por ordem de chegada, Teresa anotava nome e numero da credencial. Também perguntava quem iria consultar-se. Segundo eu fui percebendo, não necessariamente a titular da credencial era a pessoa que faria a consulta, mas usando o mesmo número, outro membro da família –que costumavam ser os filhos- podia ser atendido.

Ela também é manzanera, me disse Teresa, apontando para uma das mulheres que estava esperando sua vez. Não –corrigiu a mulher–, eu sou comadre, sou comadre da Blanca. Então Teresa me explicou que *comadre* era a pessoa que ajudava a *manzanera* em suas tarefas. A comadre se encarrega de controlar o pré-natal das grávidas. Então soube também que o “Seguro Público de Saúde” que funcionava ali atendia exclusivamente à operadoras do Plan Vida: *manzaneras, comadres e trabajadoras do bairro*. Perguntei a Teresa e calculou que devia ter um total de 200 mulheres que eram atendidas ali, do bairro Villa Margarita e outros bairros vizinhos. Explicou que na *salinha de emergência* do bairro La Estrella, Nós temos uma caixa separada, que diz “Remediar”, e tem todos os nossos medicamentos.

Estou lhe dizendo assim porque ela é da universidade –explicou Teresa às mulheres–, e está fazendo um trabalho sobre Villa Margarita. Então Amália, uma mulher de uns 30 anos que tinha levado seus filhos a uma consulta, me disse: Diga que somos todos pobres, que



alguns querem progredir, que outros querem ficar como estão, que outros são pivetes, e que é tudo uma zona.

Enquanto a maioria das mulheres que deixava o nome na lista perguntava a Teresa quanto tempo estimava de espera, e só voltavam perto de seu horário, Amália ficaria sentada ali, batendo papo comigo e com Teresa até as 6 da tarde, depois que as 17 pacientes desse dia tivessem sido atendidas. Durante essas 4 horas Teresa parecia chatear-se, enquanto Amália falava sem interrupção, contando-me suas histórias como se fossem autênticas epopéias. A mais extensa e detalhada foi a de seu último parto no Hospital Materno de Varela, que fica em Alsina. Para Amália, o atendimento do Hospital Materno era “vergonhoso”, igual a do único posto de saúde próximo a Villa Margarita, a *salinha de emergência* do bairro La Estrella. Durante os últimos dois anos, Amália tinha deixado de levar seus filhos à salinha, depois de uma ocasião que, por conta de um diagnóstico errado, sua filha que então tinha 5 anos terminou na Unidade de Terapia Intensiva de La Plata: Desde essa vez comecei a ir ao Doutor Santos, que é um médico particular que atende perto da Estação Varela e cobra 20 pesos a consulta, me explicou Amália. No entanto, agora que o médico do *Seguro Público* tinha mudado, ela voltou a usar o atendimento do SUM. Esse cara não é como o de antes, que te mandava tomar uns remédios e pronto, você lembra Teresa?, disse Amália. Não, esse agora explica o que você tem, faz desenhos e tudo, por isso é que eu gosto.

Ao chegar, Amália tinha sido anotada na lista de pacientes sem apresentar carteirinha. Num momento, já no meio de nossa conversa, perguntei se ela era *manzanera*, e me disse que não: Eu estou aqui com a credencial da minha irmã, a Gloria. Então Teresa disse, Claro, não te apresentei, ela é minha cunhada! Amália era irmã de Gloria<sup>18</sup> (todos os caminhos levam a Gloria, pensei então). E como Gloria, Amália também “estava no plano”. Antes trabalhava na padaria da sua mãe, La Polaca, por 300 pesos, Mas eu larguei, porque o comércio é um trabalho muito escravo, não sobrava tempo para mim. Cachito –o marido de Amália– também trabalhava numa padaria, mas não em Varela e sim em Quilmes: A padaria fechou e ele ficou desempregado, e aí consegui o plano da UGL, me disse Amália. Quando lhe perguntei que trabalho fazia Cachito para receber o *plano da UGL*, ela demorou em responder. Acho que faz alguma coisa numa horta, disse sem saber bem. Então achei que a contraprestação não deveria ser muito cotidiana na vida de Cachito; lembrei de Leticia<sup>19</sup>, que também trabalhava numa horta municipal como contraprestação de seu *plano da UGL*, e que tinha me dito que de dez

---

<sup>18</sup> Ver gráfico de parentesco, p. 52

<sup>19</sup> Leticia estava na reunião pelas bolsas organizada pelo MTR, ver capítulo I, p.34.

peessoas, somente três compareciam. Algumas semanas depois conheceria Mabel, que coordena algumas contraprestações do Plan Jefas y Jefes, desde seu posto na UGL de Villa Margarita. Numa de nossas conversas Mabel me disse, O governo federal exige que trabalhem, mas ninguém dá recursos para que trabalhem. Então eu chamo os homens para fazer trabalhos de manutenção na escola e não tenho material, tenho só uma pá, só um homem trabalhando, enquanto os outros 30 ficam olhando. Mabel me explicava que ela mesma reduzia as horas de trabalhos dos beneficiários: Para que tê-los aí sem fazer nada!

Em algum momento, perguntei a Amália qual trabalho correspondia a ela para receber o *plano da UGL*. Não –corrigiu–, eu estou com os piqueteros. Agora eu estou de licença, mas trabalho no refeitório. Amália estava de licença maternidade, porque fazia dois meses tinha nascido seu terceiro filho, Nahuel. Embora nesse momento, essa licença chamou minha atenção, em pouco tempo eu perceberia que o funcionamento dos movimentos piqueteros parece seguir o modelo das relações de trabalho. No caso do MTR, o movimento que tive mais contato, essa lógica não só inclui licença maternidade, como também fins de semana, licença médica, controle das 4 horas obrigatórias de trabalho –registrada em planilhas de entrada e saída–, e férias. As semanas de janeiro e fevereiro que passei em Varela coincidiram com os quinze dias de férias –organizadas em dois turnos alternados– a que tinham direito cada *companheiro* do movimento. Quinze dias úteis que alguns aproveitavam para viajar para suas cidades natais, outros para fazer algum tratamento médico, e outros para fazer uns bicos.

Amália está há mais de um ano e meio com *os piqueteros*. Quando trabalhava na padaria de sua mãe, tinha se *inscrito* na UGL, para receber o “Plan Família”. Esse plano, como ela mesma explicou, é um plano com *cargas*, mas que, diferente do Plan Jefas y Jefes – dependente do Ministério do Trabalho–, depende do Ministério do Desenvolvimento Social. No entanto, os filhos de Amália já constavam como *carga familiar* no plano Jefas y Jefes que Cachito recebia através da UGL: Tinham dito a mim que a pessoa que já tivesse os filhos inscritos em outro plano, não receberia o Plano Família, mas, por via das dúvidas, me inscrevi do mesmo jeito, me disse Amália aquela tarde no SUM. Passaram-se 10 meses sem ter notícias do plano. Todos os irmãos do Cachito estavam com os piqueteros e me convenceram para que eu fizesse o mesmo. Eu não queria ir sozinha, então pedi a meu irmão Diego que fosse também e se inscrevesse.

Na história de Amália a aproximação a um movimento piquetero aparecia como uma forma de aceder ao recurso que vinha a ser o *plano*, uma forma de acesso que havia recorrido após um ano de espera pelo *plano da UGL*. Um caminho –*inscrever-se na UGL*, esperar e

depois *inscrever-se com os piqueteros*— percorrido por muitos em Villa Margarita e outros bairros. Entre outras coisas, porque receber um *plano dos piqueteros* implica não só em cumprir a contraprestação de 4 horas de trabalho, como também ter a obrigação de ir às *marchas*, ou como alguns dizem, de ir ao *piquete*, ou simplesmente —como tinha dito Leticia naquela reunião de Villa Salcedo—, *estar sempre na rua*.

E assim como Leticia, para Amália *estar sempre na rua* tampouco lhe era indiferente: A primeira vez que entrei no trem para ir à marcha, me deu uma vergonha... Você não sabe como as pessoas olhavam, olhavam mesmo, e eu queria sumir, sabe como é, até que pensei, ‘bom, vergonha tem que ter o governo que pretende que a gente sobreviva com 150 pesos’. Naquela conversa, Amália soube dizer com precisão o ano e o mês que começou a frequentar as *marchas*, como também a data específica que foi aprovado seu *plano*. Durante 6 meses eu e meu irmão fomos a todas as marchas, Puente Pueyrredón, Plaza de Mayo, La Plata... Tivemos azar porque saíram muitas marchas para nós irmos. Azar não —corrigiu rapidamente—, porque como fomos a todas, o plano saiu rápido para nós.

Se por um lado Amália não gostava da história das *marchas*, por outro, ao aproximar-se dos *piqueteros* tinha entrado numa lógica específica: a que a quantidade de presença nas *marchas* é diretamente proporcional à possibilidade de obter um plano. Enquanto a UGL, teoricamente, tem como critério de designação dos planos a quantidade de filhos dos aspirantes, os movimentos piqueteros, teoricamente, têm como principal critério a quantidade de participação concedida. Dentro dessa lógica, *marchar* é a condição para obter num futuro mais ou menos incerto o direito ao plano. Incerteza pela qual muitos desistem depois de algum tempo indo às *marchas*, enquanto outros —como uma das irmãs de Teresa—, só retornam ao movimento sabedores que, finalmente, o plano foi aprovado.

Amália tinha *vergonha* de participar das *marchas*, não só pelo que fossem julgar esses anônimos passageiros do trem, como também pela opinião dos que sim a conhecem. Ao descobrir que seus filhos tinham se *inscrito junto aos piqueteros*, La Polaca ficou enfurecida: Vai procurar emprego, dizia à Amália. Mamãe não tem, respondia ela. Mas vai procurar um emprego digno, insistia a mãe. O que eu faço é digno, que eu saiba não ando mostrando a bunda por aí, desafiava Amália —que me contava a história dando risadas, imitando as vozes dos personagens, e sobretudo ridicularizando sua mãe. E continuou: Meu pai dizia, ‘Bom Polaca, os meninos querem progredir’. E minha mãe dizia que isso tudo bem, mas que ficar indo a marchas contra o governo não era progredir!

Nesses começos, Teresa se dava o luxo de brincar com essas divergências e debochar de seu marido (Diego) e de sua cunhada (Amália) quando partiam para o *piquete*: Quando eu e meu irmão íamos –continuou Amália– Teresa se despedia na porta e nos dizia, Estes piqueteros são uns vagabundos, não têm vergonha, né?

Sentada no banco do SUM, Amália imitava o tom de voz sarcástico de sua cunhada, e pelo que pareceu essa foi a única história que interrompeu o sono de Teresa, que ante o sossego daquela tarde cochilara sobre o caderno com as horas marcadas dos pacientes. O único barulho era a voz alta e incessante de Amália e, de vez em quando, os gritos de algum de seus filhos, que corriam pelo SUM: a competição era ver quem conseguia pendurar uma camiseta numa das vigas do teto; quando algum deles conseguia, iam até a mesa pedir a Amália que baixasse o brinquedo. Ela subia numa cadeira e com uma vassoura empurrava o trapo, que planava com poeira.

Enquanto para La Polaca *emprego digno* se opunha às *marchas contra o governo*, seu marido argumentava que essa era a forma que os meninos tinham encontrado para poder *progredir*. Enquanto Gloria acusava o MTR de *fazer política*<sup>20</sup>, para sua irmã Amália, estar no *movimento piquetero* tinha sido o que lhe permitiu abandonar o trabalho –“escravo”– na padaria. De repente, La Polaca –essa figura conhecida só através de terceiros, que dia após dia adquiria para mim dimensões cada vez maiores–, se humanizava. Não tinha um domínio absoluto sobre sua família, e não só porque alguns de seus filhos participavam num movimento piquetero, como também porque eles, ela, e seu marido, faziam interpretações diferentes sobre essa participação.

Por outro lado, me interessa ressaltar que, enquanto no capítulo anterior vimos que a aproximação das pessoas a um movimento pode acontecer numa situação de desemprego – como era o caso de Ana e Enrique<sup>21</sup> –, a história de Amália mostra que é possível entrar num movimento percorrendo um caminho diferente, e se for desejado até mesmo o inverso: *marchar* pode ser uma alternativa para um emprego que é vivido com desgosto. Estas aproximações distintas não só impedem simplificar o assunto numa equação do tipo ‘desemprego = piquetes’, como também nos lembram a importância de situar *os piqueteros* como uma possibilidade de vida em relação a outras: Enrique deixou de participar das reuniões do MTR quando conseguiu emprego; Amália só decidiu *inscrever-se* depois de ter esperado durante meses o *plano da UGL*. Em sua própria explicação sobre o trânsito entre

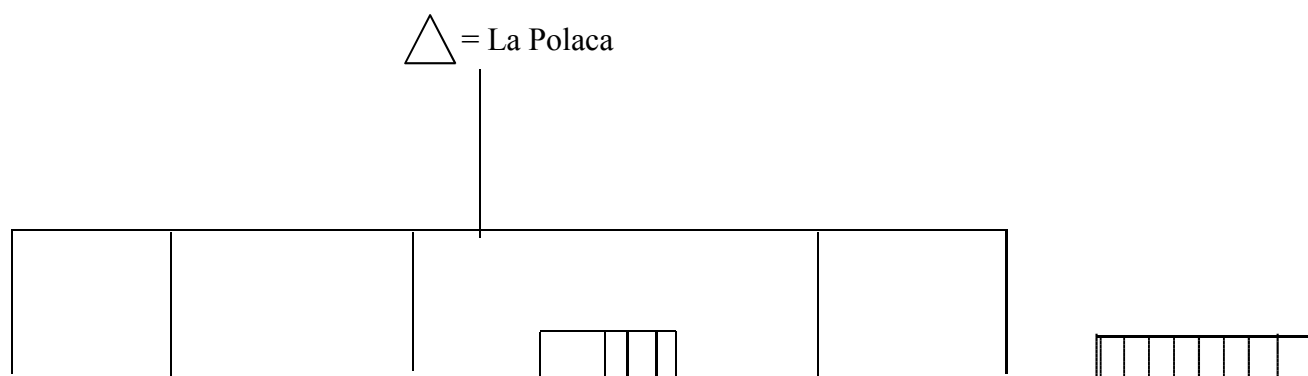
---

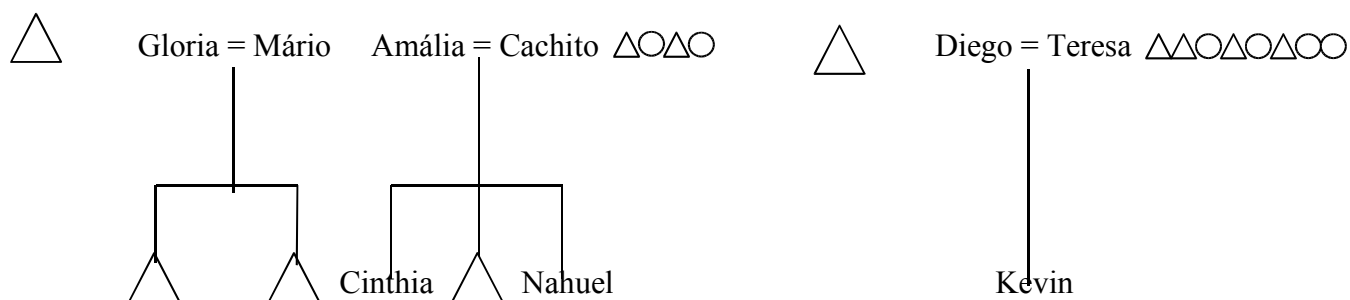
<sup>20</sup> Ver comentário de Gloria no capítulo I, p.37

<sup>21</sup> A apresentação de Ana e Enrique foi feita no Capítulo I, ver pp. 25 e 32 respectivamente.

esses circuitos, Amália recorria a um cálculo: não só no que diz respeito a sua preferência pelo *plano* no lugar do trabalho de 300 pesos na padaria de sua mãe, como também sua preferência pelo *plano da UGL*, no lugar do *plano dos piqueteros*; e mais tarde, a sua preferência pelo *plano dos piqueteros* no lugar do *plano da UGL*: Mas escuta essa –me disse Amália, como quem anuncia que a melhor parte da história está por vir. Quando os piqueteros me avisam que o plano foi aprovado, também me avisam da UGL que tinha sido aprovado o Plano Família. E eu perguntei a eles (os piqueteros) que fazer. Eles disseram que eu poderia fazer o que quisesse, mas que se eu ficasse com os dois planos e isso vazasse, eu ficaria sem os planos e ficaria também inabilitada para receber qualquer plano durante 1 ano. Então pensei assim: o Plano Família era de 350 pesos, pagos de 3 em 3 meses; o plano dos piqueteros era de 150 pesos, ou seja, eram mais 100 pesos, pagos mensalmente, porque o problema do Plano Família é que se gasta o dinheiro todo de uma vez, e depois como é que é? Então resolvi ficar com o plano dos piqueteros. Eles mesmos foram comigo dar a baixa no outro.

O que você fez com o negócio das cargas?, perguntei. Eu tenho PEC, respondeu Amália. O PEC é do Federal –explicou–, mas sem cargas. “PEC” se adicionava ao meu inventário de siglas. “Plan de Empleo Comunitario”, segundo me explicaria Rulo mais tarde. Siglas que, do mesmo jeito que UGL e SUM, circulavam cotidianamente entre as pessoas de Villa Margarita. Como costuma acontecer com as siglas, ninguém precisa saber que palavras são representadas por cada inicial, mas simplesmente conhecer o significado da abreviatura. Neste caso, saber se é do governo federal ou estadual; se é com ou sem cargas; quando e onde se recebe; e qual é sua quantia.





Segundo Amália, a partir de seu *plano dos piqueteros*, Foi tudo encadeado, porque entrei através dos meus cunhados e acabei levando todos os meus irmãos –somos 5 e 4 estão com os piqueteros. E também acabei levando todos os irmãos da Teresa. Levou você também?, perguntei a Teresa. Não, respondeu ela, eu já recebia o plano da UGL. Os irmãos de Cachito –continuou Amália– estão em La Verón<sup>22</sup> desde 1997 e estiveram no aconteceu na Ponte<sup>23</sup>. Esse dia os piqueteros sabiam que haveria repressão, porque eles sabem quando vai ter repressão. Então pediram para que as mulheres e as crianças fossem embora e que ficassem os homens que quisessem, que eles entendiam os que tinham medo. Mas não imaginavam o que aconteceria...

Desde então, todo dia 26 de cada mês, o MTD Aníbal Verón bloqueia o Puente Pueyrredón, pedindo o esclarecimento do caso e o julgamento dos responsáveis. Há alguns meses Amália tinha assistido uma reunião do MTD em que o assunto tinha sido falado. Eles sempre perguntam qual é tua opinião das coisas; nessa última que fui nos perguntaram o que achávamos do dia 26, e eu disse o que eu achava: que para o governo o bloqueio da ponte já é rotina, que não afeta nada, já sabem que vamos bloquear e pronto, para que então?

A externalidade com que Amália referia-se ao movimento –“eles”, “os piqueteros”, ou como dizia outras vezes, “o pessoal do refeitório”– me lembrava a externalidade de Enrique – que se referia “ao pessoal de Mayo” –, e a da Ana –que dizia que “eles” tinham ajudado muito. Eu estou com os piqueteros, tinha me dito Amália com tom de explicação, quando percebeu que eu tinha dado por certo que seu plano –como o do seu marido– era *da UGL*. Um

<sup>22</sup> Se refere à *Coordinadora Anibal Verón*, da qual fazia parte o *Movimiento de Trabajadores Desocupados de Florencio Varela* (MTD), hoje também conhecido como *Movimiento de Trabajadores Desocupados Anibal Verón*, ou simplesmente *MTD*.

<sup>23</sup> Se refere à repressão do Puente Pueyrredón, dia 26/06/2002, onde a polícia matou –atirando com balas de chumbo– Maximiliano Kostequi e Dario Santillán, dois integrantes do MTD, cujos nomes transformaram-se desde então em símbolos da luta piquetera.

*estar* que nos fala não somente sobre como Amália classifica o que faz, mas também como vive aquilo que faz. Como ela mesma disse, só “de vez em quando” vai às reuniões do movimento; mesmo quando trabalhava lá, era raro que ela ou sua família ficassem para o almoço no refeitório. Algumas vezes recebi a cesta básica –me disse Amália–, mas só algumas vezes, porque a cesta básica é dada uma vez por mês aos companheiros que mais participam.

Ter que *marchar* não é somente o critério que estipula a obtenção –e depois a manutenção– do plano, como também o critério que define quem terá direito às cestas básicas que muitos dos movimentos repartem mensalmente entre suas bases. Depois de uma semana do meu primeiro encontro com Amália no SUM, me lembraria de sua explicação sobre a lógica das cestas básicas em La Verón. Foi quando cheguei ao *cabildo Mayo*, do MTR, e pude ver no centro do pátio uma mesinha daquelas que se fecham, colocada verticalmente como um quadro-negro. Lá estavam coladas três listas de nomes e sobrenomes, que eram encabeçadas por um cartaz que dizia: “Marchas pela cesta básica: 16/11 – 23/11 – 10/12 – 14/12 – 20/12”.

Contei e eram 90 pessoas no total: 50 para “a cesta grande”, 15 para “a cesta pequena” e 25 para a cesta pequena a “\$1,50”. Num primeiro momento esses números me pareceram crípticos. Foi Irala –um homem que não é representante formal do *cabildo*, mas que tem uma presença notável nas atividades cotidianas e se encarrega de uma boa parte das *tarefas da administração*–, quem me explicaria que as datas eram as *marchas* que se contabilizavam para a cesta básica desse mês. O recebimento da cesta básica dependia da quantidade relativa de *marchas* que cada companheiro tinha comparecido nesse período de tempo. Irala me explicaria que “quem vai a todas as marchas, recebe cesta básica grande”; “quem falta duas (ou mais) de cinco marchas, recebe cesta básica pequena”; “os que foram a todas as marchas mas não pagaram a contribuição de cinco pesos ao movimento, recebem a cesta pequena, pagando um peso e cinquenta centavos.” Continuou explicando-me que essa contribuição era o dinheiro que o movimento precisava para se sustentar, Porque o governo nos dá para empreendimentos mas os nossos gastos –em xerox, papéis, em transportes–, tudo isso é bancado pelo movimento, com a contribuição dos companheiros.

Ao longo de minhas idas a Varela, reparei que a exigência de participação nas *marchas* costuma ser orquestrada pelas pessoas de diversas maneiras. Durante os primeiros meses de gravidez, Amália não gozava de sua licença, no entanto não *marchava*, nem recebia *falta*, porque Cachito ia em seu lugar. Teresa também ia às *marchas* substituindo seu marido, a cada vez que ele tinha que fazer um bico. A possibilidade de obter presença numa marcha

mandando um substituto também é uma prática recorrente no MTR. Durante meu trabalho tive a oportunidade de acompanhar uma marcha convocada pelo movimento na Plaza de Mayo. Como de costume, o encontro foi na estação de trem de Varela. Lá, uma pessoa de cada *cabildo* se responsabilizava pela planilha de presença e cada participante fazia fila para ser anotado no *cabildo* ao qual pertencia. “Nome”, “sobrenome”, “tem” ou “não tem” plano, eram os dados necessários. Em pé junto a um dos *compañeros* que anotava, percebi que alguns homens davam nomes de mulheres e algumas mulheres davam nomes de homens: eram os substitutos que informavam o nome de quem estavam substituindo.

A generalidade da prática de substituição parece revelar, por um lado, a importância que a quantidade tem para os movimentos: não importa tanto quem compareça à *marcha* e sim que alguém vá. Os movimentos dependem dessa participação, pois nessa quantidade mobilizada se aposta a obtenção de recursos por parte do Estado. Por outro lado, as substituições falam, também, da importância que a presença tem para as pessoas que vão às marchas. As listas que mês a mês são expostas no quadro-negro do *cabildo Mayo* não só informam sobre o que cada um deve receber, como também sobre o que cada um deu. Numa reunião desse *cabildo* presenciei uma discussão sobre a diferença que deveria haver entre a *cesta pequena* e a *cesta grande*. Alguém perguntou porque na cesta pequena não vinha nem óleo nem açúcar. Isso foi votado numa assembléia –disse Olga<sup>24</sup>, que então presidia a reunião. Mas temos que ver se continuamos de acordo, ou se queremos que mude o critério. Ana interrompeu dizendo que naquela assembléia, Nós mesmos dissemos que a cesta pequena não tinha que ter óleo, porque senão não existiria diferença para o que não frequenta marcha.

Assim, o tamanho da cesta básica indica *diferenças* na quantidade de trabalho que cada *compañero* havia dedicado ao movimento. Um vínculo íntimo entre *participação* e *cesta básica* que é visto negativamente, tanto por parte da opinião pública –que denuncia os movimentos de efetuar “práticas clientelistas”–, como pela literatura sobre o tema –que opõe “ação reivindicativa” a “ação política” e esclarece mais de uma vez que *planos* e *cestas básicas* são unicamente uma necessidade de curto prazo<sup>25</sup> –, como pelos próprios dirigentes –

<sup>24</sup> Sobre Olga ver Capítulo I, p. 24 e ss.

<sup>25</sup> Svampa e Pereyra (2004:95) escrevem que “diferente da ação desempenhada pelos cabos eleitorais, que procurava fixar o conflito no bairro, a lógica da ação dos movimentos de desempregados permitia articular a questão meramente reivindicativa com uma projeção política mais generalizada”. Ressaltam, também, que “podemos ver que, em todos os casos, a inclusão dos planos nas lógicas de construção política foi menos uma decisão das organizações que a pressão das bases frente aos contextos de urgência e necessidade” (:194). Grimson (2003:73) escreve: “Existe alguma diferença entre a obrigação de comparecer a um comício, imposta por um cabo eleitoral peronista, e a decisão votada por uma assembléia de desempregados, de que os que não participam ativamente de um protesto não possam aceder aos benefícios obtidos? Sim e não. Ao nosso entendimento, a imposição extrema por parte de um indivíduo de um tipo de troca de benefícios pessoais por



que percebem nesse vínculo um obstáculo para o “desenvolvimento político” do movimento: numa ocasião, Claudia<sup>26</sup> me disse que o problema do movimento era “como ir além da cesta básica e do plano”. Preocupada, acrescentou que o MTR tinha uns 2000 planos designados em Florencio Varela, mas só 600 companheiros trabalhavam efetivamente.

Por outro lado, desde o ponto de vista das pessoas que *marcham*, a *cesta básica* pode ser algo mais que uma *cesta básica*. Na lista que todo mês é exposta no quadro-negro do *cabildo Mayo*, a militância de cada *companheiro* é publicada. O que é dado ao movimento está sujeito à opinião dos outros e se traduz em atitudes coletivas de aprovação e reprovação, de reconhecimento e de censura. Poderia-se dizer, por diversas situações que vivi entre os *companheiros* do MTR, que a *cesta* é algo que pode indicar uma pessoa como um *companheiro trabalhador*, digno de respeito e de tolerância; ou, ao contrário, algo que pode permitir acusar alguém de vagabundo, pondo em jogo sua reputação; ou algo que pode orientar a mobilidade nas posições do movimento, promovendo uma ascensão ou um descenso.

E essa opinião que recompensa e sanciona não se fecha apenas nos *companheiros* do movimento, como também envolve outras relações, como a própria família, os vizinhos, os amigos. Ainda que rapidamente, no capítulo anterior pude apresentar Rulo, o moço que trabalhava na *Segurança* do MTR<sup>27</sup>. Rulo estava há dois anos no movimento, mas tinha sido sua filha de 12 anos que havia se aproximado do *cabildo Mayo*. Uma tarde em que Rulo me acompanhava a uma reunião de representantes do MTR em Villa Salcedo, me contou que era sua filha a que ia ao *cabildo* nos dias que o movimento dava mercadoria, levando uma sacola vazia, que voltava com arroz, açúcar e alguns mantimentos: Minha mulher mandava ela ir. Não tínhamos um tostão, então ela mandava a menina. Eles lhe diziam que eu fosse até lá, que não poderiam continuar dando mercadoria se eu não comparecesse, mas eu não queria saber de nada disso. Até que eles vieram me procurar e eu pedi que minha mulher os atendesse, dizendo que eu tinha saído. Saí voando pelos fundos e escapei.

Rulo não queria falar com eles. Lembro que lhe perguntei por que –Você não gostava das pessoas de Mayo?, eu disse então. Não, não, nada a ver, respondeu Rulo, com um tom que parecia indicar que eu não tinha entendido nada. Me dava vergonha, era isso: me dava muita vergonha ter 37 anos e não poder dar de comer a minha família.

---

votos, não é comparável à decisão coletiva de distribuir de maneira equitativa os benefícios entre aqueles que participaram na luta para obtê-los”

<sup>26</sup> Claudia tinha presidido a reunião pelas bolsas organizada pelo MTR, ver Capítulo I, p. 28 e ss.

<sup>27</sup> Sobre Rulo ver Capítulo I, p.42.

Algumas semanas depois do episódio em que o procuraram, sua mulher o convenceu de ir a uma reunião do *cabildo Mayo*. Bom, aí eu comecei a ir, me envolvi com o negócio da Segurança, que é uma coisa que sempre gostei, e pedi o plano, que me deram uns meses depois. Hoje em dia, Rulo costuma ir a quase todas as *marchas* do movimento. Nas duas *marchas* que eu acompanhei, ele podia ser visto concentrado em suas tarefas de *Segurança*, enquadrando o contingente, orientando o caminho, marcando o ritmo do passo, cuidando para que ninguém de fora se infiltrasse na coluna do movimento.

Diferente da experiência de Amália, para Rulo *marchar* é uma atividade realizada com orgulho. Talvez porque seja o momento onde se percebe o valor de seu trabalho; talvez porque *marchar* seja a condição para continuar recebendo cesta básica; talvez porque seja a condição de fazê-lo, sem sentir *vergonha*.

Eram quase 6 horas, naquela mesma tarde no SUM, quando saiu a penúltima paciente do consultório. Enfim tinha chegado a vez de Amália, que chamou os dois meninos e entrou. A essa altura Teresa estava cochilando de novo. Ajeitou-se olhando a hora e disse estar cansada. Então entrou um homem de uns 30 anos, cabelos compridos, várias tatuagens nos braços e um bebê no colo. Animada, Teresa deu um pulo da cadeira e segurou o bebê. Era Nahuel, o filho mais novo de Amália. Aquele homem, que perguntou pela sua mulher e sentou-se na mesa para esperar, era Cachito. Vinha de uns bicos como entregador na cervejaria Quilmes, É praticamente de dezembro a março, me explicou, porque precisam de mais gente no verão.

Amália apareceu na porta do consultório e chamou Teresa, que voltou num segundo com uma caixa cheia de papéis. Eram as histórias clínicas dos pacientes. Na verdade – explicava Teresa– eu tenho que fazer isso no princípio, mas eu me faço de boba porque me dá preguiça; agora o doutor me pediu para separar a ficha de Amália.

Ao ver essa caixa de papelão que se despedaçava, Cachito disse que Teresa era uma *favelada*. Juntando essa caixa e o assentamento, você é uma favelada com todas as letras, repetiu Cachito. Teresa começou a chamá-lo de *vagabundo* –que, junto com *favelado*, é a forma de deboche que mais escutei nas semanas que passei em Varela.

Fazia pouco tempo que Teresa e Diego tinham se mudado do quarto dos fundos da casa de La Polaca para uma casinha no Assentamento 7 de Novembro, um assentamento que

existe há dois anos. Segundo Teresa, agora os terrenos não corriam perigo, mas no início se havia feito uma *comissão de vizinhos* para evitar os despejos: Aí estava La Polaca, porque ela é a que mais sabe dessas coisas. As terras eram de um juiz e graças à comissão não houve o despejo, embora na última vez os padres e as freiras tiveram que aparecer, porque senão tiravam todo mundo.

O terreno de Teresa e Diego fica na parte mais baixa do assentamento, que costuma ter problemas de inundação. Essa é também a parte mais nova, quer dizer, a das ocupações mais recentes. Teresa e Diego não foram os que ocuparam o terreno. Compraram de um homem que tinha ocupado vários. Pagamos 350 pesos em duas vezes, mais 150 da casinha, 500 no total, me disse Teresa, que não gostava muito do assentamento. Hoje deu para lavar a roupa porque tinha água, senão tenho que ir para a casa da minha mãe. Quando não sai nada, vem o caminhão do governo e então enchemos os galões e as garrafas, mas com esse calor isso não serve para nada.

Quando tem, Teresa tira água de uma mangueira que divide com o vizinho do lado e com “o paraguaião” do terreno dos fundos. No entanto, suas reclamações não se esgotavam na água. Teresa tinha *medo* do assentamento: À noite não consigo dormir, escuto as pessoas passando e outro dia vi uns vizinhos carregando uma máquina de lavar –que era roubada, claro. Diego diz que eu sou cagona, mas o que eu vou fazer, me dá medo.

Diego costumava passar pelo SUM no horário de trabalho de Teresa. Ali ficávamos os três, compartilhando diálogos e silêncios, fugazmente interrompidos pelas pacientes que chegavam para marcar consulta. Numa dessas tardes, ele disse que Teresa exagerava: Está tudo bem no assentamento, é como qualquer lugar, se você não se mete com ninguém, ninguém te incomoda. Cinthia, a filha mais velha de Amália que estava com a gente, defendeu sua tia e disse que também tinha medo do assentamento: No dia do temporal parecia que a casa deles ia voar, disse a menina de 7 anos. Cachito deu gargalhadas e acrescentou ironicamente, dirigindo-se a mim: Quando vamos à casa de Teresa e Diego, eu digo à Amália, ‘Para que você vai tomar banho se vamos para a favela? Depois voltamos cheios de lama e temos que tomar banho de novo’.

Enquanto os moradores do centro de Florencio Varela –incluindo Alsina– consideram Villa Margarita, Las Canillas e arredores uma área de *favelas*, os moradores destes lugares reservam esse título para os *assentamentos*. No entanto, os que moram nos bairros costumam circular pelos assentamentos, e costumam ter parentes e amigos ali. O caso de Teresa e Diego é paradigmático: é muito comum que os filhos casados que moravam na casa de seus pais

num bairro ocupem –ou comprem– um lote no assentamento para começar a construir sua própria casa. Também é comum aqueles que tem famílias nos bairros e que, por alguma razão, tiveram que construir sua casa fora do município, se mudem a um assentamento para morar mais perto dos seus. Uma irmã de Teresa, por exemplo, tinha se mudado a Lanús<sup>28</sup> depois de casada. Alguns anos depois, soube através de seus irmãos que estavam *ocupando terrenos* em Florencio Varela. Sua própria decisão de *ocupar um terreno* esteve atravessada pela dúvida, porque isso significava passar de sua casa já terminada em Lanús para um lote completamente vazio, onde tudo ainda teria que ser construído. Não obstante, a proximidade dos parentes pareceu compensar o custo de ter que “começar tudo de novo”.

Foi numa tarde de calor abrasador que Teresa vislumbrou a possibilidade de voltar a morar em Villa Margarita. Ninguém andava pelas ruas, ninguém tinha entrado no SUM, e fazia um tempo que estávamos as duas sentadas no banco de madeira. Então, pela primeira vez, vi o médico saindo de sua sala: Vamos embora?, disse à secretária, que tinha passado todo tempo abrindo e fechando seu caderninho, bocejando e olhando o relógio. Entendendo o sarcasmo, ela fingiu um sorriso de orelha a orelha: era para esperar Amália, que tinha que chegar para sua consulta.

Mas não foi Amália, e sim Diego, que chegou ao redor das cinco. Assim como Cachito, Diego também faz uns bicos na Cervejaria Quilmes. Mas esse dia ele vinha de ter feito um conserto elétrico. O bom é que Diego sabe fazer de tudo –dizia Teresa–, e dessa forma a gente vai se virando. Diego sentou-se no banco de madeira: Vamos?, lhe perguntou a sua mulher. Temos que esperar tua irmã, respondeu ela. Então perguntei a Diego se ele tinha ido à marcha no dia 26, no Puente Pueyrredón, que tinha sido há uns dias atrás. Teresa começou a rir: Como é que ele pôde ter ido, se ficou dormindo! Ele deu um sorriso e disse que andava cansado. Não foi só nessa ocasião que percebi que a presença de Diego nas *marchas* era descontínua. Tampouco cumpria as 4 horas de trabalho no movimento: As minhas faltas estão justificadas pelos bicos, sabe, me disse ele alguma vez.

Faltando poucos minutos para as seis, Teresa deu um pulo e começou a juntar seus papeis para partir. Por conta dessas ironias da vida, depois de uma tarde totalmente calma, uma mulher com uma criança no colo entrou na sala. Posso te deixar marcada para a primeira hora de amanhã?, perguntou Teresa. É que já estou indo, disse quase desesperada. A mulher respondeu que precisava ver o médico, mas seria rápido. Tirou sua carteirinha da bolsa e

---

<sup>28</sup> Município do sul da Grande Buenos Aires.

entregou a Teresa. Quem vai se consultar? , perguntou Teresa. Ele, disse a mulher apontando para o menino. Ah, não te contei –disse a mulher enquanto Teresa anotava–, vou me mudar para Varela.

“Varela”, nesse caso significava o centro de Florencio Varela. Os olhos da secretária do médico se iluminaram; procurou o olhar do Diego, como quem procura consentimento para fazer alguma coisa. Quanto você está pedindo?, perguntou Teresa. Oito mil, respondeu a mulher. E como pode ser pago?, voltou a perguntar. Ou tudo junto, ou cinco mil primeiro e três mil depois. A mulher pareceu encerrar o assunto e perguntou, Sabem se hoje funcionam os telefones? Com a cabeça, Diego respondeu que não. Entendi que, uma vez mais, tinham roubado os fios da rede telefônica. Diego já tinha me explicado que isso acontecia de noite, perto de sua casa: Eu os vi várias vezes, subindo escadas. Nesse momento Teresa reclamou irritada: Está vendo? Quem disse que no assentamento não acontece nada? Depois, Amália diria que essa história dos fios era uma vergonha, O pior é que sabemos quem são. Não são pessoas que não tem o que comer, são os garotos que gastam dinheiro em drogas. E não adianta falar com os pais, porque é gente que passa o dia bebendo...

O tempo que demorou a consulta da mulher que estava mudando para “Varela” foi também o tempo que Teresa ensaiou todas as especulações possíveis para comprar a casa que a mulher deixava em Villa Margarita. Você imagina –dizia ela a Diego, que parecia um pouco apático–, voltar para cá, estamos perto de tudo. Imagina só se quando você voltar nós estamos aqui em Villa Margarita?, me disse Teresa esperançosa. Fez um silêncio que se interrompeu quando Kevin não conseguiu pegar sua bolinha de pano e deu um grito ao bater contra uma escrivaninha que estava num canto do SUM. O terreno está um pouco caro –disse Teresa, enquanto consolava seu filho, balançando-o em seu colo de um lado para o outro–, porque quando ela comprou valia dois mil e quinhentos. Diego explicou que o chão da casa era de azulejo, de modo que estava num bom preço. Se a gente falar com a tua mãe –continuou Teresa–, ela empresta a grana ou consegue um empréstimo –minha sogra é capaz de fazer qualquer coisa para nos ter por perto, disse Teresa olhando para mim, enquanto na minha cabeça La Polaca voltava a ser essa figura poderosa. Pelos comentários de sua nora, La Polaca era a pessoa que *sabia tudo* do bairro e que tinha participado na *comissão* do Assentamento 7 de Novembro evitando os despejos –mesmo quando nem ela nem seu filho moravam ali; era também quem fazia o impossível para manter sua família por perto; quem tinha condições para fazer que seu filho e sua nora voltassem à Villa Margarita, e não só através de um empréstimo como também de sua influência: aquela tarde Teresa concluiu o assunto do

terreno dizendo a Diego que pediria à La Polaca que falasse com a vendedora, Porque se tua mãe falar, ela vai nos deixar pagar em parcelas. De qualquer jeito parece que ela já comprou sua casa, porque o marido ganhou uma ação na justiça ou alguma coisa assim. Ela não precisa do dinheiro, sentenciou Teresa, enquanto arrumava as cadeiras num canto, aguardando, talvez mais ansiosa que nunca, a hora de ir embora.

Foi numa outra tarde dessas no SUM que Amália e Cachito me convidaram a um jogo de futebol do campeonato infantil em que um de seus filhos competia. O encontro era “no campinho, atrás do frigorífico”. É um campeonato organizado pelos pais, disse Amália. E eu, submersa em minhas preocupações, perguntei se fazia parte das atividades de La Verón. Não, isso não tem nada a ver com política, disse Cachito. É para os meninos do bairro, para tirá-los da rua.

Em poucos meses Amália terminava seu mandato como presidente da comissão de diretores do “Club Social y Deportivo Villa Margarita”, que organizava o campeonato de futebol dos meninos. Como presidente do Clube, Amália tinha uma relação assídua com o município, mais precisamente com a “Subsecretaría de Relaciones Institucionales de la Comunidad”, Assim, tão grande, diria Amália depois de reclamar pela falta de atenção dos empregados desse organismo em relação ao Clube. Você não sabe quantas cartas eu escrevi a Pereyra, a Solá<sup>29</sup>, e nada. Ao Pereyra, pedi as bandeiras. Três bandeiras: a nacional, a da província e a do clube. Nem isso ele foi capaz de dar. Por isso é que eu digo, não quero saber de nada com os políticos, são todos uma porcaria.

Quando alguns meses depois voltei a Varela e me encontrei com Amália, a campanha para as eleições legislativas na província de Buenos Aires estava começando. *Chiche*<sup>30</sup>, segundo me contou Amália nessa ocasião, tinha estado no município há algumas semanas atrás. Recebi um convite para o comício, mas não fui. Por sorte minha mãe não está militando mais, disse Amália. Ah, não está militando?, perguntei curiosa. Não, graças a Deus se cansou. Nunca dá para tirar proveito de nada, minha mãe é boba, sempre trabalhou como escrava sem tirar proveito de nada. Eu também: eu trazia pessoas, lotava ônibus, e tudo para que? Para que

---

<sup>29</sup> Felipe Solá, atual governador da província de Buenos Aires, pelo Partido Justicialista.

<sup>30</sup> Chiche Duhalde, mulher do ex-governador da província Eduardo Duhalde pelo PJ (1991-1995, 1995-1999) e então candidata a senadora pelo mesmo partido.

digam ‘olha que ótimo, todas as pessoas que você trouxe’?. Todas as vezes que ofereceram dinheiro a minha mãe, ela nunca aceitou. Então, para que?

Então para que. Vimos que a aproximação de Amália ao MTD deu-se em termos de sua condição de aspirante ao *plano*. Ao *inscrever-se* com os piqueteros, Amália tina entrado numa rede de obrigações –que incluía *marchar*, trabalhar no refeitório, comparecer às reuniões– com a expectativa de obter uma retribuição. O abandono de seu *trabalho na política* era interpretado através deste mesmo esquema de percepção. E cabe acrescentar que com esse mesmo esquema, a última vez que a vi, Amália reavaliava sua relação com *os piqueteros*. Não estava furiosa somente com *os políticos*. Nesse momento, nem ela nem Diego estavam *marchando*: Meu irmão tem suas faltas justificadas –disse– porque está fazendo uns bicos. No movimento lhe pedem 25 pesos por mês, mas ele não dá. Além de ter que trabalhar porque o plano não lhe é suficiente, ainda vai ter que pagar 25 pesos? Estamos loucos... Supostamente eu continuo de licença, até agora ninguém veio me dizer nada, então continuo de licença.

Está tendo convocatória do MTD para muitas marchas?, perguntei. Eles? –disse Amália– Eles sempre inventam um motivo para marchar. Ou pelo caso da Ponte, ou pelo caso de Cromagnon<sup>31</sup>, e agora marcham pelo aumento dos 300 pesos. Tudo isso para nada, porque eles sabem que o governo não vai liberar o aumento: então para que nos fazem marchar?

Através da experiência de Amália, é possível pensar que as relações entre os movimentos e seus participantes podem ser vividas sob uma lógica de obrigações recíprocas<sup>32</sup>. Se por um lado é certo que em Villa Margarita todos sabem que os planos são programas governamentais, por outro também é certo que o plano é referido como sendo *da UGL* ou *dos piqueteros*. Como pessoas costumam dizer, trata-se, num caso, dos *planos que o município dá*, e no outro, dos que *dão os piqueteros*. Isto é sugestivo porque enquanto a literatura tende a pensar os movimentos –e também as UGL e os *punteros*– como “mediadores” ou

---

<sup>31</sup> República Cromagnon era o nome de uma discoteca situada no bairro de Once, cidade de Buenos Aires, que no dia 30/12/2004 sofreu um incêndio, durante um show de rock, deixando um saldo de quase 200 mortos. A tragédia deu início a uma crise política para o governo da cidade, já que o lugar tinha sido habilitado por inspetores municipais, apesar de violar um conjunto de normas de segurança. Desde aquele dia, as mobilizações e protestos –encabeçados pelos pais das vítimas, partidos da oposição, e movimentos piqueteros– não cessaram, e atualmente o Chefe de Governo da cidade está sendo julgado por legisladores que avaliam suas responsabilidades no caso.

<sup>32</sup> Minha análise sobre esta dimensão se inspira nas formulações de Mauss (2003), a respeito das obrigações implicadas em toda a relação social.

“intermediários”<sup>33</sup> entre o Estado e os destinatários de políticas públicas, um trabalho etnográfico pode mostrar que desde a perspectiva das pessoas envolvidas essa mediação não aparece. A noção de mediador hierarquiza as relações sociais, presumindo uma relação –a do Estado e da população– como se fosse a mais importante, e confinando a um segundo plano aquela outra que é efetivamente vivida: o vínculo entre os que se supõem “mediadores” e a “população”. Um vínculo *sui generis* que supõe sua própria cadeia de obrigações recíprocas, que vão além de um terceiro.

Numa ocasião vi como uma jovem se preocupava pelas eventuais conseqüências de ter iniciado suas férias sem ter avisado antes ao *representante* de um dos *cabildos* do MTR. A menina estava angustiada porque uma “assistente do governo” tinha passado pelo refeitório e não tinha encontrado ninguém trabalhando. Então deu confusão –me disse a jovem–, e podem chegar a tirar o nosso plano. Quem?, perguntei. Não sei –respondeu ela–, acho que o movimento. Naquele momento esse comentário não fazia mais que alimentar minhas dúvidas sobre o poder dos movimentos para dar as *baixas* nos planos. Se por um lado muitas pessoas pareciam acreditar nesse poder, por outro, outras tantas acreditavam que somente *o governo* tinha essa atribuição. Num momento achei que essa última possibilidade era “a correta”, quando Claudia me explicou que essa era uma das “diferenças do MTR” com relação aos outros movimentos: Nós não temos controle dos planos, os outros movimentos podem dar baixa, porque negociam com o governo e em troca disso não marcham.

Mas, a partir do medo que as pessoas tinham em relação às baixas dos planos, e das afirmações que asseguravam que o movimento tinha dado baixa no plano de um ou outro companheiro, essa minha certeza se desmoronava. Fui embora de Varela achando que se tratava de um vazio de informação que teria que completar consultando alguma “fonte oficial”. No entanto, conjeturo que se trata de algo mais. Primeiramente, minhas próprias dúvidas a respeito do poder do movimento para controlar altas e baixas expressavam uma dúvida experimentada por todos, e o próprio enigma a partir do qual esse poder é construído. Em segundo lugar, uma parte das condições de possibilidade dessa dúvida estava no fato que, dia a dia, o plano é vivido como sendo *dos piqueteros*. São eles que *dão o plano*, que *dão a cesta básica*, férias e licença, que fazem as *inscrições*, que controlam presença, que completam as planilhas, que reconhecem o *companheiro que trabalha* e censuram o que *não trabalha*. É com o movimento –e não com o Estado– que as pessoas sentem-se

<sup>33</sup> Ver Svampa 2004b:8; Grimson 2003:74; Cravino et al 2002:66-81; Scaglia e Woods 2000:250. Uma crítica à idéia de mediador pode ser encontrada em Rosa (2003:249), com respeito à relação entre os movimentos que reivindicam a reforma agrária e o Estado brasileiro.



comprometidas –“porque eles me ajudaram muito”–, por quem sentem-se decepcionadas –“porque afinal tudo isso não deu em nada”–, a quem questionam –“para que nos fazem marchar?”.

Aquela última vez que vi Amália, ela falava comigo em pé, atrás do balcão da padaria de sua mãe, que tinha então voltado a atender. Gloria –que antes se encarregava da loja– tinha ido embora de Varela. Está morando em Junín, disse Amália. Mas isso tinha acontecido há um tempo, enquanto o regresso de Amália à padaria tinha sido há poucos dias, por outra razão bastante diferente: A coisa está difícil, suspenderam o plano do Cachito, me disse. Lembro que lhe perguntei se tinham dado baixa e ela me corrigiu: Não, se diz suspensão, e dizem eles que é por dois meses. Cachito foi falar com os da UGL, e lhe disseram que deviam ter suspenso por conta de suas faltas na horta. Então ele foi falar com sua coordenadora, revisaram as planilhas e viram que não tinha faltas. E então?, perguntei. A própria coordenadora disse que havia mais ou menos 900 suspensões e que ela sabia que era por conta das eleições: estão usando os planos para os que vão aos comícios. Amália estava indignada porque, ao que tudo indicava, tinham suspenso os planos que correspondiam a documentos terminados com número 9. Claro, não são bobos, porque com muitos terminam em 9. Quando recebíamos no campinho, a fila do 9 era enorme, era a pior. Então se você chegar a conseguir a entrevista com o Pereyra, diga que venha ver o que seus UGL estão fazendo com as pessoas.

A suspensão do plano do Cachito tinha levado Amália de volta à padaria de sua mãe. É que o plano funciona como um recurso que, somado a outros, compõe a receita de uma unidade familiar. Não se trata, unicamente, de que o plano constitui um programa de governo concebido em termos familiares –como é o caso dos planos *com cargas*, ou planos alimentares como o Plan Vida, que são obtidos pelo fato de ter filhos. Trata-se, ademais, de que os planos são geridos familiarmente por aqueles que o recebem.

Os planos são política pública e política privada, política de Estado e política de família: como temos visto ao longo dessas páginas, um núcleo familiar, através de seus distintos membros, acumula mais de um plano. Uma forma de fazê-lo é conseguindo planos de diferentes tipos: no caso de Amália e Cachito e de Diego e Teresa, cada casal concilia planos *com carga* e planos *sem carga*. Esses não só são planos de tipos distintos –o que evita a incompatibilidade– como também, por diversas circunstâncias, são obtidos através de diferentes vias. As situações vividas no SUM permitem falar de núcleos familiares que combinam *planos dos piqueteros* e *planos da UGL* –e se Gloria for acrescentada, devemos

somar uma terceira unidade familiar: Gloria com *plano por um político* e Mário –seu ex-marido– sem plano –segundo ela, porque considera que “isso é para vagabundo”.

Esses planos não só são orquestrados familiarmente, como também conservam-se familiarmente: vimos que durante algum tempo, quando Diego fazia bicos, Teresa o substituíam nas *marchas* convocadas por La Verón. O mesmo acontecia com Amália que era substituída por Cachito. Dado que cada plano envolve certa rede de relações e de obrigações, alguém que a princípio não esteja vinculado aos *piqueteros* se vê na situação de *marchar*, para substituir algum parente que sim esteja. Isto revela à família como uma unidade social significativa na vida das pessoas e também evidencia que, através dessas relações familiares, essas pessoas são levadas a circular em espaços percebidos como distintos –os movimentos piqueteros, a UGL–, não necessariamente como contraditórios, e menos ainda como excludentes. E se as pessoas são levadas a circular é porque o *plano da UGL* ou *plano dos piqueteros* não somente são uma possibilidade em relação a outras, como também possibilidades que combinam com outras<sup>34</sup>. De alguma maneira, tentei mostrar ao longo dessas páginas que a forma de gestão dos planos não pode ser dissociada de outras atividades, recursos e relações que fazem a vida dessas famílias; que o plano é vivenciado –e portanto entendido– em vidas que incluem o Seguro Público de Saúde, o ser *manzanera* no Plan Vida, o trabalho como secretária do médico do SUM, o trabalho na padaria de La Polaca, o *trabalho para Pereyra*, os bicos na cervejaria Quilmes, a horta da UGL, a organização de campeonatos de futebol realizados pela comissão do Club Social Villa Margarita, a possibilidade de sair do *assentamento*, e o *marchar* num movimento piquetero.

Talvez, à luz desse universo heterogêneo pelo qual transita a família de La polaca, adquira mais sentido o fato de Amália e Diego colocarem sua relação com o MTD nos termos de *estar com os piqueteros*. Durante meu trabalho de campo, só uma única vez alguém me disse, Sou piquetero. Foi Sebastián, aquele ‘informante de varanda’, que o “menino do vídeo” tinha levado até a casa de Estela no meu primeiro dia em Varela. No entanto, as pessoas costumavam dizer, Estou com os piqueteros, ou, Quando comecei a andar com os piqueteros. Os primeiros dias que passei em Villa Margarita, em certos contextos associados ao MTR, cometia o erro de perguntar aos meus interlocutores se “eram do movimento”. O mesmo erro cometia em relação aos nomes próprios das organizações. Presa nos meus hábitos

---

<sup>34</sup> Talvez caiba traçar um paralelo com as ocupações de terra no Brasil. Sigaud (2005:263-266) mostra de que maneira as pessoas que estão *debaixo da lona preta* continuam tendo outras atividades fora do acampamento. Mostra também que deixar alguém cuidando da barraca é uma prática comum dentro do acampamento, o qual pode iluminar o fenômeno das substituições nas *marchas* que mencionamos antes.

classificatórios, costumava perguntar às pessoas “em que movimento” estavam. Se voltarmos ao extenso relato de Amália no dia em que a conheci, podemos ver que “La Verón” aparece só no momento de referir-se aos irmãos de seu marido, que estavam nesse movimento desde 97. Até então, Amália tinha falado, simplesmente, *dos piqueteros*.

Quando Amália me explicou sobre o funcionamento de La Verón em relação às cestas básicas, lembro ter comentado que eu achava que o MTR funcionava de um modo similar. E ela perguntou: Você está falando dos de lá do centro de Villa Margarita? Sim, respondi. Ah, não sei –continuou Amália-, não tenho a menor idéia como funcionam os outros. Só sei que tem uns que dão cesta básica por cada marcha. São uns que estão aqui em Las Canillas. Você vai à marcha e te dão uma cesta básica. Um dia, no refeitório de La Verón, perguntei por que, e eles explicaram que alguns movimentos estão combinados com o governo, e por isso tem tantas cestas básicas.

O nome do agrupamento específico ao qual se pertence, como as próprias distinções entre agrupamentos –questões tão significativas para líderes, quadros dirigentes e classificações sociológicas– pode ser algo pouco transcendente para –pelo menos uma parte de– as ‘bases’. Se essas distinções aparecem, podem ser traçadas a partir de critérios bem diferentes aos recorrentes nos discursos oficiais das organizações. A verdade é que só com o tempo fui percebendo que, se eu não indagasse, o nome da organização em que se estava nem sempre aparecia. Bastava dizer, Estou com os piqueteros.

Com o tempo fui percebendo, também, que o que eu chamava de *movimento* podia ser um outro –*os piqueteros*–, e que antes que *ser de*, as pessoas classificavam o que faziam em termos de *estar com*. O rótulo *piqueteros* pode ser uma classificação que essencializa algo que o próprio sujeito vive de modo relacional e contextual: para muitos, *os piqueteros* são outros, com os quais *se está*. Isto nos adverte sobre as dificuldades de pensar o fenômeno piquetero a partir de prismas como o da “identidade”<sup>35</sup>: Como estive tentando mostrar através de Amália e Diego, os chamados *piqueteros* são mais que *piqueteros* e fazem mais coisas que *piquetes*.

No que segue recorro a outras vidas e outras relações familiares no contexto das quais o *plano* é vivido, procurando mostrar que a experiência dos filhos de La Polaca é mais uma das diversas formas possíveis de *estar com os piqueteros*.

---

<sup>35</sup> Na Introdução apresentei parte desta perspectiva, tão recorrente na literatura sobre o tema.

### III. A família Aguirre e o galpão ocupado

Aquela tarde, minha última tarde de verão em Varela, um carro parou na esquina do galpão. Vimos Juan Aguirre descer com seus três filhos mais novos. Felizes, os meninos entraram correndo, anunciando que tinham vindo de táxi. O astral do seu pai parecia ser outro. Juan entrou sério, sem cumprimentar; seguiu até o fundo do galpão e começou a levantar os colchões que estavam no chão, ao lado do quartinho onde era guardada a mercadoria. Pediu ajuda de seus filhos para dobrar os cobertores, se aproximou à mesa do centro onde estavam Vero e Sandra –suas duas filhas mais velhas<sup>1</sup>–, alguns adolescentes da *comissão* encarregada pelo galpão, Mirta<sup>2</sup>, da *Segurança* do MTR, e eu. Vim buscar minhas coisas, disse Juan com a voz afônica.

Apesar de muito magro, Juan conservava a energia de sempre. Com um cigarro entre os lábios, percorreu o lugar de um extremo a outro, juntou várias coisas que foi colocando sobre a mesa: madeiras, pratos, copos, ferramentas, um aparelho de som. Tudo isso é meu – disse–, quero que fique claro que estou levando minhas coisas. Estava indo até a porta, quando se deteve e voltou: Ah, e isto eu devolvo, disse tirando um cordão pendurado no pescoço, com a chave da porta do galpão. Colocou o cordão sobre a mesa, quase na cara da Mirta, para quem o recado tinha que ficar claro: Juan estava indo e ia aborrecido; tinha que fazê-lo com palavras; tinha que dizê-lo com objetos. Aquela mesa ostentosa indicava o que estava levando, mas também tudo o que tinha dado. Juan não só tinha emprestado coisas, como tinha feito a instalação elétrica no dia da *ocupação* daquele lugar que o MTR usaria como centro cultural, onde funcionariam as oficinas para os jovens beneficiários das bolsas de 75 pesos<sup>3</sup>. Juan não só tinha dado colchões e cobertores, como também havia dormido ali noites e noites fazendo plantão até chegar o revezamento da manhã. Suas ferramentas estavam no galpão ocupado porque ele tinha ajeitado o banheiro, com um vaso sanitário doado por

---

<sup>1</sup> Ver gráfico de parentesco p.76

<sup>2</sup> Apresentei Mirta no Capítulo I, ver p.43

<sup>3</sup> Ver Capítulo I

uma vizinha, e a conexão de água, com uma grande mangueira proporcionada pelo *cabildo Mayo*.

Mirta olhou para o cordão e abaixou a cabeça, como se estivesse esperando que essa situação de desconforto acabasse de uma vez por todas. Então Juan voltou a aproximar-se: Mirta –disse– vão fazer a mesma coisa com você, vão te dar um chute na bunda depois de você ter se matado de trabalhar como eu.

Foi até a janela e fez sinal para homem do táxi que esperava na calçada. Verônica, entregue todos os papéis agora, disse Juan a sua filha mais velha. Lembro que ela não proferiu nenhuma palavra. Pegou sua bolsa que estava pendurada num cano que sobressaía de uma das paredes, colocou-a sobre a mesa, e começou a tirar um monte de folhas de diferentes tamanhos: Esta é a lista dos inscritos, esta é a lista das oficinas, estas são as xerox dos documentos, esta é planilha da mercadoria, e esta é a do almoço e a do lanche. Passa amanhã pela minha casa que te explico tudo, disse Vero ao filho de Mirta, que escutava atentamente, enquanto tentava ajeitar aquela pilha interminável de quase quatro semanas intensas de organização de comidas e merendas, de tantos meninos que, dia após dia, apareciam no galpão ocupado dizendo, “venho me inscrever para as bolsas”.

Os papéis que estavam no poder de Vero falavam também do trabalho desta Aguirre que, com só 14 anos, desde o primeiro dia havia assumido com exaltação e felicidade um papel protagônico na *ocupação* do galpão. Ela estava sempre disposta para o que fosse necessário. Com o passar dos dias, Claudia<sup>4</sup>, que estava começando a conhecê-la, lhe confiou várias tarefas-chaves. É que Vero se comportava como um adulto, e parecia sabê-lo. Lembro-me que quando ela disse ter 14 anos, eu não pude dissimular minha surpresa. Já sei, pareço mais velha, é pelo meu jeito de falar, disse ela imediatamente. Desde o início sua percepção sobre meu trabalho, pelo simples fato de observar meus movimentos, não deixava de impressionar-me. Foi Vero que em uma de nossas tantas caminhadas me sugeriu, Da próxima vez que você vier, tem que falar com o pessoal do Mayo para você dormir lá. Os franceses ficaram, e além do mais não tem sentido vir da capital todos os dias, é muito dinheiro e tempo perdido. Também foi Vero que, numa ocasião, sem que eu nunca tivesse comentado nada a respeito –a não ser que eu estava ali querendo estudar a história de alguns bairros de Varela– explicou às pessoas do MTR em que consistia meu trabalho de campo. Uma tarde quando cheguei no galpão ocupado, após ter passado pela casa da Gloria –irmã da Amália e filha de La Polaca–, dois *companheiros* do movimento perguntavam por que eu não visitava outros

---

<sup>4</sup> Dirigente do MTR que deu iniciativa à *ocupação*, ver Capítulo I, p. 28 e ss.

*cabildos* do MTR –como tinham feito os “estrangeiros” e a “socióloga”. Vero interrompeu com um tom de professora: Vocês não entendem, Julieta não quer fazer um trabalho ‘sobre o MTR’. Ela quer fazer um trabalho sobre as coisas que acontecem no bairro, sobre tudo o que acontece, não é Julieta?

Com essa mesma resolução, em menos de um dia Vero passou a ser uma espécie de líder natural do grupo de adolescentes que organizaria o cuidado diário do galpão. Ela fazia a contabilidade da mercadoria que o próprio MTR havia proporcionado, anotava o que se gastava, o que se contribuía, quando e quantos ficavam para comer. Sua bolsa a acompanhava dia e noite e ia acumulando os controles que o movimento algum dia pediria ao *galpão dos meninos*, e que o governo algum dia pediria ao movimento.

Minhas filhas não voltam mais aqui. Quero ver o que vocês vão fazer sem minhas filhas, sentenciou Juan naquela última tarde, antes de fechar a porta do táxi e partir.

Para os que estávamos ali, sua atitude era compreensível. Horas antes, no quintal de sua casa, o mesmo Juan tinha me contado que Cláudia o havia “demitido do galpão por estar bebendo”. Com a agravante de que tinha demitido-o publicamente, na presença de Matilde, sua mulher, e de alguns de seus filhos. Eu, que estive aqui todos os dias, que botei tudo – porque você viu, botei tudo–, tudo para essa mulher me mandar embora do jeito que me mandou. Podia ter me chamado e me dito, ‘Olha Juan, você está bebendo, não pode beber aqui, melhor ir para sua casa’. Qualquer coisa, menos o que ela fez; gritar comigo na frente de todos.

E *isso* não, Juan não *perdoaria*. Juan conversava comigo sentado numa cadeira em sua casa, enquanto Fernandito, o caçula dos sete filhos do casal Aguirre, corria de um lado para o outro atrás de uma bolinha de ping-pong, e só parou quando viu que seu pai não pôde conter as lágrimas. Você sabe o quanto me dediquei, me disse Juan. E isso tudo para que? Para nada.

## I. A família Aguirre

Durante as primeiras semanas que passei em Varela, o meu conhecimento sobre a família Aguirre foi desdobrando-se através da *ocupação* do galpão. Suas idas e vindas, de sua casa em Villa Margarita ao galpão em Las Canillas, foram também minhas idas e vindas. Não houve dia que Matilde e Juan não estivessem lá ajudando em alguma coisa. Não houve dia em que algum de seus cinco filhos menores, aproveitando as férias, não pedissem –aos prantos se fosse necessário– para acompanhá-los. Era comum que eu chegasse de manhã na casa dos Aguirre, e que enquanto alguns tomavam café da manhã para ir ao galpão, outros estivessem voltando depois de ter passado a noite de plantão. Um caminho circular que se repetia: entrar na rua da Escola 10 até o final; dobrar na “rua dos pneus”; atravessar um pedaço de terra; pegar a rua asfaltada de Las Canillas; passar a Igreja onde várias das crianças foram batizadas; e seguir reto até ver o supermercadinho azul.

O galpão era em frente a esse mercadinho. Eu tinha tido a oportunidade de conhecê-lo na mesma manhã que foi ocupado, quando um grupo de dez adolescentes, mais cinco ou seis mulheres, mais quatro ou cinco homens, se encarregavam da limpeza interna e também de limpar a vala da calçada. Depois da Claudia, Vero era uma das mais enérgicas: conseguia ferramentas e água nas casas dos vizinhos, lavava o chão, limpava as paredes, cortava o mato dos fundos.

A polícia veio e nos disse que até agora não havia nenhuma reclamação, me explicou Claudia, sentando-se para descansar numa das janelas. Disse, também, que os vizinhos apoiavam a *ocupação*: Nos emprestaram ferramentas, nos deram água. Amanhã temos que ir à delegacia, para registrar a ocupação do lugar. Eu tenho que ir. O policial que veio hoje já me conhece, me viu quando ocupamos Villa Salcedo e General Vega<sup>5</sup>, onde também apareço como responsável pela ocupação. Com um enorme sorriso, Claudia acrescentou: Devem pensar, ‘Lá vem essa louca de novo’.

A *ocupação* era um “de novo” na vida de Cláudia, na vida do policial, e na vida de muitos outros. A esquina abandonada de Las Canillas estava sendo ocupada como tinham sido ocupados os espaços onde hoje funcionam os *cabildos* do MTR. Como fato freqüente, a *ocupação* do galpão respeitava uma forma. Embora nem todos os que estavam aquele dia tinham antes participado de uma ocupação, a forma era familiar: entrar, limpar, esperar à polícia, certificar oficialmente que isso era uma *ocupação*, aguardar a eventual aparição do

---

<sup>5</sup> Localidade de Florencio Varela onde mora Claudia.

dono, e enquanto isso não acontecia, a tarefa mais árdua: empreender a vigilância<sup>6</sup>. Pelo menos no início –assim como um *terreno* num *assentamento*– um lugar ocupado não pode ficar sozinho, porque pode ser ocupado por outros, pode ser exigido pelo proprietário, pode haver despejo. E foi esta a tarefa principal durante as semanas seguintes ao dia inaugural. A infra-estrutura do galpão era precária: havia três janelas grandes com persianas, mas sem vidro nem grade; e uma porta que não estava soldada. No fundo tinha uma parte descoberta, por onde facilmente podia-se entrar. Como se não bastasse, os antigos possuidores do galpão –um grupo de *pivetes*, segundo diziam todos– já tinham estado rondando o lugar na manhã da *ocupação*, bisbilhotando o que estava acontecendo. Os cuidados, sem dúvida, tinham que ser dobrados, e os plantões deviam ser permanentes.

Lembremos que na reunião anterior ao dia da *ocupação*, Claudia tinha mencionado esse grupo de *pivetes*, e o passado obscuro do lugar. Um passado corrompido que parecia materializado na sujeira da que todos falavam no dia da *ocupação*: Você não sabe a quantidade de coisas que encontramos aqui dentro, terra, lixo, preservativos, de tudo, me disse Vero quando cheguei, mostrando-me suas mãos empretecidas. Um passado que –junto ao *apoio dos vizinhos*– legitimava a *ocupação* no presente.

A primeira vigília foi comandada por Juan Aguirre, sua filha Vero e outros três adolescentes. Na manhã seguinte chegaria alguém para o revezamento. Mas dias depois Vero me contava com euforia que tinha passado não uma noite, e sim três consecutivas; que mesmo tendo colchões, não tinha dormido durante todo o fim de semana; e nem sequer tinha ido para casa dar parabéns a sua mãe Matilde pelo dia de seu aniversário.

Naquele sábado Matilde fazia 49 anos. Eu a conheci no dia da *ocupação*, ao redor do meio dia, quando alguns homens discutiam como pôr em andamento a questão da segurança, enquanto Mirta e Mari –ambas do *cabildo Mayo*, MTR– preparavam o almoço. Cortavam verduras e os ossos de carne que tinham trazido do *cabildo* de Villa Salcedo, enquanto a água esquentava dentro de uma grande panela, colocada sobre uma grelha de ferro, montada –por sua vez– sobre duas madeiras. Em pouco tempo o ensopado de arroz ia estar pronto e todos se sentariam à mesa, também trazida de Villa Salcedo junto com alguns bancos e utensílios de cozinha.

Matilde, essa mulher baixinha de cabelo preto e sorriso pródigo, estava ali, ajudando a servir os pratos aos grupos de jovens e adultos que iam se sentando. Talvez por esse proceder

<sup>6</sup> Sobre a importância e o caráter coercitivo da forma para dotar de sentido e reconhecimento uma ação, cabe traçar um novo paralelismo com as ocupações de terra no Brasil que, como mostra Sigaud (2000, 2005) seguem uma forma específica, que a autora denominou *forma acampamento*.



enérgico, mais tarde me surpreenderia quando Vero me disse que sua mãe “não estava com os piqueteros”: Minha mãe tem plano da UGL. Meu pai é que está com os piqueteros, mas como agora está fazendo uns bicos com a carreta, minha mãe vem e ajuda.

Uma das primeiras pessoas a me explicar o que era a UGL foi Vero. Em alguma de nossas caminhadas me disse, São planos dados pelo governo. As pessoas recebem sem ter que fazer nada, enquanto os piqueteros recebem planos por marchar. E acrescentou, Se você tem plano da UGL, tem que trabalhar em coisas que eles mandam. Que coisas?, perguntei. Geralmente são coisas do bairro, ajeitar a escola, a salinha de emergência, as valas ou as hortas. Minha mãe tem que ir ao SUM três vezes na semana, a uma oficina de artesanato.

Durante janeiro a oficina de artesanato de Matilde estava de férias. As atividades recomençariam em fevereiro, mas somente duas vezes por semana porque, conforme me explicava Matilde, não tinham materiais. Uma tarde, enquanto tomávamos chimarrão em sua casa, Matilde trouxe de seu quarto um saco enorme, onde guardava as coisas da oficina. Eram acessórios e bijuteria, montados com bolinhas de plástico, alinhavados por fio de nylon. Então percebi que os enfeites do armário da cozinha também tinham sido feitos na oficina. Aquele dia Matilde me deu de presente um vasinho de flor. Perguntei se ela vendia os enfeites e ela respondeu que sim, e logo depois disse: No fim das contas, é que eu acabo fazendo para minhas filhas, entendeu?

Três semanas mais tarde Matilde começaria a dar aulas de artesanato no galpão ocupado. Ela levaria o material: aquele saco com os acessórios já feitos, para que os meninos desarmassem e voltassem a armar outros. Então achei que esse armar, desarmar e voltar a armar dizia alguma coisa em relação ao fastio com que Matilde parece levar a contraprestação do seu plano na oficina do SUM. Alguma vez me disse que precisava “trabalhar”, que não gostava “de estar sem fazer nada”. Disse, também, que agora que Fernandito, seu filho mais novo, entraria na escola, ela “procuraria emprego” novamente. Suas palavras me faziam lembrar as preocupações de Ana, do *cabildo Mayo*. Na verdade, durante meu trabalho, não só elas duas manifestaram alguma vez seu desconforto por “não fazer nada” e sua vontade de “começar a trabalhar”. Nesses casos, *trabalho* referia-se a algo específico, do qual suas ocupações –seja na UGL, seja nos movimentos piqueteros– ficavam excluídas. No caso de Matilde, *trabalho* era serviço doméstico, com o que sempre ganhou a vida.

A participação de Matilde na *ocupação* do galpão e em outras atividades do MTR me confrontava, uma vez mais, com relações que uniam o que costuma ser imaginado como separado. Matilde estava na *ocupação* do galpão porque seu marido –que, segundo Vero, era

quem *estava com os piqueteros*— estava fazendo bicos. Mais uma vez, como no caso de Amália e de Cachito, como no de Diego e Teresa, essas relações familiares apareciam como o fio que conduzia as pessoas a flutuar entre dentro e fora do movimento, como a evidência de que em Villa Margarita as pessoas não só estão *nos* movimentos, como, acima de tudo, estão *em* movimento.

Originariamente não era Matilde, e sim Juan, que tinha *plano da UGL*. Quando Juan adoeceu ela começou a substituí-lo na contraprestação que lhe correspondia, pois somente desta forma a continuidade do plano estaria garantida. Um ano depois a UGL regularizou esta situação e o plano ficou em nome de Matilde. Foi aí então que Juan se aproximou do Movimiento Teresa Rodríguez: Como a UGL já não estava mais dando planos —me disse Juan uma vez—, aí me inscrevi com os piqueteros.

Como qualquer um que aspire receber um plano de um movimento, ao *inscrever-se com os piqueteros* Juan começou a cumprir duas horas diárias de trabalho e a comparecer às *marchas e bloqueios* (de estrada). Um esforço que, desde a retórica do movimento, é concedido gratuitamente: no MTR, quem *marcha* sem plano é chamado de *voluntário*. Naquele início Matilde reclamava pelos excessos de seu marido, da mesma maneira que reclamava agora pela energia que Juan colocava na *ocupação* do galpão: Ele sempre faz a mesma coisa —me dizia Matilde uma tarde no pátio de sua casa—, sempre que está envolvido com alguma coisa não pára, é como se se apaixonasse, não sei. Aconteceu isso quando começou a estar com os piqueteros. Vivia dia e noite em Mayo, ia aos acampamentos em La Plata<sup>7</sup>, na Capital, ia aos bloqueios de estrada, às vezes não aparecia durante três ou quatro dias. Que você está fazendo neste cabildo de merda?, eu lhe perguntava. Ele me dizia que era assim que conseguiria o plano. Não vão te dar nada! Para que ir para esse lugar fazer confusão com esses piqueteros!, eu lhe dizia. Um dia me aborreci e o mandei para fora de casa. Pegue tuas coisas e vai embora, lhe disse. Às vezes levava as crianças para os piquetes, à Vero e ao Maxi, que eram os que se sempre queriam ir. Me dava vontade de matá-lo, porque eu tinha medo, ficava o dia todo esperando que chegassem, e eles apareciam como se tivessem vindo de não sei onde, contando o que tinham comido, os lugares que tinham ido. Eu aqui me preocupando e eles se divertindo com os piqueteros, ninguém merece!

Até que um dia, quando Matilde estava indo receber seu plano —Lá no campinho, sabe, quando ainda recebíamos no campinho de Villa Margarita—, Juan disse que iria com ela, porque ele também tinha que receber. E Matilde não podia acreditar: O que você tem para

---

<sup>7</sup> Capital da Província de Buenos Aires.

receber, mentiroso! Logo depois ele me aparece com um envelope, e eu pensei dele ter juntado não sei de onde, sabe. Mas não: eram os 150!

Matilde deu uma gargalhada radiante. Disse que estavam indo embora do campinho e Juan esfregava os 150 em sua cara. Só aí ela começou a “respeitar um pouco mais a estes piqueteros”: Algumas vezes tive que substituir o Juan. Eu ia e eles queriam me fazer levar a bandeira, coisas assim, e eu dizia que não, que só estava no lugar do meu marido. Depois Juan me disse que eles diziam que era uma antipática, mas eu nem me importei. E agora quando não vou, sentem minha falta.

Juan e Matilde se conheceram há 17 anos durante uma inundação, quando Juan *trabalhava para os peronistas*<sup>8</sup>. Uma tarde quando voltávamos do galpão, Juan me mostrou o terreno onde costumavam levar os inundados naquela época, quando em Varela a água chegava até os joelhos, quando Villa Margarita era assentamento. Fazia pouco tempo que Matilde tinha se mudado de Villa Lugano, cidade de Buenos Aires –onde vivia desde a adolescência, quando seus pais vieram de Jujuy<sup>9</sup>– para Florencio Varela, com seus três filhos do primeiro casamento. Hoje dois deles moram na casa da Josefina, a mãe da Matilde, no bairro Las Canillas, enquanto o terceiro, segundo contaria Matilde numa outra ocasião, Esteve em más companhias, e agora foi embora para capital.

Durante o tempo que estive em Varela, Juan tinha o costume de vangloriar-se de sua competência para o *trabalho na política*: lembrava sempre da quantidade de microônibus que lotava para ir aos comícios do PJ; dizia que sempre “lutou muito” pelo problema das inundações, e lembrava, também, de sua participação na *comissão* de moradores que promovia as obras de encanamentos. Dizia que agora estava *cansado da política*: Me cansei de pedir, me cansei de esperar, esse Pereyra é um sem vergonha, me disse Juan uma tarde, enquanto caminhávamos do galpão ocupado até sua casa em Villa Margarita. Olha, que eu sou peronista de morrer –deixou bem claro. Apaixonado, Juan costumava expressar sua afinidade com outros referentes do PJ, como por exemplo o casal Duhalde<sup>10</sup>: Os caras roubam, mas sempre deram de comer para todo mundo. O resto não dá nada, por isso quando fui embora, me juntei aos piqueteros.

<sup>8</sup> Fiz uma introdução sobre a vida de Juan no capítulo I. p. 40.

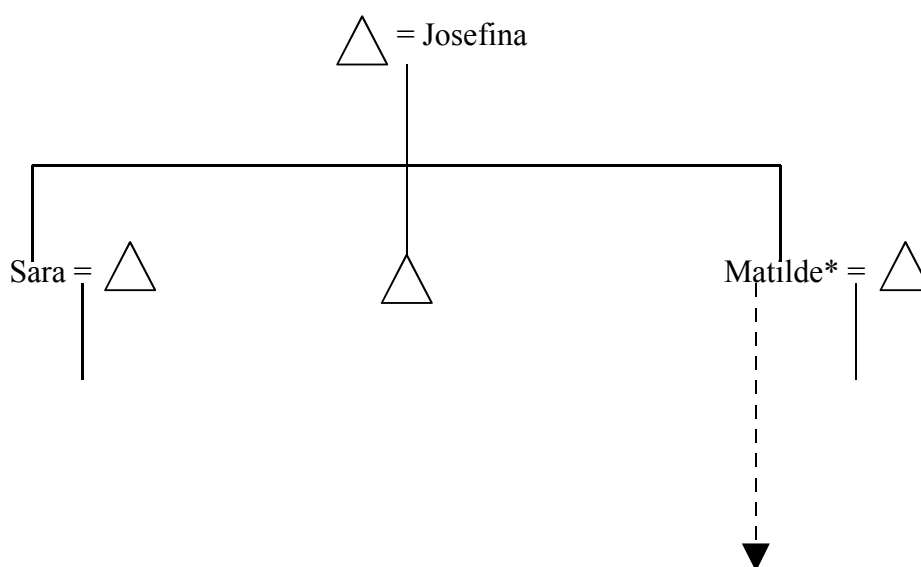
<sup>9</sup> Província do norte argentino.

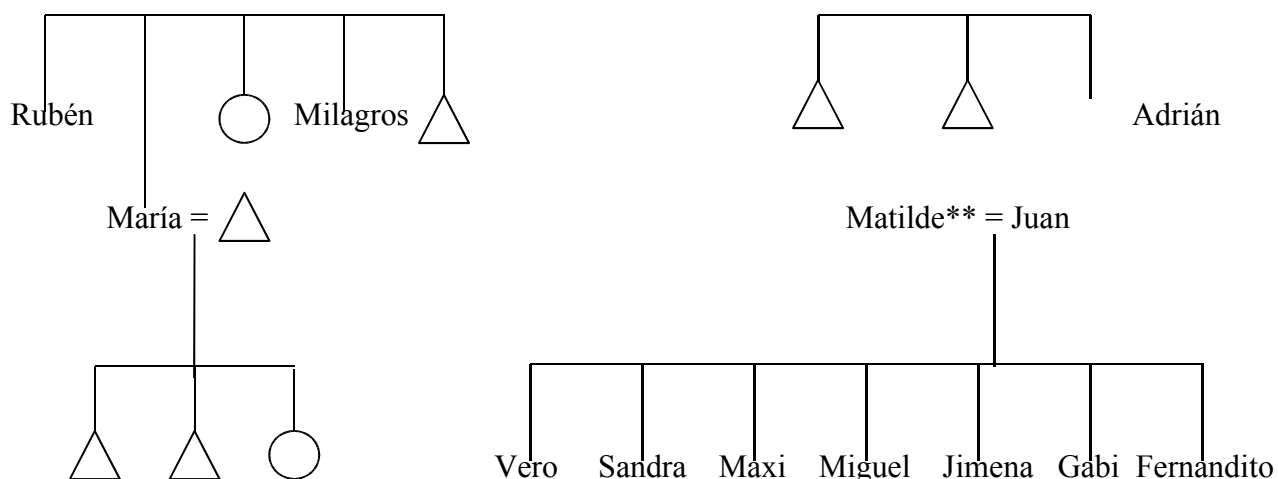
<sup>10</sup> Ver nota 14, capítulo II.

Além de Juan, na *comissão* que tratava das inundações participavam La Polaca, e também Sara, a irmã de Matilde. Sara –que mora no mesmo quarteirão da casa dos Aguirre– trabalhou anos na política e era *manzanera*. Assim como Juan, hoje Sara diz estar *cansada da política*, e divide seu tempo entre o trabalho como faxineira numa clínica e o da evangelização na Igreja Universal do Reino de Deus de Florencio Varela. Eu gostava de trabalhar como *manzanera* –me disse Sara certa vez–, mas quando deixei a política me tiraram, assim de repente me tiraram. Em sua casa, uma tarde que tomávamos chimarrão preparado por sua filha mais velha, Sara me mostrou o jornal da Igreja Universal. Preso ao jornal havia um guardanapo branco, e por trás um papelzinho com o nome de um pastor –e abaixo, o nome e sobrenome de Sara. Ela me explicou que o guardanapo era “um símbolo de pureza, de ajuda, de proteção”, caso a pessoa precisasse. O nome do pastor era para que a pessoa soubesse a quem procurar na Igreja –e por sua vez, para que o pastor soubesse através de qual evangelizador essa pessoa teria chegado até ele.

Toda semana Sara sai com esse jornal para evangelizar. Vamos aos hospitais, às escolas, damos palavras de conforto às pessoas, me explicava. Fez uma pausa e tomou um mate: Eu continuo trabalhando para o bairro como sempre, só que agora trabalho pela causa de Deus. Afinal, ele é o único que reconhecerá todas as minhas obras.

O jeito que Sara me contava sua história, me lembrava o jeito que Juan, em diversas ocasiões, tinha contado pedaços de sua própria historia. É curioso que boa parte da literatura sobre piqueteros tende ressaltar “o novo” do fenômeno: as “novas formas de socialização”, as “novas dignidades” e como já antes mencionei, as “novas identidades”. Uma passagem pela história de personagens como Juan –e como Sara, como Amália, como Rulo e como Mirta– nos sugere mudanças que mais do que rupturas (de “identidade”), parecem ser vividas como continuidades. É bem verdade que hoje Juan reclama dos *peronistas*, principalmente de






---

\* Primeiro matrimônio

\*\* Segundo matrimônio

Pereyra, de quem diz estar cansado, cansado de trabalhar sem receber nada. Então faz-se o contraponto aos piqueteros, que sim *dão*. Mas isso não quer dizer, necessariamente, que Juan se identifique de outra forma –como às vezes tem-se a pretensão: diz *ser peronista* e *estar com os piqueteros*. Atendendo a maneira com que narra fragmentos de sua vida, acrescentaria que a participação de Juan no MTR é pensada nos termos do que sempre fez: como ele mesmo costuma dizer, *trabalhar para o bairro*, ou simplesmente, *lutar*. Essa participação, por outro lado, não parece implicar em um rompimento absoluto em relação a seu passado. Em minha segunda visita a Varela, próxima às eleições da província, Juan me contou que os *peronistas* tinham ido à sua procura: *Vem cá, você não consegue gente para nós?*, me disseram eles. *Ah, sim?*, lhes disse. *E porque eu tenho que juntar gente para vocês?* Então eles me ofereceram 25 pesos, e eu disse, *Bom, me dá primeiro e depois a gente vê*.

Para Juan, conseguir *juntar* gente para os *peronistas* continuava estando dentro do mundo dos possíveis. O que tinha mudado, em todo o caso, eram os termos nos quais estava disposto a fazê-lo: *Não vão me enganar outra vez, querem gente? Que me paguem então*.

Por último, agregaria que podemos detectar uma continuidade fundamental na história de Juan: Pereyra não *dá* nada, enquanto os piqueteros *dão*. Como no caso de Amália –e como no caso de Sara, para quem Deus é o único que vai reconhecer seu trabalho–, através de um

mesmo modelo de percepção Juan dá sentido tanto a seu *trabalho para um político* como a sua participação nas atividades de um *movimento piquetero*.

Longe de considerar que entrada de Juan –e da família Aguirre– ao MTR não implica mudanças em sua vida, proponho que colocar essas mudanças nos termos de “rupturas” deva ser algo a ser pesquisado etnograficamente. Talvez esse trabalho pudesse poupar-nos decepções abundantes na literatura, como aquela que declara que é necessário reconhecer que, “apesar de” as novas identidades geradas pelos movimentos piqueteros, boa parte das bases “ainda” continua aderindo ao peronismo.

Além de seu *trabalho na política*, Juan trabalhou em obras de alvenaria. Vi sua carteira de trabalho numa tarde em que eu e Matilde estávamos indo para o galpão ocupado, quando uma mulher bateu na porta. Matilde! –chamou a mulher ao lado de fora. Você tem que ir para Mayo, porque estão dando bata escolar para as crianças. O que?, perguntou Matilde, franzindo a testa. Você tem que levar seus documentos –continuou a mulher–, o tamanho que vestem e o número que calçam para inscrevê-los. Ah, e se você tiver a carteira de vacinação também –acrescentou, enquanto voltava a subir em sua bicicleta sem freios. Tenho que ir agora?, perguntou Matilde meio perturbada. É melhor, respondeu a mulher, porque as inscrições vão até às cinco.

Eram quatro da tarde e Matilde começou a procura dos documentos: trouxe de seu quarto uma bolsinha de couro marrom, tirou tudo que havia ali dentro e encontrou cinco; faltavam o de Vero e o de Sandra. Voltou a guardar os papéis na bolsinha, foi até a cozinha e procurou em alguns armários, lembrou de sua bolsa, então voltou ao quarto e a trouxe até o pátio, onde havia mais claridade. Remexeu e encontrou os restantes. Só faltavam as carteiras de vacinação. Me pediu que procurasse na bolsinha de couro, enquanto ela revisava outra vez no seu quarto.

Abrir aquela bolsinha me causou certo temor, como se estivesse mexendo com alguma coisa sagrada. Esses papéis me lembravam outra situação, quando numa ocasião tinha saído com Ana, do *cabildo Mayo*, para conseguir assinatura dos vizinhos de Villa Margarita para evitar que houvesse despejo do *cabildo*. No momento de assinar pedíamos o nome por extenso e DNI. Quase ninguém guardava esse número na memória. Todos pediam paciência, entravam para pegar o documento, e muitas vezes voltavam com xerox amareladas, e outras vezes completamente ilegíveis. Os papéis da bolsinha de couro dos Aguirre tinham essa cor sépia. E o cheiro de tempo passado. Encontrei a carteira de vacinação dos meninos mais

velhos. Tinham a data de nascimento e o nome completo de cada um deles. Datas que eu não conhecia, nomes que eu não conhecia, toda uma história que eu não conhecia. Encontrei também envelopes de cartas, e entre eles, a carteira de trabalho de Juan. Justifiquei meu atrevimento no fato de que se tratava de um documento “público”. Então abri e pude ler, Pedreiro.

Matilde voltou do quarto. Mesmo sem ter encontrado as carteiras de vacinação dos mais novos, a pilha já era considerável, e com pressa partimos para *Mayo*. Ao chegar, na mesa que estava no pátio havia muita gente preenchendo formulários. Alguns preenchiam sua própria planilha, outros faziam fila para que Irala<sup>11</sup> completasse. Lembro que Matilde fez a fila. Pude ver que os formulários não eram exatamente para bata escolar, e sim correspondiam a um *censo* do MTR. É para que a gente possa ter todos os dados dos companheiros, me explicava Irala. Matilde se incomodou um pouco e acho que perdeu a paciência ao ver que o assunto demoraria mais que o previsto.

Além de espaços para os dados pessoais, endereço, escolaridade, doenças, tratamentos médicos, o formulário continha outros espaços que me pareciam estranhos. O número do medidor de luz, por exemplo. Irala me explicaria que essa informação era precisa porque o movimento estava pedindo às companhias “uma tarifa especial para piqueteros”. Além do mais, era importante registrar quantos não tinham medidor, para exigir a regularização do serviço. Na parte do formulário reservada aos “filhos”, incluíam-se os tamanhos das batas escolares, que seriam pedidas ao Ministério de Educação.

Enquanto Matilde respondia as perguntas de Irala, com a documentação nas mãos, eu me ofereci para formar outra fila. Ante a pergunta de “ocupação”, as pessoas ficavam em dúvida. Alguns pensavam e diziam “desempregado”, outros, com tom de gozação, “piquetero”. Irala pediu em voz alta, Por favor, onde diz ‘ocupação’ não ponham ‘desempregado’, porque todos dizem ‘desempregado’ mas tem que botar o que faziam antes. Alguma coisa vocês faziam, não é?

Seu saber como pedreiro era uma das razões pelas quais Juan tinha se entusiasmado tanto pelo projeto de cooperativas de moradia que o MTR tinha anunciado recentemente.

---

<sup>11</sup> Irala foi apresentado no capítulo II, p. 53.

Segundo ele me explicou, tratava-se de um projeto “bancado por um subsídio do governo nacional”. As moradias a serem construídas seriam para os próprios sócios da cooperativa, e cada sócio ganharia 300 pesos além do plano: Imagina só –dizia Juan otimista–, vou trabalhar com que eu sei fazer e ainda por cima vou poder fazer minha casa.

Durante as semanas que passei em Varela, além de trabalhar na ocupação do galpão, Juan começou a participar das reuniões para formar sua cooperativa. Ele foi um dos primeiros a levar toda sua documentação a *Mayo*: Já preenchi o formulário e levei as xerox minhas, da Matilde e dos documentos de todos os meninos, me disse satisfeito, enquanto tomávamos mate no pátio de sua casa.

O formulário da cooperativa somava-se aos formulários do censo, às listas dos inscritos para receber as bolsas que carregava Vero dia e noite, às listas dos refeitórios, às planilhas de presença no movimento, às planilhas das cestas básicas, às xerox dos documentos que dia a dia circulavam pelo galpão ocupado. O mundo dos planos também era um mundo de papéis, uma profusão de inventários nas mãos das pessoas, uma burocracia terceirizada nos movimentos.

Você levou as xerox de todas as crianças?, perguntou Matilde ao seu marido. Sim, o que é que tem?, disse ele. Como assim o que é que tem? Para o plano você não inscreveu todos eles, para que inscrevê-los a todos na cooperativa? Juan a interrompeu dizendo que não tinha nenhum problema, porque isso da cooperativa era “uma outra coisa”, Isso não tem nada a ver com o plano, Matilde.

No entanto, ela não pareceu convencer-se totalmente. Só mais tarde a preocupação de Matilde seria compreensível para mim, ao saber que os planos de Matilde e Juan, apesar de terem sido obtidos por diferentes vias –um era *da UGL* e o outro *dos piqueteros* –, eram ambos planos *Jefas y Jefes*, isso quer dizer, planos *com cargas*. Já disse antes que, teoricamente, esses planos são incompatíveis para o caso de um casal com filhos em comum. É por isso que, como vimos no capítulo anterior, os casais costumam somar a um plano *com cargas* outro *sem cargas*. No entanto, os Aguirre tinham apelado a outro recurso: no momento da inscrição tinham distribuído as crianças –quatro constavam como *carga* da Matilde na UGL, e outras três constariam, mais tarde, como *carga* de Juan no MTR. Agora, para a cooperativa, Juan tinha inscrito os 7 filhos como filhos próprios, e como bem sabia Matilde, esses papéis seriam apresentados *ao governo*.

Alguns meses depois, quando Juan e Matilde viram que os trâmites burocráticos da cooperativa estavam demorando demais da conta, não perderam a oportunidade de escrever



uma carta a *Chiche*, para ser entregue em mãos, no comício que a candidata faria em Florencio Varela. Eu escrevi a carta –me disse Vero orgulhosa– e meu pai me ditou. Juan acrescentou que tinha ficado “muito bem escrita”: Excelentíssima Senhora Chiche Duhalde, com todo respeito que seu cargo merece, lhe pedimos –dois pontos. Assim começava, e depois fomos botando as coisas: tantos tijolos, tantas chapas, tantos quilos de cimento, pás, e assim por diante.

Matilde tinha levado a carta ao comício: A encarregada de receber as cartas era a secretária, e ela nos deu certeza que Chiche responderia uma por uma. Vamos ver –disse Matilde–, quem sabe conseguimos acabar o rancho.

O *rancho* que os Aguirre pretendiam ajeitar fica a meio quarteirão do SUM e a um da casa de La Polaca. Tive a oportunidade de conhecê-lo alguns dias depois da *ocupação*, quando no galpão precisavam de lenha para fazer o fogo do almoço e fui com Vero até sua casa buscar madeira. Essa aí, a que tem a grade de última geração, disse ela rindo, enquanto apontava para um terreno cercado por umas chapas, madeiras, estrados de cama, e arames.

Aquela grade era uma espécie de sinédoque da casa em si, uma construção de chapa e madeiras que foi ampliando-se pouco a pouco, com o crescer da família. Passando a grade –e logo depois do jardim da frente, onde havia várias plantações– estava Maxi, de 11 anos, separando plásticos de um saco de lixo. Uma cena que se repetiria muitas vezes, já que Maxi é quem cata os sacos que seu pai traz diariamente com a carreta: separa papelões, papéis, latas, garrafas e plásticos, e depois ele ou Juan vão aos pontos de venda em algum bairro vizinho, ou na Avenida Sarmiento, que fica a uns 15 quarteirões de sua casa. Nesse mesmo quintal acumulavam-se restos de lixo e alguns sacos e caixas desfeitas. Num canto podiam ser vistos dois montes grandes de papelão cuidadosamente ajeitados, amarrados em pequenas pilhas com fio de nylon: Esses daqui são os que estamos guardando para os 15 de Vero, me explicaria Juan mais tarde, referindo-se à festa de 15 anos de sua filha mais velha, que estava programada para fim de outubro.

Embora já me conhecesse, minha visita deixou Maxi surpreso. Enquanto os mais novos se exaltaram completamente. Brincavam e me levavam de um lado para o outro, Vem aqui para eu mostrar me cachorro, Vem que eu te mostro a horta do papai, Vem que te apresento os vizinhos. Me levaram ao jardim dos fundos para me mostrar os animais. Lá pude ver o quartinho do banheiro –também de chapa– e no final de tudo, o galinheiro. Numa

disputa para chamar minha atenção, Fernandito, de 3 anos, que mal podia-se entender quando falava, me mostrava seu gato; o agarrava firmemente e depois balançava-o pelos ares, dando impulso com o braço, como um jogador de beisebol. Miguel perseguia as galinhas e Jimena jogava pedras num cachorro raquítico, amarrado com uma cordinha a um pau perto do banheiro. Insistiram que eu entrasse para ver onde dormiam. Atravessando a cortina da cozinha –onde está o bujão de gás, uma mesa retangular e uma máquina de lavar como as de antigamente– a luz do dia que entrava pela janela quase desaparecia. Estávamos no quarto das crianças, com uma cama de casal, duas de solteiro e dois colchões no chão. Ao fim, atravessando outra cortina, chegava-se ao quarto de Matilde e Juan.

Curiosas, as crianças me perguntavam se eu era professora, onde eu morava, quantos anos eu tinha. Quando respondi que morava na Capital, os três disseram quase em uníssono que seu irmão Adrián –o terceiro dos três filhos do casamento anterior de Matilde– também morava lá. Matilde me contou que quando iam a Capital “por conta de piquete”, combinavam um encontro com Adrián. Os meninos me contaram que sempre que Adrián ia a varela lhes dava moedas. O que o Adrián faz na Capital?, perguntei. Sandra me disse que ele fazia “de tudo”, que limpava vidro de carro numa esquina, juntava papelões, De tudo, repetiu. As crianças não conhecem a casa do irmão, mas se encarregaram de me fazer saber que “morava em apartamento”. Então me perguntaram se eu morava “perto de prédios”. Moro, respondi. Mas você mora num prédio?, perguntou Maxi. Minha mãe mora num prédio. Em que andar?, voltou a perguntar. Sandra chamou a atenção de seu irmão: Pára. O que você quer saber? O endereço também? Rindo, disse Miguel: Você vai lá assaltar?

Lá do quintal os pais gritaram e mandaram que eles parassem de me perguntar coisas. Juan e Matilde estavam fazendo carne moída à milanesa. Ele as preparava na mesinha do lado de fora e ela as fritava na cozinha. Em outra panela cozinhavam cenoura, batata, batata doce e abóbora, legumes e verduras que o MTR tinha dado na semana anterior, por conta de umas doações das hortas da prefeitura. A fritura das milanesas se viu interrompida quando alguém bateu na porta. Um homem alto, de uns 60 anos, bateu palma várias vezes. Os meninos espiaram da porta da cozinha. Matilde! –gritou Juan– é para você. Maxi e Miguel ficaram agitados, É o cara da bomba, disse um deles. Matilde também ficou meio nervosa: Quanto lhe cobra?, perguntou ao seu marido enquanto secava as mãos num pano de prato. Ah, sei lá, respondeu Juan com olhar fixo nas milanesas. Então Matilde foi até a porta. O óleo estava esquentando na frigideira e Gabi, que tem oito anos, assumiu a tarefa de sua mãe.

O homem que esperava na calçada estava interessado em comprar a velha bomba de água que estava no quintal. Os Aguirre não a usavam há alguns anos, quando o bairro passou a ter água corrente, que sai de uma torneira que fica no quintal da frente da casa. Eu lhe disse vinte pesos, contou Matilde quando voltou. Está bem? Sei lá, disse Juan. Eu já não disse que esse assunto é teu? Você que meteu na cabeça que tinha que vender essa coisa.

No entanto foi, Juan que ficou depois do almoço, junto ao seu filho Maxi, desmontando a peça de ferro, que de tão agarrada à terra parecia fazer parte de sua natureza. A operação demorou mais do que haviam pensado: os parafusos estavam enferrujados e Juan teve que ir à casa de sua sogra, no bairro Las Canillas, chamar um dos filhos de Matilde para que o ajudasse a desenterrar o trambolho.

Foi por causa da bomba que Juan chegou atrasado a uma reunião convocada pelo MTR para informar a respeito do curso das cooperativas. O encontro era num *cabildo* localizado a uns 30 quarteirões de Villa Margarita, 30 quarteirões que Juan fez caminhando rapidamente. Enquanto isso, eu e Matilde partimos para o *galpão dos meninos*, levando o saco de sobra de gordura –que o açougueiro tinha dado para Juan– para preparar tortilhas na churrasqueira.

Quando chegamos, Vero estava fazendo sua tarefa predileta: a preparação do lanche que, todas as tardes, trazia uns 20 meninos, que vinham com uma xícara vazia na mão. Em uma panela grande, Vero fazia o chá mate com açúcar, o mesmo mate que os Aguirre costumavam tomar quando eu chegava pela manhã. Mas diferente do mate do galpão, os Aguirre bebem chá mate com o leite que Matilde recebe três vezes por semana, para os dois filhos pequenos, pelo Plan Vida. O Vida inclui, também, uma cesta mensal com farinha, açúcar, arroz e –de uns meses para cá– óleo. Isto é completado pela *cesta básica* –também mensal– que dão a Juan por *marchar* no MTR. E nos últimos meses, somam-se mais três *cestas básicas*, porque os três filhos mais velhos do casal Aguirre –Vero, Sandra e Maxi– também estão *marchando*.

A economia dos Aguirre não se limita às cestas básicas. De segunda a sexta, inclusive no verão, funciona o refeitório da Escola 10, que os meninos vão de vez em quando. A família também pode usufruir dos almoços que se preparam no *cabildo Mayo*. Mesmo assim, poucas vezes vi que fossem buscar comida nesse refeitório. Na maioria das vezes Matilde buscava o ensopadinho em outro que era mais perto. Uma manhã cheguei e vi a panela em cima da mesa. Você já foi a Mayo?, perguntei. Não, não –ela esclareceu– isto é de outro grupo. De piqueteros?, perguntei. Matilde respondeu que sim, mas sem mostrar interesse em dar

detalhes. Disse que era “um outro, ali perto”: Eles sempre me dão. Mas você tem que marchar?, perguntei. Não, não –respondeu– já me conhecem e me dão.

A relação de Matilde com esse refeitório não só evidenciava, mais uma vez, que o conhecimento interpessoal leva as pessoas a circular através de fronteiras organizacionais; como também era outro elemento dessa economia doméstica –e política– que entrelaça recursos *dos movimentos* –planos, refeitórios, batas escolares, alimentos, um trabalho na cooperativa– e recursos *do governo* –planos, refeitórios escolares, Plan Vida, bolsas para os meninos. Assim como no capítulo anterior, sugiro que é nessa economia política<sup>12</sup> que o plano deve ser inserido. Na vida da família Aguirre, o plano não pode ser separado desse conjunto de recursos que incluem não só o que o *governo dá*, e o que *os piqueteros dão*, como também, *os bicos* que Juan faz com a carreta, a venda de uma bomba de água enferrujada, a sobra de gordura que ganham do açougue, a espera da carta da *Chiche*, e as moedas que o filho de Matilde traz da capital.

No contexto dessa economia, cabe perguntar em que patamar deveria ser lida a idéia – tão recorrente na literatura– de um “Estado ausente” ou de “retirada do Estado”<sup>13</sup>. Antes de falar de ausência, parece mais pertinente indagar, em todo caso, que tipo de onipresença estatal é essa em virtude da qual cada fração da vida dos Aguirre acaba sendo um assunto público. Do mesmo modo, cabe perguntar em que patamar deve ser entendida a afirmação que a “sociedade”, antes da irrupção das organizações piqueteras, se encontrava “fragmentada” ou “descoletivizada”<sup>14</sup>. Se existe algo que as páginas precedentes nos sugerem é que os membros da família Aguirre –assim como os membros da família da Polaca– estão ligados a diversas relações de interdependência que não são exclusivamente “novas”. Essas relações não só comprometem o núcleo familiar, como também a vizinhança, a escola, as *manzaneras*, a *comissão* que cuida das inundações, *os piqueteros* e os próprios *peronistas*.

É curioso que na literatura *os peronistas* sejam metodicamente omitidos por muitos dos que apontam sobre a importância de mapear as tradições organizativas dos setores populares para compreender a emergência do movimento piquetero. Costuma-se fincar pé no

---

<sup>12</sup> Embora este termo esteja inspirado no trabalho de Combessie (1989) –quem fala de economia política de família para fazer referência às estratégias de reprodução e valorização das unidades domésticas–, faço aqui um uso um tanto irresponsável –menos técnico, pode-se dizer– da noção, para chamar atenção a respeito do fato de que a forma de vida de famílias como a Aguirre –ou como a de La Polaca– está atravessada por políticas de Estado, por múltiplas relações com o *governo* e *os políticos*, por sua articulação com organizações como comissões de moradores e movimentos piqueteros, e por ações públicas –por alguns deles consideradas *políticas*– como fazer um piquete.

<sup>13</sup> Mazzeo 2004:125; Dalamata 2004:11; Auyero 2002a:7. Manzano (2004:156) critica essa idéia ressaltando que o Estado não teria retirado-se, e sim, redefinido seus modos de intervenção social.

<sup>14</sup> Ver Introdução, p.6 e ss.

“caráter territorial” desses movimentos, e na “inscrição territorial das classes populares” (Svampa e Pereyra 2004:39); costuma-se indicar os processos de ocupações de terra nos anos 80 –e as comissões conformadas nesse momento– como um antecedente importante na gênese desses movimentos de desempregados territorializados. Não só se presume que essas *comissões* pouco tem a ver com o peronismo, senão que, quando a estrutura territorial do peronismo –as *unidades de base*<sup>15</sup> e a ação dos chamados *punteros*– é mencionada, diz-se que, diferentemente das experiências dos assentamentos, essa estrutura é “descoletivizada” e tende a fortalecer “a atomização e a reclusão para preocupações privadas” (Delamata 2004:14). Quando aparecem, os peronistas são, ora o obstáculo contra o qual os movimentos tiveram que lutar no início, ora, ao contrário, a estrutura que, pelo fato de encontrar-se em crise, permitiu a emergência de novas organizações de base. Em quaisquer dos casos o consenso é claro: o estar com os *peronistas* –diferente de estar com os *piqueteros*– é um estar não organizado; fazer parte dessas redes qualificadas de clientelistas é equivalente à ausência de rede.

## II. O galpão ocupado

O almoço que Matilde organizava no dia da *ocupação* era o primeiro de muitos almoços que aconteceriam no galpão ao longo das semanas seguintes. Nesse encontro inaugural, os filhos de José Luis, o moço do quiosque de Villa Salcedo<sup>16</sup>, que tinham ido a capital em busca dos formulários dos projetos para as bolsas dos jovens, chegaram pouco antes da hora de almoçar, provocando uma grande agitação: Vero e os adolescentes, as mães e outras mulheres do movimento, Claudia e Matilde, se sentaram ao redor da mesa. O filho mais velho de José Luis tirou o formulário da mochila e explicou que era só um, Porque nos disseram que para pedir bolsa é necessário entregar um só formulário, e não um por pessoa. Tem que colocar o nome do projeto e a quantidade de jovens.

É difícil?, perguntou Vero com a metade do corpo em cima da mesa, tentando ver aquela folha preciosa. Não, parece que não, respondeu o menino. Como foram tratados?,

---

<sup>15</sup> A *unidade de base* é a unidade mínima de organização do Partido Justicialista, que em geral tem um bairro designado como território de ação política.

<sup>16</sup> José Luis estava na reunião pelas bolsas previa à *ocupação*. Ver capítulo I, p. 32

perguntou Claudia. Bem, tudo bem, mas disseram que os projetos não são para meninos, que são somente para jovens de 18 a 25 anos. É preciso brigar por isso, interrompeu Claudia, porque em General Vega nós brigamos para conseguí-lo, e minha filha que tem 12 anos está fazendo a oficina de rádio. Resolvida, deu uma olhada no formulário e o guardou em sua bolsa, dizendo que em breve seria apresentado ao *governo*.

Desde o início, o governo aparecia como um terceiro ao qual as ações e a própria *ocupação* se dirigiam. Recordemos que na reunião do dia anterior em Villa Salcedo, Claudia tinha explicado que se *ocupação* se concretizasse, as bolsas sairiam “mais rápido”. A teoria nativa sobre a *ocupação* que então se constituiria gravitava numa relação intrínseca entre a ação de *ocupar* e a expectativa de obter, num futuro, as bolsas do *governo*<sup>17</sup>.

Ainda que frágeis e impregnados de dúvidas –sobre os projetos, sobre as bolsas, sobre um eventual despejo– esses primeiros dias foram criadores. A diversidade de pessoas –de vários *cabildos* do MTR, e de fora do movimento, como o moço do quiosque, seus filhos, Enrique, Zoila, Leticia<sup>18</sup>– que circulava por aquela esquina nos primeiros dias da *ocupação*, foram desaparecendo, e o galpão ficou sob responsabilidade de um pequeno grupo, dentro do qual se destacariam alguns adultos do movimento e seis adolescentes que formaram o que depois se chamaria *comissão*. A *comissão* seria batizada por um dos garotos com o nome de *Projeto Jovem*. Palavras acopladas a um futuro que dotava a *ocupação* de sentido; criando essas palavras, a *ocupação* criava realidades.

Embora a composição da comissão do *Projeto Jovem* tenha variado ao longo das semanas, Vero e sua irmã Sandra desempenharam um papel importante. De fato, meu contato com o resto dos meninos se deu em função de sua proximidade com estas duas Aguirre. Outro que participava tanto quanto elas era Esteban, com quem me encontrei na Avenida 1º de Abril, uma manhã em que ele estava *procurando emprego*. Pelo jornal?, perguntei. Não, um amigo me avisou que estavam precisando de um rapaz no posto de gasolina do cemitério. E aí?, voltei a perguntar. Por enquanto nada, tive que preencher um formulário e disseram que de repente me chamam semana que vem.

Esteban me disse que precisava trabalhar, Porque só o plano não é suficiente, não dá. Ele tinha conseguido o plano depois de estar como *voluntário* durante 7 meses no MTR: O

---

<sup>17</sup> Nas ocupações de terra a ação também está orientada a um terceiro e à expectativa de obter algo dele. Sigaud (2005) mostra de que maneira as ocupações estão orientadas à ação do governo –especificamente do INCRA–, e de que maneira a *forma acampamento* constitui hoje a forma apropriada –e reconhecida pelo próprio governo– de efetuar essas demandas.

<sup>18</sup> Todos eles tinham participado da reunião prévia à ocupação, ver Capítulo I.

plano saiu no nome do meu pai, porque eu era menor, me disse. Hoje Esteban tem 17anos e está há mais de 4 no movimento. Estive afastado um tempo, depois do que aconteceu em La Plata –disse referindo-se à ocupação de um ministério provincial que o MTR executou em 2001, pela qual um grupo de companheiros, incluindo Esteban, foram presos durante um mês: Caímos 59 homens, ficamos numa cela especial na delegacia, e 32 mulheres ficaram num pavilhão de presas comuns na prisão de mulheres de Varela. Pensei que por ter ido embora me deixariam sem plano, mas não. E agora estou de volta com a história das bolsas.

Assim como Esteban, não é pouco comum que os jovens menores de 16 anos recebam plano através de um adulto que conste oficialmente como beneficiário. Como sugeri anteriormente, os planos não só são uma política de Estado, mas também de família. O caso de Esteban, nos mostra que essa política não se restringe somente ao casal, mas também envolve outras relações, como a filiação (no caso de Esteban, seu pai era quem constava como destinatário do plano). São muito comuns, por exemplo, os acordos entre irmãos. Grisel, uma menina que também fez parte da *comissão* do galpão ocupado, vai fazer 16 anos. Sua irmã Paola, de 21, “trabalha e não quer saber dos piqueteros”. Grisel entrou no MTR como voluntária pedindo a sua irmã que se *inscrevesse* para receber o plano. Desde que saiu o plano, todo mês é Paola –a titular oficial– quem tem que ir ao banco receber os 150 pesos. Por essa tarefa recebe 10 pesos de sua irmã Grisel, quem por sua vez continua trabalhando no MTR, e fica com os 140 restantes.

A política dos planos pode envolver à família extensa, como no caso da Vero, que está esperando que aprovem seu plano<sup>19</sup>. Não é ela que está cadastrada nas listas do MTR, e sim Rubén, seu primo de 25 anos –filho de Sara, irmã de Matilde–, que fez o favor de emprestar seu nome. Mas Vero é a que realiza as atividades que lhe correspondem como *voluntária* do movimento: *marchar* e cumprir as duas horas diárias de trabalho.

Ter acompanhado o processo de *ocupação* do galpão e especificamente a participação da Vero e seus amigos, me permitiu, entre outras coisas, compartilhar fragmentos da vida de alguns jovens de Villa Margarita, Las Canillas e Villa Salcedo. Vivenciar parte de seu dia-a-dia, reconhecer suas perspectivas de futuro. Um futuro que incluía terminar a escola, procurar emprego, fazer uns bicos, obter uma bolsa, e receber –antecipadamente– um plano.

---

<sup>19</sup> No caso de Vero seria um *plano sem cargas*. Este plano não comprometeria o de seus pais, já que Vero não é a única filha que consta como *carga familiar*. Obtendo seu plano, Vero deixaria de constar como *carga* de seus pais, ficando assim os outros seis filhos.

Esteban era quem ficava quase todas as noites de plantão no galpão, junto com alguns meninos da *comissão* e, em geral, um adulto que podia ser Juan ou Mirta, do *cabildo Mayo*. No entanto, os meninos tinham ficado sozinhos na noite anterior à manhã que, bem cedo, *apareceram os milicos*.

Estávamos só os menores, quatro meninos e eu, dizia Vero umas horas mais tarde às mulheres que estavam no pátio em *Mayo*. Mas como assim, o que aconteceu?, perguntou Mirta preocupada, questionando a tranquilidade da Vero, que contava impávida o episódio. Nada –respondeu–, me separaram, por ser mulher, e os meninos foram revistados. Parece que a vizinha avisou que estávamos sozinhos, e pediu que fossemos revistados para ver se tínhamos alguma coisa. Os milicos disseram isso, acrescentou Vero enquanto dobrava a bandeira do MTR que tinha ido pegar no *cabildo* para levar ao galpão. E depois, foram embora?, voltou a perguntar Mirta impaciente. Um milico anotou os dados de um dos meninos. Mas depois disse que não tinha anotado nada, porque o outro milico disse que não era preciso, porque não tínhamos nada.

Fez-se um silêncio. Mirta exclamou indignada, Mas como assim? Não tinha ninguém da Segurança? Já não sabiam que ontem eu não podia ir? Mais tarde, ao saber do acontecido, Claudia mandou que a *comissão* do *Projeto Jovem* elaborasse uma ata para apresentar na *reunião de representantes* do MTR. Tinham que dizer que, com exceção de Mirta do *cabildo Mayo*, ninguém da *Segurança* tinha ficado para dormir no galpão. No dia seguinte, nessa reunião que aconteceu em Villa Salcedo, Mari e Mirta pediram a palavra: Aqui todos se dizem solidários, mas na verdade não existe solidariedade, disse Mari. Os meninos ficaram sós porque não veio adulto de nenhum *cabildo*. Esses dias só estivemos eu, Mirta, Roberto do *cabildo Bolívar*<sup>20</sup>, e Juan, do *cabildo Mayo*. A serenidade com que Mari se pronunciava tropeçou com a reação dos ali presentes: Ninguém nos avisou nada; No meu *cabildo* nada foi dito sobre o Projeto Jovem; Quando nós ocupamos Bolívar ninguém nos ajudou.

Depois dos primeiros dias da *ocupação*, além da *comissão dos meninos*, o grupo de adultos do MTR dedicados ao cuidado do galpão podia reduzir-se a essas quatro pessoas mencionadas pela Mari. A equipe contava, também, com a Claudia, que passava por lá à tarde, e com Matilde Aguirre, que trabalhava como os demais. A *ocupação*, que para todos eles tinha começado como um fato extraordinário, acabou transformando-se numa parte da vida cotidiana. Só em ocasiões específicas o galpão ganhava a efervescência originária. Era o caso das reuniões semanais organizadas pela Claudia para informar aos pais e filhos sobre o

---

<sup>20</sup> *Cabildo* de um bairro vizinho.



andamento da questão das bolsas. Essas reuniões juntavam a todos os Aguirre no galpão, a dezenas de meninos e de mães que chegavam perto da hora marcada dizendo, Venho para saber das bolsas, ou, Venho para inscrever meus filhos. Algumas, inclusive, já traziam a xerox do documento.

Uma semana após a *ocupação* foi convocada a primeira dessas reuniões. Como era de costume, decidi passar antes pela casa dos Aguirre. Esse dia as crianças estavam sob o cuidado de Sandra, enquanto Vero limpava a casa. Ao me ver chegar, os pequenos começaram com a animação de sempre. Vero veio até o pátio e deu uns gritos. Deu uma bronca na Gabi por estar bebendo chimarrão: Você não pode tomar mate quando tem algum adulto!, falou enquanto arrancava o recipiente das mãozinhas de sua irmã de 6 anos. Entrou levando o chimarrão, e voltou em poucos minutos com seu boné, um moletom amarrado na cintura e uma camiseta de futebol grande, pelo menos dois tamanhos maiores que o seu. Me fez um sinal com a cabeça, e fomos para o galpão.

Quando chegamos, vários meninos estavam na calçada e havia também um grupo de mães conversando. Juan também estava e ao me ver aparecer, com a mesma ansiedade e satisfação de quem mostra sua própria casa, me levou a percorrer o galpão, mostrando-me os avanços nos consertos e instalações.

Claudia estava atrasada, e isso fez com que Vero fosse a figura principal do encontro. Vero anunciou que a reunião começaria sem Claudia e chamou as pessoas –que no total seriam umas 60– para dentro. Primeiro venham os meninos fazer a inscrição, disse em voz alta a pequena adulta. Rodeada por Esteban, por Sandra e por outros três adolescentes da *comissão*, ela demorou uns 20 minutos para anotar nome, sobrenome e identidade de uma fila caótica que assediava a mesa. Então Vero dirigiu-se aos pais, informando que a *comissão* tinha apresentado “um projeto ao governo para pedir as bolsas”. Informou também que doações tinham sido feitas ao galpão e que o dono do mercadinho da esquina tinha proposto aos meninos que cortassem a grama do quarteirão, em troca de carne, verduras e legumes para o refeitório. Estamos dando almoço e um lanche à tarde, anunciou. Pedimos 50 centavos aos que fiquem para almoçar, para poder comprar a carne que falta. O movimento põe o resto dos alimentos.

Vero continuou dizendo, Também precisamos da colaboração de vocês, os adultos, porque são muito poucos para ficar cuidando do lugar. Precisamos que os meninos venham fazer plantão, e que os pais venham principalmente à noite, porque senão sempre ficam os mesmos. Juan levantou a mão dizendo que levava dias cuidando dos meninos, e que ninguém,

de nenhum *cabildo*, tinha se dignado a ir: Não se trata somente de inscrever os meninos e pronto, concluiu meio irritado. Digamos que –assim como na *reunião de representantes* do MTR– os ali presentes sentiram-se provocados: Eu vim hoje porque acabei de saber disto, disse uma mulher; No meu *cabildo* ninguém disse que precisavam de gente para cuidar do galpão, disse uma outra; De que *cabildos* estão falando?, perguntou uma terceira impaciente; Afinal o que é o movimento?

Essas vozes heterogêneas e distintas se misturavam. Da maneira que pôde, Vero esclareceu que estava falando do MTR, mas que o projeto não era do MTR e sim “dos meninos do bairro”. Juan se manifestou furioso, Por favor Vero –disse à filha–, que as coisas não se confundam. Isto é dos meninos, não é de nenhum movimento. Várias pessoas se queixavam, considerando as reclamações sem fundamento. Como se não bastasse, lá no fundo, uma mulher com a voz estridente gritou: Eu quero saber quem é responsável pelos meninos nisso tudo, porque você –disse apontando para Vero com dedo acusador– me conhece; nesses dias eu trouxe oito garotos e depois eles me disseram que tinha uma menina de 14 anos dizendo o que eles tinham que fazer. Então, minha pergunta é qual adulto se responsabiliza pelos meninos.

Cochichos podiam ser escutados –Claro, Isso, Exatamente– aprovando o que inquietava essa mulher com cabeleira cor de bergamota. A fúria de Juan chegou ao limite: Como assim, quem se responsabiliza?, disse em tom assustador. Há dias eu estou aqui encarregado dos meninos, dormindo nesse lugar, eu, minha mulher, esta senhora e este senhor! disse apontando para Mari, Mirta e Roberto. A cara de Juan tinha se transformado. Parecia que as veias do pescoço iam arrebentar. É muita cara de pau que venham dizer isto, quando não fizeram nada!!!, clamou já sem voz. Em menos de cinco segundos Juan tinha ficado totalmente afônico.

Em meio aos gritos se ouvia o choro estridente de um bebê. Enquanto isso as crianças corriam ao redor da roda dos adultos. Alguns brincavam, outros brigavam. Jimena, uma das filhas de Juan, puxava a camisa do seu pai, e berrando escandalosamente pedia um sorvete. Sua irmã mais nova, Gabi, estava tomando um suquinho que tinha comprado com 10 centavos achados no chão. Chupava o saquinho de plástico na cara de Jimena, que então chorava mais forte ainda. Esta sinfonia dissonante, da qual todos participavam à sua maneira, demorou a sossegar. Abatido, Juan se afastou da roda. Roxana, a mulher da voz estridente e cabelo bergamota, também. Vero tentava pôr ordem, pedindo às pessoas que falassem uma de cada vez. Num canto, Mari tentava acalmar a Roxana, que esfregava as lágrimas mostrando suas

mãos pequenas lotadas de anéis. Roxana pedia desculpas e explicava que não tinha se metido para complicar: Você me conhece –lhe disse à Mari–, eu estou encarregada de 24 garotos. Eu fiz de tudo por esses 24 meninos, tirei eles da droga, da rua, do roubo, e eu preciso saber se aqui tem algum adulto, mais nada. Eu dou tudo por vocês, você já sabe.

Fez então uma pausa e esfregou o nariz. Levantou a cabeça e olhou para Mari: Sabe quem fez as xerox do documento para eles virem para cá? Eu! –clamou com um ímpeto que parecia desarmá-la. Eu! –repetiu num pranto incontrolável que lhe inundava os olhos–, com meu plano de 150 pesos!

Conseguir tirar os meninos da rua era uma preocupação da Roxana; a mesma preocupação que Gloria tinha tido naquela primeira reunião pelas bolsas realizada no *cabildo* de Villa Salcedo; a mesma preocupação que tinham Amália e Cachito na organização dos campeonatos de futebol no Club Social y Deportivo Villa Margarita. Em outro momento eu disse que as situações vividas ao redor da *ocupação* me permitiram ter contato com o presente e o futuro dos jovens de Florencio Varela. *Estar na rua, estar na droga*, ou como costumam dizer as mães, andar *com más companhias*, também fazem parte do mundo dos possíveis. Assim como os *piqueteros*, *os garotos* são alvo de estigmatização social; são objeto de suspeita, a tal ponto que, como vimos, os *milicos* tinham aparecido no galpão por causa da denúncia de uma vizinha que, ao ver que os meninos estavam sós, presumiu que podiam “ter alguma coisa”.

Está tudo bem, dizia Mari a Roxana, dando palmadinhas em suas costas. Você vai ver que ainda vamos trabalhar juntas. Juan tinha se aproximado e consentia com a cabeça. Num tom amistoso, e com a voz que lhe restava, se dirigiu a Roxana: Olha, eu tenho 50 anos, e há 50 anos que estou lutando como sempre, então como a Mari diz, vamos lutar juntos. Ela o escutava, enquanto sua respiração ia acalmando. Fez-se um silêncio. Roxana disse que além do plano vendia artesanato que fabricava em sua casa com os meninos: Se vocês quiserem eu posso dar uma oficina aqui, ofereceu.

Sua presença na reunião não indicava somente preocupações compartilhadas em relação aos jovens. Indicava, uma vez mais, que a *ocupação* era capaz de convocar pessoas de fora do movimento; indicava também que muitas dessas pessoas tinham um conhecimento interpessoal prévio; e por último, indicava que a condição de possibilidade da *ocupação* passava por essas relações: os meninos da Roxana aumentavam a lista de aspirantes das

bolsas; Roxana se oferecia para dar um curso; Vero pedia a colaboração dos pais; os vizinhos faziam doações; o dono do mercadinho provia carne e verduras. A *ocupação* precisava de todos eles, não só para realizar-se e legitimar-se, como também para sustentar-se no tempo.

No capítulo I minha descrição da reunião que antecedeu à *ocupação* tendeu a enfatizar o fato de que pessoas com diversas procedências se aproximavam ao movimento em função de alguma coisa que ele parecia oferecer. Agora me interessa enfatizar que, no que diz respeito à obtenção das bolsas, essas pessoas não só dependiam do movimento, como o movimento dependia delas: só com um lugar próprio, com as oficinas funcionando, com extensas listas de inscritos, com uma mobilização que fizesse do centro cultural uma iniciativa dos “meninos do bairro” –talvez um projeto não político–, o MTR estaria em melhores condições de negociação com *o governo*. Basta um dia no galpão ocupado –assim como um dia na vida da família Aguirre- para mostrar que, longe de encontrar-se ‘fragmentadas’, as pessoas no mundo social estão indissolivelmente amarradas umas às outras.

Enquanto a reunião se dispersava, em volta da Vero se concentrava um grupo de mães com diversas consultas. Quando as aulas começarem, meus filhos poderão vir só nos fins de semana?, perguntou uma. Outra dizia que tinha um colchão para doar, Alguém teria que pegá-lo lá em casa. Outra perguntava se seus filhos podiam ir aos plantões só às tardes, Porque de manhã me ajudam na padaria. Com todos os papéis nas mãos, Vero ia respondendo uma a uma. Quando estava menos requisitada, lhe passei o recado que Gloria tinha me encomendado aquele dia, atrás no balcão da padaria: Vero, Gloria me pediu que eu dissesse que não ela foi avisada da reunião, e que tinha outro compromisso, por isso não pôde vir. Claro que sabe da reunião! Meu primo avisou, é uma mentirosa, disse Vero rindo de minha ingenuidade.

As pessoas tinham ido embora e o galpão voltava a se acalmar. Matilde se dispôs a preparar o chimarrão, enquanto Mari, Roberto e Mirta se sentaram em roda. Roxana também estava aí, falando das oficinas de trabalhos manuais: Eu trago material e dou os cursos. Vocês me armam 3 ou 4 grupos de 10 e fazemos as coisas. Depois os meninos saem para vender e com o dinheiro vocês compram mais material, explicava entusiasmada, enquanto movia suas mãos mínimas com um picolé de creme que ia derretendo, formando uma poça branca no chão. Você –continuou, dirigindo-se a Vero– não dê escolha; coloque-os em grupos e depois eu dou a cada um uma função, porque se você deixar que escolham, eu sei o que vai acontecer: dizem que não querem fazer nada. Fez uma pausa e continuou: Então ficamos

assim, se vocês quiserem eu dou os cursos. Agora: não me peçam outras coisas. Não vou aos piquetes. Aos piquetes não, eu sou uma dama, eu gosto de ficar na minha casa.

Mari e Matilde deram gargalhadas, e começaram a debochar dela. Até Juan –que tinha recuperado um pouco a voz, e tinha melhor semblante– conseguiu rir da cena.

Depois de passadas duas semanas da *ocupação*, uma tarde Claudia chegou ao galpão e reuniu os meninos da *comissão* ao redor da mesa. Vamos fazer uma marcha ao ministério – anunciou–, porque um companheiro que trabalha lá, nos disse que as bolsas existem, mas não querem nos dar. Os meninos escutavam atentos a essa especialista que, mais uma vez, revelava informação que marcava certo rumo aos acontecimentos. Temos que lutar por isso, vai ser uma marcha dos jovens, concluiu Claudia.

Foi na penúltima reunião do galpão que presenciei, que Vero anunciou a realização da *marcha* a pais e filhos: Não é obrigatória –disse– mas é importante que venham, principalmente os meninos e os jovens, porque é uma marcha do Projeto Jovem, para reclamar as bolsas. Lembro que nesse momento ninguém falou nada a respeito. No entanto, soube depois que a convocatória tinha gerado alguns incômodos. Era o caso de Milagros, prima de Vero, cuja continuidade no *Projeto Jovem* se encontrava agora comprometida. Milagros tem 17 anos, é a quarta filha dos cinco que tem Sara, a irmã da Matilde. Estava na lista pelas bolsas porque Vero tinha feito sua inscrição, e porque, segundo tinha me dito uma tarde, estava interessada nos cursos de computação. Eu perguntei à minha prima –dizia Milagros– se não tinha problema, porque eu não poderia fazer plantão no galpão, porque estou sempre aqui, atendendo na padaria, e ela disse que eu não me preocupasse.

A padaria onde Milagros trabalha funciona na parte da frente de sua casa, no mesmo quarteirão da casa dos Aguirre. Tem um grande forno para fazer doces confeitados, que Sara pôde comprar quando seu marido voltou a trabalhar na empresa metalúrgica da que tinha sido demitido. Sara tinha autorizado que Milagros participasse da primeira reunião pelas bolsas, porque Vero lhe havia garantido que os jovens não teriam que *marchar*. Mas agora as coisas pareciam ter mudado, e Milagros estava contrariada: Não sei o que vai acontecer agora com essa história da marcha, disse ela. Eu vou dizer a minha prima que me tire da lista, porque essa coisa de marchar eu não gosto, e minha mãe não quer saber de nada disso.

Olga<sup>21</sup> do *cabildo Mayo*, também decidiu tirar sua filha do *Projeto Jovem* quando soube da *marcha*. Estou cansada de ter obrigações, me disse quando a encontrei saindo do *cabildo*. Se ela fica na lista, vai ter que fazer plantão, ou vão me mandar de um lado para outro. Não, não, me deixem tranqüila. Acabou a história das bolsas.

Ainda assim, a *marcha* teve convocatória e mobilizou umas 150 pessoas. No dia seguinte, antes de ir à nova reunião no galpão ocupado, passei pela casa dos Aguirre. Curiosamente estava silenciosa: os pequenos tinham ido almoçar no refeitório da Escola 10, enquanto Vero, Sandra e Maxi estavam no galpão. Juan e Matilde, sentados à mesa da cozinha. Ele sem voz e com febre. Sua mulher lhe havia preparado uma comida a base de legumes, mas ele não quis nem provar. Tinha ido ao Hospital Materno de Varela, e apesar do repouso absoluto que lhe haviam indicado, Juan tinha continuado trabalhando nas atividades da ocupação, principalmente nas vigílias da noite.

Maxi passou pela *grade última geração*. Matilde tinha pedido a um dos meninos da *comissão* que ele voltasse: Não vê que seu pai está doente, e você está há três dias nesse galpão!, gritou Matilde. Maxi pediu para voltar para o lanche, e deu certeza que depois viria imediatamente. Que lanche é esse, não tem nada de lanche, você não está vendo que seu pai está mal?!, gritou Matilde ainda mais alto.

O ar estava denso. Juan fazia esforços para dar uma bronca no Maxi, mas sua voz era exígua. Somente quando perguntei como tinha sido a volta da *marcha* no dia anterior, vi que pelo menos parte do mal estar de Matilde e Juan tinha a ver com o *Projeto Jovem*. É uma vergonha, disse Juan. O que vão dizer aos meninos? Como dizer a todos os meninos que não tem bolsas? Como se tira essa desilusão?

Ficamos os três em silêncio, olhando lá para fora. Vi que a bomba de água estava ali, desmontada, encostada numa das paredes do pátio. Na falta de uma peça, uma parte estava recauchutada com um arame, e por isso o homem não tinha querido comprá-la. Matilde interrompeu nossa mudez: Além de tudo, Claudia não fez nada para Vero subir ao Ministério. Deixou que uma outra menina da comissão subisse, enquanto Vero tinha feito tudo. Tudo isso vai para o espaço: os meninos estavam no projeto por causa das bolsas. Juan reclamou do movimento: Sempre fazem a mesma coisa, falam e falam e depois não dá em nada. Tudo que fizemos, olha como está minha voz, minha filha Verônica o dia todo nesse galpão... Tudo isso para nada.

---

<sup>21</sup> Sobre Olga, ver Capítulo I, p.24 e ss; e Capítulo II p. 54.

E de novo o silêncio. A aflição de Matilde e Juan fazia da *ocupação* um verdadeiro fracasso. E mais uma vez, mostrava a lógica das obrigações recíprocas posta em jogo: eles consideravam que tinham se matado trabalhando, e agora o movimento não cumpria com o prometido; e como se não bastasse, tampouco reconhecia esse trabalho: Claudia não tinha escolhido Vero para fazer parte do grupo que subiu ao Ministério para falar com os funcionários. A angústia do casal Aguirre trazia de volta a angústia que tinha me assaltado durante a *marcha*, quando um dos garotos da *comissão* tinha se aproximado para falar comigo e disse: Agora que não tem mais nada das bolsas, não vai ficar ninguém. A mesma angústia que me causaram as palavras de Claudia, quando me explicava o que tinha sucedido no ministério, enquanto íamos com a coluna à Estação Constituição para voltar a Varela: Me disseram que não estavam dando bolsas individuais, e que nem tinham pensando em dar, que somente poderiam financiar projetos. Vamos ver o que acontece...

Claudia parecia cansada e, de fato, não tinha dormido de noite, De tanto nervoso não consegui pregar o olho, disse. Segundo me explicou, a funcionária que presidia a reunião tinha lhe dito: Vocês querem as bolsas, mas para quê? Eu não posso dar bolsas para que os meninos não façam nada. Posso subsidiar empreendimentos, cursos, projetos, mas não posso dar 75 pesos para cada menino para não fazerem nada. A funcionária também fazia parte da lógica em que as coisas são dadas se um esforço é concedido. Se as bolsas não eram planos, de alguma forma se assemelhavam: alguma contraprestação tinha que ser levada a cabo para que os recursos fossem liberados.

No dia seguinte, perto da hora que estava marcada a reunião no galpão para informar o ocorrido na *marcha*, vários meninos da *comissão* estavam servindo o lanche da tarde. O lugar estava cheio. Matilde chegou um pouco depois de mim, outra vez trazendo gordura para fazer tortilha na grelha dos fundos. Depois de um tempo, ouvimos o grito de Vero, anunciando a chegada de Claudia. As pessoas que estavam esperando na calçada entraram no galpão. As mães se ajeitaram em semicírculo.

Bom, disse Claudia elevando a voz, ontem marchamos ao ministério e falamos com as pessoas do Desenvolvimento Social. Eles disseram que não se encarregavam dos assuntos da juventude, e que tínhamos que falar com alguém do DINAJU<sup>22</sup>. Pedimos que o funcionário do DINAJU viesse até nós porque era perto, mas disseram que não, que o funcionário estava ocupado. Então nós marchamos até o DINAJU. Eu, uma mãe, e Jéssica da comissão, fomos

---

<sup>22</sup> Dirección Nacional de la Juventud.

recebidas no escritório, e nos disseram que o governo não estava dando bolsas, que não estão tendo uma política de bolsas, mas se propuseram a disponibilizar capacitadores para que os meninos aprendam a fazer projetos. Nós apresentamos esses projetos e eles nos subsidiaram os cursos.

Sentada numa das janelas, uma mulher do *cabildo Bolívar* tinha em suas mãos uma listinha com os nomes dos meninos cujas xerox devia retirar. Eram os vizinhos que ela mesma tinha *inscrito* para as bolsas. O que tinha acontecido na *marcha* já circulava, e nesse mesmo dia vários pais tinham ido ao galpão para pegar os papéis de seus filhos. Vero disse que tinha sido agredida: Os pais me disseram que o movimento andava mentindo, prometendo coisas. Um deles me disse que fazíamos seu filho trabalhar e que as bolsas não existiam. Então Claudia a interrompeu, dizendo que ela não tinha que ficar “chateada com os pais”: Cada vez que alguém venha pedir seus papéis, é para devolvê-los Vero, sem briga nem nada, não há por que ter má relação com o vizinho.

A mulher com lista na mão pediu a palavra: Eu quero saber porque disseram que tinham bolsas se o governo agora diz que não vai ter. Alguns murmúrios pareciam aprovar a inquietude desta senhora. Eu já tinha dito que haveria que armar projetos, eu disse na primeira reunião, respondeu Claudia, apelando, mais uma vez, a um saber que soava esotérico: Agora, por outro lado, eu sei que as bolsas existem, porque minha filha está na oficina de rádio em General Vega, e há uns dias me ligaram para dizer que receberia em março. As bolsas estão aí, só é preciso batalhar por elas.

Claudia continuou explicando que havia pensado num projeto para fazer molho de tomate, para que os adolescentes que quisessem trabalho já conseguissem uma grana. Acharmos que o movimento pode financiar o projeto no início, e com o empreendimento funcionando vai ser mais fácil que o governo nos dê o subsídio. Claudia falou também de colocar uma padaria em funcionamento; e de uma professora de inglês que tinham conseguido para ensinar; e de uma oficina de rádio que funcionaria no galpão com a assessoria “do pessoal de General Vega”. Então, estão abertos novos cursos, concluiu.

Percebi que suas palavras não olhavam para o passado e sim continuavam, apesar de tudo, enlaçadas ao futuro ao que, desde um início, a *ocupação* se orientava. E para minha surpresa, com exceção da mulher que tinha o papel na mão, as intervenções dos pais também seguiram esta lógica: Os meninos precisam continuar vindo fazer plantão?, perguntou uma mãe. Vamos continuar servindo o lanche da tarde?, perguntou Vero. Matilde perguntou pela oficina de artesanato que estaria sob o seu cuidado: Pode ser às quartas-feiras de tarde?



Os plantões continuariam, assim como as oficinas e as refeições, tranquilizou Claudia. Mencionou a possibilidade de pintar o galpão, pedindo uma doação a uma grande loja de tintas de Varela. Então uma mulher ofereceu pincéis que tinha em sua casa. Voltando o olhar para a mulher com o papel na mão, Claudia acrescentou, Nós continuaremos lutando para que saiam as bolsas, porque isto não é somente uma marcha e mais nada. Nós do movimento sabemos que nada se consegue com uma marcha só.

Enquanto os pais iam se dispersando, uns 15 meninos faziam fila para que Vero os *inscrevesse* nas oficinas de rádio e inglês. A lista passava a ter então 250 inscritos. Outros meninos da *comissão* estavam ali, ao redor da mesa, prestando atenção na Vero. As mesmas caras que eu tinha visto na *marcha* do dia anterior, agitando as bandeiras do movimento. Reparei que nenhum deles tinha comentado nada a respeito do que havia acontecido no Ministério. Pelas ruas do centro portenho, os meninos tinham rido muito, acima de tudo tinham se divertido. Essa *marcha* era deles, eles a comandavam, eles eram a cara visível da coluna. O resultado da reunião com os funcionários parecia ser secundário ao lado da *ocupação* desse galpão, de tudo que ali faziam.

É que mesmo quando o *governo* (e as futuras bolsas) pareciam estar sendo um terceiro ao que a ação se orientava, para alguns dos que estavam naquela última reunião, a *ocupação* havia adquirido sentido por si só. A *ocupação* tinha criado a vigilância, e a vigilância tinha criado os plantões, a limpeza, as refeições, os cursos. A *ocupação* tinha adquirido a forma dos *cabildos*, com seus almoços, seus controles, seus papéis, suas finanças. Uma forma que fazia do presente algo que parecia valer por si só. Nesse sentido, a *ocupação* era um ato de ‘ocupar’ no significado mais abrangente do termo: era ocupar fisicamente o local; mas era também estar ocupados. Estar fazendo coisas.

No capítulo anterior vimos que os filhos de La Polaca identificavam a participação no MTD com a obrigação de *marchar*, uma atividade que era vivida negativamente e evitada na medida do possível. Através de situações envolvidas com a *ocupação* do galpão, é possível perceber que o ato de *marchar* pode ser vivido de outras formas e com outros sentidos. Para Matilde uma *marcha* pode ser a oportunidade para encontrar-se com seu filho Adrián que mora na capital; para os meninos da *comissão*, uma *marcha* pode ser percorrer as ruas de Buenos Aires e poder *filar* cigarros de marca; para os filhos de Juan, uma *marcha* pode ser conhecer novos lugares e comer coisas diferentes.

As situações envolvidas na *ocupação* nos mostram, acima de tudo, que *estar com os piqueteros* pode significar fazer algo a mais do que *marchas*. Longe de ser um evento consagrado – e como pretende a bibliografia, instância enaltecida do “ser piquetero”<sup>23</sup> – o ato de *marchar* pode constituir, simplesmente, umas das tantas atividades envolvidas na participação de um movimento. Atividades que – se é que consegui transmitir ao leitor um pouco do astral que animava Juan, Vero, Matilde e outros, durante as semanas de *ocupação* – podem ser vividas com entusiasmo, ou simplesmente com paixão. Para essas pessoas, *estar com os piqueteros* é *marchar*, mas também é vigiar um galpão, montar um centro cultural, levar em frente um refeitório, formar uma cooperativa de moradia. Num mundo onde *trabalhar* é algo valorizado; onde ser chamado de *vagabundo* constitui numa das acusações mais esgrimidas, *estar com os piqueteros* pode ser estar ocupados.

Ao longo dessas páginas foi possível perceber que o vínculo que os Aguirre mantém com o MTR é bem mais estreito do que aquele que une os filhos de La Polaca ao MTD. No entanto, me interessa ressaltar que trata-se de um laço que pouco tem a ver como uma afinidade que poderíamos qualificar como ‘ideológica’. Digo isto porque seria errôneo ler meu contraponto como uma distinção entre piqueteros ‘engajados’ e piqueteros ‘desengajados’. Se voltarmos à maneira com que Juan narra sua aproximação ao movimento, vemos, uma vez mais, a importância de pensar essa aproximação como mais uma possibilidade de vida, e como uma possibilidade que adquire sentido ao ser posta em relação a essas outras: “a UGL já não estava mais dando planos”, tinha me dito Juan. Por outro lado, diferente de pessoas como Claudia – que está numa posição próxima à de um dirigente – não posso dizer que Matilde ou Juan assumiram alguma vez a voz do “movimento”. Do mesmo modo que Amália ou Diego, os Aguirre costumam referir-se ao movimento como um *eles – os piqueteros* – com os que *se está*. E a participação nele – assim como na vida – tem seus altos e baixos, suas certezas e suas dúvidas.

É certo, que no dia seguinte da *marcha* pelas bolsas Matilde se mostraria decepcionada, pensando que todo o esforço tinha sido em vão. Mas também é certo que, umas horas mais tarde, ao terminar a reunião no galpão, se aproximou à mesa para confirmar seu curso de trabalhos manuais. É certo que uns dias depois, ao desencanto de Juan pelo ocorrido na *marcha* acrescentaria-se seu desentendimento com Claudia: Claudia o mandaria embora do galpão por estar bebendo; Juan explodiria de raiva, juntaria todas as suas coisas e diria que suas filhas jamais pisariam naquele lugar. Mas também é certo que com o mesmo impulso

---

<sup>23</sup> Ver Introdução, p.6 e ss.

Juan tinha posto suas energias na *ocupação* –e em *Mayo*, e na cooperativa–; que a dúvida de Juan era –como sua crença– provisória, amarrada ao mundo vivido e aberta à transformação. É certo também que Vero, no dia que seguiu as ordens de seu pai, e ia indo embora do galpão, deixando seus papéis nas mãos do filho de Mirta, alegou em voz baixa, Mesmo assim eu vou voltar. E de fato voltou.

Meu último dia –assim como o primeiro– daquele verão em Varela era um arbitrário.

Até agora não houve notícias sobre as bolsas, e o galpão continua funcionando. Hoje é chamado de *cabildo*, o *cabildo dos meninos*. E segundo me disse Vero, agora *representante*, Nunca estive tão grande.

## Final

Uma das coisas que mais me surpreendeu quando cheguei a Florencio Varela foi a preeminência que a expectativa de receber um plano ocupava na forma em que meus interlocutores falavam sobre a sua aproximação a uma organização piquetera. Talvez tenha sido assim porque eu estava encharcada de uma literatura que, quase invariavelmente, tendia a clausurar essa questão incômoda. Nas páginas anteriores, Matilde e Juan podem ser vistos trabalhando conjuntamente em atividades do Movimento Teresa Rodríguez. Não obstante, alguma vez Vero me disse que sua mãe não *estava com os piqueteros*, que era seu pai quem *estava com os piqueteros*. Alguma vez também Gloria –filha de La Polaca– me corrigiu dizendo que Matilde não *era piquetera*: O piquetero é o Juan. As organizações apareciam a tal ponto associadas aos planos, que quem *estava com os piqueteros* era aquele que estava *inscrito* num movimento e recebia plano através dele.

*O plano dos piqueteros* –assim como o *plano da UGL*, como o *plano por um político*– se revelava como um universo de relações e de obrigações. *Inscrever-se* num movimento piquetero era entrar num certo sistema de compromissos, dos quais o ato de *marchar* parecia ser o mais proeminente. As *marchas* movem diversas emoções, são vividas de maneira diferente por cada pessoa, e por uma mesma pessoa em circunstâncias distintas: uma *marcha* pode instigar medo, vergonha, orgulho, satisfação. Mas em quaisquer dos casos, *marchar* é o que, pelo menos no início, é aceito como parte das regras do jogo: *marchar* faz parte das regras do jogo, deixar de *marchar* é sair desse jogo.

Quando nos perguntamos o que implica para as pessoas entrar e sair desse universo de relações –que é o que está em jogo– um campo plural se desdobra. Um campo insondável que revela a infertilidade de razões, sejam ‘materiais’, sejam ‘ideológicas’<sup>1</sup>. Ao longo deste trabalho sugiro que *marchar* pode representar o sustento de uma economia familiar, pode ser aquilo do que depende infinidade de relações interpessoais, aquilo que outorga valor a uma pessoa –como vizinho, como pai ou mãe, como companheiro, como militante. Também tento mostrar que, ao passo que as pessoas se referem aos movimentos como uma via de acesso ao

---

<sup>1</sup> Mencionei essa discussão entre ‘razão material’ e ‘razão ideológica’ na Introdução, ver nota 15.

plano, o estar num movimento não se esgota de forma alguma no plano, muito menos na atividade de *marchar*. Através dos Aguirre e de situações vividas ao redor da *ocupação* do galpão, é possível ver como as pessoas se envolvem em diversas atividades e relações associadas ao movimento; e como essas atividades e relações as envolvem: as bolsas não chegaram, mas a *ocupação* não voltava atrás, havia gerado demasiadas rotinas e significados. E por isso sugeri que *estar com os piqueteros* pode ser estar ocupado; pode ser o que dá sentido à vida.

O valor das obrigações envolvidas num movimento é o que pode levar uma pessoa a se preocupar por procurar um substituto quando não lhe é possível comparecer a uma *marcha*; a participar de atividades promovidas por aqueles aos quais sente-se agradecida; a distanciar-se ante uma expectativa não cumprida. E embora não seja exato dizer que o não cumprimento das expectativas é razão de distanciamento, sim podemos dizer que é esse o argumento usado para justificá-lo: Me prometeram um emprego e não deu em nada; Você sabe como me sacrifiquei, e tudo isso para que? Reciprocamente, uma nova expectativa, ou o cumprimento de uma espera passada, são razões usadas para justificar uma reaproximação –Agora estou de novo com esse negócio das bolsas; Voltei quando me deram o plano.

Esta lógica –que, como tentei mostrar, não é exclusiva do universo dos movimentos e sim constitui o princípio com que as pessoas avaliam e vivem outras atividades, como por exemplo *trabalhar para um político*– fala da temporalidade que atravessa essas relações, e fala também do vocabulário específico com que elas são percebidas. Junto à linguagem dos planos, os bairros periféricos de Florencio Varela compartilham uma linguagem associada ao *dar*. Uma linguagem que inclui a *promessa, a espera, a ajuda, o oferecimento, a obrigação*. Este trabalho me permitiu distinguir esse vocabulário, mas a partir daí se abrem questões a serem exploradas. Uma delas é a dinâmica em que esses termos são acionados: para quem e em que circunstâncias o *dar* aparece sob uma forma livre e desinteressada; para quem e em que circunstâncias aparece, por sua vez, sob a forma de obrigações explícitas dentro de uma relação de deveres e direitos abertamente formalizados. Em quais contextos o que se *dá* e o que se recebe é pensado como *ajuda*; em quais é pensado como *obrigação* de alguém e merecimento de outro.

No capítulo II mostrei que a relação entre a *marcha* e a *cesta básica* é abertamente explicitada nas listas que mensalmente são expostas no *cabildo Mayo*; em discussões públicas como a diferença que deve haver entre *cesta básica pequena* e *cesta básica grande*; em assembleias onde são tomadas essas decisões. Ao mesmo tempo indiquei que o vínculo direto

entre esses recursos e as *marchas* incomoda os dirigentes, para quem o problema é “ir além da cesta básica e do plano”; indiquei, também, que esse vínculo é velado através de termos como *voluntário*, aquele que *marcha sem plano*. Diria que essa preocupação não é exclusiva dos dirigentes: no *cabildo Mayo*, aquele que participa em tarefas que vão “além” das obrigações envolvidas no plano é reconhecido como um companheiro *solidário e trabalhador*. Tenho visto gente do MTR –como Olga, como Irala, que trabalham regularmente no *cabildo*– reclamar com seus *companheiros*, dizendo que o movimento “não é somente a cesta básica e o plano”, pedindo “compromisso e solidariedade”. Podemos lembrar de Juan em uma das reuniões do galpão ocupado, pedindo colaboração aos pais: Porque isto não se trata só de inscrever os meninos e pronto!

Em certas circunstâncias, então, a oposição entre o interessado e o desinteressado pode ser usada como argumento moral. O que seria o mesmo que dizer que a ‘razão material’ não é uma imputação completamente alheia a Florencio Varela. Como esses argumentos circulam, quais são seus efeitos, e em que contextos de situação a correspondência e o cálculo *marcha-cesta básica* ou *marcha-plano* deve permanecer implícita ou deve ser evidenciada, são questões a ser indagadas.

Sugeri que nessa relação de obrigações mútuas o movimento aparece não como um “mediador” entre o Estado e as pessoas, e sim como doador direto. Enquanto isso, a figura do Estado –ou em termos nativos, do *governo*– parece esfumar-se. Lembremos que quem tem o poder para dar altas e dar baixas nos planos é algo que permanece em dúvida. Não obstante, é importante realçar que esta observação não presume que o “mediador” seja uma noção intrinsecamente inadequada para pensar uma relação triangular entre população, movimentos e Estado. O que eu quero dizer –aqui e ao longo de toda a etnografia – é que, no que se refere a afirmações desse tipo, estamos obrigados a especificar o ponto de vista do qual estamos falando. Enquanto Claudia diz que “o governo vai dar bolsas”, seus interlocutores na reunião de Villa Salcedo e nas reuniões do galpão ocupado parecem viver esse recurso como uma possibilidade aberta pelo *movimento*. No momento em que as bolsas não aparecem Claudia responsabiliza o *governo* –As bolsas estavam disponíveis, não querem nos dar– e as pessoas responsabilizam o MTR: Eles disseram que as bolsas estavam disponíveis; Sempre falam, falam e depois nada; Eu quero saber por que disseram que as bolsas seriam dadas se agora não estão disponíveis; O movimento anda mentindo, prometendo coisas.

Ao longo deste trabalho tentei mostrar algumas situações que não só nos falam das decepções ante o que é vivido como uma promessa não cumprida, como também das contrariedades geradas pelo que cada um, em cada momento, está disposto a dar: dirigentes e companheiros do MTR reclamando a falta de participação; Olga tirando sua filha das listas das bolsas ao saber que teria que *marchar* –Estou cansada de ter obrigações, havia dito–; Gloria advertindo, À ocupação eu não vou; Roxana avisando: Não me peçam outras coisas, não irei aos piquetes; Amália questionando, Para que nos fazem marchar? As obrigações recíprocas que existem nessas relações não estão desprovidas de dissonâncias. Segundo Elias (1987:116), falar de relações e interdependência é falar de redes de tensões. E caberia indagar também o diferencial do poder envolvido nessas redes; cotidianamente existe um reconhecimento do *movimento* como autoridade. Podemos pensar que as obrigações não se dão entre partes simétricas, precisamente porque o *movimento* é vivido como aquele que *dá*. Dá recursos que são escassos, recursos que não são para todos.<sup>2</sup> Não me refiro só ao plano, à cesta básica ou às bolsas, como também a um posto na cooperativa, um lugar na fabrica têxtil, ou um posto diretivo na *administração* ou na *segurança*.

Meu desconforto originário com a sociologia dos movimentos –sociologia dos líderes– me levou por um caminho específico: estudar outras tramas que fazem as organizações piqueteras. Trata-se de tramas que constituem, simplesmente, mais uma perspectiva entre outras tantas. Florencio Varela me mostrou que essas perspectivas são diversas, se deslocam, se cruzam e muitas vezes se desencontram. A forma com que se percebe o *governo* e o *movimento* é um caso paradigmático. Mas também podemos pensar outros desencontros a serem explorados, como os sentidos dados à *luta*, à *mudança social* ou ao *trabalho*. Termos iguais que circulam de um lado para o outro, com significados heterogêneos que nos advertem sobre os perigos da ilusão de sinonímia. A observação é válida, também, para noções como *política*: enquanto uns a reivindicam positivamente, como o que permite ir “além” da cesta básica e do plano, outros a consideram negativamente –*estar com os piqueteros é fazer política, fazer confusão, estar na rua, marchar contra o governo*. Outros podem circunscrever a *política* a atividades partidárias, enquanto para outros, *estar com os piqueteros, como estar na política*, pode ser vivido como um trabalho –pensemos na experiência de Mirta, que *trabalhou para* os radicais, depois para os peronistas, e hoje está

<sup>2</sup> Borges (2004:48) chama a atenção sobre o papel da administração de bens construídos como abundantes e escassos ao mesmo tempo, na dinâmica da relação entre a população e os políticos num assentamento urbano na periferia de Brasília.

com os piqueteros, Agora este é o meu trabalho, disse uma vez, daqui não me tiram mais. Ou na experiência do Rulo, que trabalhou para os peronistas, para o sindicato dos municipais, e hoje está no MTR, Eu estou porque esta é a batalha em que estou, sempre estive em alguma e esta é a que eu tenho que viver agora. E finalmente, outros podem opor *estar com os piqueteros* a ter um *trabalho*; não me refiro somente aos que do lado de fora acusam os piqueteros de serem *vagabundos*, ou aos que –como La Polaca- opõem *marchar* a um *trabalho digno*. Me refiro, também, aos que do lado de dentro –como Ana, Enrique, e Matilde– vivem preocupados em *voltar a trabalhar*.

Também me surpreendeu em Florencio Varela a força de certas classificações sociológicas que se transformaram em parte da natureza das coisas. Meu trabalho de campo está marcado por essas suposições, implícitas em minhas próprias perguntas. Só para dar alguns exemplos, na Introdução pergunto a Nani e ao meu ‘informante de varanda’ em que movimento estavam, dando por certo que esse dado era significativo. No capítulo I, pergunto a Letícia há quanto tempo estava no movimento, pressupondo que pelo simples fato de estar numa reunião do MTR, Letícia “era do MTR”. Me surpreendo quando Gloria –que estava nessa reunião– diz trabalhar para Pereyra. Pergunto a Amália –capítulo II– que contraprestação lhe corresponde por receber o *plano da UGL*, pressupondo que, assim como seu marido, Amália também receberia o *plano da UGL*.

Durante a pesquisa, essas situações de campo me obrigaram a pensar sobre o objeto com o que estava trabalhando. Em algum momento pensei que minha unidade de análise era o bairro; um recorte territorial, no lugar de organizacional. No entanto, percebi que os autores que resgatavam o bairro como unidade sociológica, continuavam reproduzindo rupturas –entre partidos e movimentos, punteros e piqueteros, organizações de desempregados– que eu mesma via infrutíferas. Além do mais, falar de bairro pressupunha um contexto territorial prévio, um conjunto de fronteiras dentro das quais eu transitaria livremente, quando evidentemente meu trânsito por Villa Margarita não foi totalmente voluntário e deliberado. O circuito que meu trabalho de campo segue –e os capítulos da etnografia– foi configurando-se através das relações que as próprias pessoas tinham entre si. Nunca bati na porta do SUM, nunca bati na porta da UGL; cheguei a UGL através da Mabel, a quem cheguei através de Gloria, a quem cheguei através do Movimento Teresa Rodríguez. De modo que meu trânsito por espaços diferenciados fala do próprio trânsito dessas pessoas.



Seguindo Elias, pensei em figuração como um conceito capaz de dar conta da unidade que de fato me encontrava recortando. Figuração apareceu para mencionar aquilo que não tinha nome, que não eram pessoas, nem movimentos, nem bairros; que não era uma relação e sim uma trama de relações –sem uma única direção, e impossível de ser dissecada em níveis de hierarquia; aquilo que não era uma sociedade “fragmentada”, e sim interdependente.

Nessa rede, os vínculos familiares pareciam ocupar um papel específico nos caminhos transitados pelas pessoas para obter e conservar um plano; nas formas de acumular mais de um plano; na forma de combinar planos obtidos por vias diferentes; nas formas de conciliar esses planos com outras relações, atividades e recursos que também se administravam familiarmente, e que faziam das economias domésticas economias políticas. Além do mais, ao permitir-me inserir os planos em outras dimensões da vida, as relações familiares foram o que colocou os movimentos piqueteros como uma possibilidade que adquiria sentido em relação a outras. Seguindo o fio dessas relações pude mostrar as tramas através das quais as pessoas circulam de um lado para outro, desafiando contornos organizacionais.

Nesse contexto, a classificação nativa de *estar com piqueteros* resultava operativa em relação ao meu próprio ponto de vista analítico. Uma vez mais, vale dizer que minha recuperação dessa classificação não invalida a outra –*ser piquetero*– que de fato existe, mas sim adverte sobre a importância de levar em consideração o lugar e a situação da qual se enuncia. Cabe também advertir que em relação a essa classificação deixei em aberto uma pergunta do tipo por que: por que as pessoas referem a sua participação nos movimentos nesses termos, por que se trata de um *estar*, e de um estar com *outros*. Talvez seja possível *estar* precisamente porque as pessoas fazem outras coisas. Talvez os piqueteros sejam outros porque *piquetero* pode ser acionado como zombaria ou como ofensa: *vagabundo, bagunceiro, sem vergonha*. Ou talvez porque trabalhei com pessoas que não ocupam altas hierarquias –e como ocorre em toda organização (uma empresa, um organismo de governo), são as capas dirigentes as que costumam identificar-se e assumir a voz do nós. Mas essas são todas conjeturas. Certo é que aqui me limitei a chamar atenção sobre esse *estar com os piqueteros*, procurando apontar que, mais que em identidades, a vida das pessoas transcorre em identificações –circunstâncias, estados– que se deslizam; mais que uma unidade ou uma trajetória, isso que chamamos indivíduo parece ser uma multiplicidade de relações sempre

parciais<sup>3</sup>, que permitem alguém dizer, sem contradição, *sou peronista e estou com os piqueteros*; ou que permitem, também sem contradição, ir a um piquete e votar no PJ.

E, no entanto, volto a abrir a questão, dizendo que esses vínculos parciais são percebidos como distintos, e às vezes como discordantes. Os Aguirre tinham escrito uma carta a *Chiche* pedindo material para construir sua casa. Juan se esmerou na redação, mas havia sido Matilde –a que *não está com os piqueteros*– quem foi ao comício da candidata justicialista, entregá-la diretamente em mãos.

Talvez o presente trabalho tenha sido, simplesmente, um esforço para estabelecer um ponto de partida, e propor que inserir os movimentos piqueteros no movimento da vida, seja embarcar num universo sinuoso e díspar, que se recusa a ser estancado em dilemas pré-fabricados. Talvez por isso esse final seja um princípio.

---

<sup>3</sup> Elias (1990:31 e ss; 1987:117) aponta para esta direção quando ressalta que o indivíduo só existe e se constitui em múltiplas relações de interdependência. Strathern (1988:13 e ss) fala de *divíduo* –em oposição a *indivíduo*– para sugerir que as pessoas não são entidades primárias que *entram* em relação com ‘um fora’, e sim parcialidades que se constituem a cada e em cada momento, e por cada relação.

# Apêndice

## Lista de Siglas

JJDH: Plan Jefas y Jefes de Hogar Desocupados

MTD: Movimiento de Trabajadores Desocupados

MTR: Movimiento Teresa Rodríguez.

PEC: Plan de Empleo Comunitario

PJ: Partido Justicialista

SUM: Salón de Usos Múltiples

UGL: Unidad de Gestión Local

## Protagonistas, em ordem de aparição

ESTELA. Foi através dela que conheci Florencio Varela. Estela morava no bairro Alsina, com seu marido e seus 4 filhos. *Os piqueteros* tinham-lhe *oferecido* um *plano*, mas ela não havia aceitado.

JORGE. Marido de Estela, trabalhava no Banco Província, vendendo seguros. Reclamava do Pereyra por “trazer favelados de tudo quanto é parte”; desconfiava *dos piqueteros*, e se declarava “peronista até morrer”.

NANI. Naquele primeiro dia em Varela, eu e Estela batemos na porta de Nani. Nani se irritou quando eu insinuei que ela tinha alguma relação com *os piqueteros*. Depois disse que tinha ficado “20 dias com os piqueteros”, e ido embora, porque o trabalho na fábrica de costura que lhe haviam *prometido* não tinha resultado em nada. Nani foi a chave para chegar ao MTR. Calculo que tinha 60 anos.

SEBASTIÁN. Durante 20 minutos foi meu ‘informante de varanda’. Sei pouco sobre ele porque nunca mais voltei a vê-lo. Sou piquetero, me disse aquela vez.

OLGA. Foi uma das primeiras a receber-me no *cabildo Mayo* do MTR, onde estava há mais de dois anos. Foi ela também que me convidou à reunião “pelos planos para os jovens”. Olga tinha *inscrito* a sua filha de 21 anos para concorrer às bolsas, mas ao ser informada de que teria que fazer plantão no galpão ocupado, e ir a uma *marcha*, apagou o nome da lista. A última vez que fui a Varela, Olga era *representante* do *cabildo Mayo*.

ANA. Era muito presente no *cabildo Mayo*. Foi ela que percorreu o lugar comigo e me apresentou aos outros *companheiros* no primeiro dia. Ela também –junto com Olga– foi à reunião pelas bolsas. Ana beirava os 35 anos, morava em Villa Margarita com seu marido – quem também estava no MTR– e seus 5 filhos. Durante o tempo que eu estive em Varela, Ana estava procurando emprego, e aproveitou suas férias no movimento para trabalhar 15 dias em Mar del Plata, na casa de uma família que estava de veraneio por lá.

CLAUDIA. Presidia a reunião pelas bolsas para os jovens que se realizou no *cabildo* de Villa Salcedo, e foi ela quem organizou a *ocupação* do galpão. Claudia tinha 35 anos, uma filha de 12. Ela não era de Villa Margarita, senão de General Vega. No entanto, costumava circular por vários bairros de Varela, já que era uma espécie de dirigente do MTR. Claudia levava 7 anos no movimento. Quando entrou, trabalhava em um restaurante num município vizinho de Varela, e naquela ocasião já tinha um plano “pela prefeitura”. Eu me aproximei ao movimento por curiosidade, e bom, fui me envolvendo. Não sabia nada de política, não sabia que existia o desemprego, nada disso, eu achava que não trabalhava quem não queria, me disse Claudia uma tarde no galpão ocupado. Além das atividades do movimento, Claudia fazia faxinas, e todas as manhãs, às cinco e meia, saía para vender pão com sua bicicleta.

GLORIA. Conheci a Gloria na reunião pelas bolsas. Tinha 35 anos, dois filhos, morava em Villa Margarita, na casa da sua mãe, La Polaca. Além de atender na padaria da Polaca, Gloria trabalhava para Pereyra e era *manzanera*. A última vez que fui a Varela, ela tinha se mudado a um povoado da província de Buenos Aires, para morar com uns parentes.

JOSÉ LUIS. Também estava na reunião pelas bolsas para jovens. Tinha 50 anos, e um quiosque no bairro de Villa Salcedo, onde morava com seus dois filhos adolescentes. Fez algumas doações para o galpão nos primeiros dias da *ocupação*. Depois disso não voltei a vê-lo.

ENRIQUE. Também conheci Enrique na reunião pelas bolsas. Enrique dizia ser “diferente” do “pessoal do Mayo” porque para ele “mudança social” não era viver com 150 pesos. Enrique se aproximou ao MTR quando, depois de gastar a indenização que recebeu do seu antigo trabalho numa pizzaria, tinha ficado “sem um tostão”. Deixei de vê-lo quando conseguiu um novo trabalho, em outra pizzaria.

LETÍCIA. Estava na reunião pelas bolsas, e a vi várias outras vezes nas reuniões no galpão ocupado. Leticia tinha uns 30 anos e 7 filhos. Seu plano era *da UGL*. Quando a conheci me disse que estava preocupada porque ela e seu marido tinham o plano Jefas y Jefes, com a mesma *carga*. Uma vizinha lhe havia sugerido que *se inscrevesse com os piqueteros*, mas a idéia de *andar na rua* não lhe agradava.

ZOILA. Era vizinha e amiga de La Polaca e de sua família. A conheci na reunião pelas bolsas, e em outras oportunidades a encontrei no galpão ocupado, e também no SUM. Zoila tinha uma padaria na frente de sua casa. As vezes tomava conta dos filhos de Amália –filha de La Polaca– e de Teresa –nora de La Polaca.

LA POLACA. Era conhecida como a fundadora de Villa Margarita, e era associada ao prefeito Pereyra. Apesar de que tive oportunidade de conhecê-la nas últimas visitas que fiz a Varela, aqui deixei que aparecesse só através de terceiros, porque foi dessa forma furtiva e enigmática que ela permaneceu durante muito tempo.

MABEL. Mabel não aparece em uma situação específica no curso do meu relato. Era a representante da UGL pela Escola Nro 10 de Villa Margarita. Cheguei a ela através de Gloria. Nascida em La Plata, Mabel tinha se mudado para Villa Margarita na época em que estavam *ocupando terrenos*. Começou a “participar de coisas do bairro” ao integrar o grupo de pais que se mobilizou para exigir do governo da província a construção de uma escola em Villa Margarita. Como representante da UGL, sua principal atividade tinha sido, nos últimos dois anos, designar planos Jefas y Jefes, e organizar as contraprestações. As pessoas do MTR não simpatizavam com ela. Mabel me disse uma vez: Eu não estou contra os piqueteros, porque isso seria estar contra todo o bairro. O único que me chateia é que os dirigentes se aproveitem da necessidade das pessoas.

VERO AGUIRRE. A conheci através da *ocupação* do galpão, onde teve um lugar protagônico. Tinha 14 anos, freqüentava à escola –se vangloriava de nunca ter repetido o ano. Três vezes por semana tomava conta da filha da vizinha da frente; *marchava* no MTR. A última vez que a vi estava esperando receber plano do MTR, e era *representante* do *cabildo dos meninos*.

JUAN AGUIRRE. Tinha 50 anos, e há 18 morava em Varela. O conheci no dia da *ocupação* do galpão, quando ele vinha de ter feito uns bicos com sua carreta. Juan trabalhou como pedreiro na construção, já recebeu *plano da UGL*, e quando o conheci recebia *plano do MTR*. Durante muitos anos *trabalhou para* o PJ.

RULO. Caminhei muito com Rulo, quando ele me levava para reuniões do MTR, ou para conhecer os *cabildos*, ou, nos primeiros dias, para o galpão ocupado. Rulo costumava contar suas andanças na política –quando trabalhava para os *peronistas* e para o *sindicato*. Agora trabalhava na *Segurança* do movimento no *cabildo Mayo*, e além disso fazia bicos de pintura e alvenaria.

MIRTA. As primeiras semanas que passei em Varela, Mirta esteve dia e noite cuidando do galpão. Assim como Rulo, Mirta estava na *Segurança* do MTR. Levava dois anos e meio no movimento, tinha 41 anos e morava na Villa Margarita com seus seis filhos. Mirta tinha plano, e os três filhos mais velhos “marchavam pela cesta”.

TERESA. Conheci a Teresa na porta da casa da Gloria, sua cunhada. Teresa era a mulher do filho menor de La Polaca, tinha 24 anos e morava no Assentamento 7 de Novembro. Trabalhava no SUM como secretária do médico –emprego que havia conseguido através da Gloria, quem por sua vez o tinha conseguido por intermédio de La Polaca. Foram nessas tardes no SUM, acompanhando o seu trabalho, que se estabeleceu minha relação com ela.

AMÁLIA. Meus encontros com Amália, assim como com Teresa, foram principalmente no SUM, no horário de funcionamento do Seguro Público de Saúde, onde ela e seus filhos eram atendidos –com a credencial da Gloria, irmã da Amália. Amália tinha *plano dos piqueteros*. A última vez que a vi tinha voltado a trabalhar na padaria da sua mãe, porque haviam suspenso o *plano da UGL* do seu marido Cachito.

CACHITO. Também conheci o Cachito no Seguro Público de Saúde, por onde ele passava quando terminava os bicos na cervejaria Quilmes. Assim como Amália, Cachito tinha em torno de 30 anos.

CINTHIA e NAHUEL. Dois dos filhos de Amália e Cachito; costumavam estar no SUM acompanhando a sua mãe.

KEVIN. Filho de Teresa. Tinha 3 anos, e costumava ir com sua mãe ao Seguro Público de Saúde. Teresa queria que ele fosse ao jardim de infância, mas tinha medo que para isso ele tivesse que cortar o cabelo –Kevin tinha os cabelos cumpridos até os ombros.

DIEGO. Marido da Teresa, tinha 25 anos, fazia alguns bicos com eletricidade, construções de alvenaria, e também como distribuidor na cervejaria Quilmes. Várias vezes encontrei com ele no SUM. Diego recebia plano do MTD Aníbal Verón, onde tinha *se inscrito* junto com a sua irmã Amália. Naquele momento não estava *marchando*.

IRALA. Estava sempre no *cabildo Mayo*, onde morava com sua mulher, que também estava no movimento. Irala não era *representante* do *cabildo*, mas na prática era o encarregado de todas as tarefas de *Administração*. Controlava presença, preenchia as planilhas, transmitia comunicados, elaborava as listas das cestas básicas. Também costumava chamar atenção de seus companheiros pelo não cumprimento das horas de trabalho: Não digo os que estão

fazendo bicos, eu me aborreço com os que não vêm e não estão fazendo nada. Aqui vêm trabalhar menos da metade dos que teriam que vir, disse uma vez Irala, numa reunião de *cabildo*. Irala tinha 39 anos e 5 filhos. Tinha trabalhado numa fábrica de plásticos em Avellaneda, dois turnos, por 700 pesos. A fábrica tinha fechado, e ele ficou sem trabalho. Durante um tempo não procurou emprego, porque se o empregassem ia deixar de receber o fundo por demissão que lhe correspondia durante um ano: Estive um ano assim, vagando. Fazia uns bicos, mas poucos. Em 2001 a coisa se complicou. Um amigo tinha me dito que os piqueteros estavam dando planos. Eu na hora pensei que bastava ir a uma marcha para receber um plano e uma cesta, me disse Irala certa vez, rindo dele mesmo. E acrescentou: Mas nada é tão fácil assim.

SANDRA AGUIRRE. Participava da *comissão* de jovens encarregados do galpão ocupado junto com Vero. Tinha 13 anos e estava no último ano da escola primária. Uma vez me disse que não entendia para que seus irmãos menores tinham ido ao jardim de infância, se ela e Vero, as únicas que não tinham ido, eram também as únicas que nunca tinham repetido o ano. A última vez que fui a Varela Sandra estava *marchando* no MTR, e levava a cesta básica que lhe correspondia para sua avó Josefina, com quem então estava morando.

MATILDE AGUIRRE. Estava preparando o almoço no primeiro dia da *ocupação* do galpão. Matilde recebia *plano da UGL*, e como contraprestação freqüentava um curso de trabalhos manuais no SUM. Ela só começou a “respeitar um pouco esses piqueteros” quando saiu o plano do MTR para o seu marido. Matilde tinha 49 anos, e 10 filhos.

JOSEFINA. Neste trabalho ela somente foi mencionada. Josefina era a mãe da Matilde, tinha 75 anos. Nascida na Bolívia, tinha migrado para Jujuy (Argentina). Lá se casou e teve seus três filhos. A família mudou-se para Capital, e dali para Florencio Varela. Quando a conheci, Josefina recebia a pensão do seu marido, quem tinha direito a uma aposentadoria pelo seu trabalho num frigorífico de Villa Margarita. Morava no bairro Las Canillas, com dois filhos do primeiro casamento de Matilde. Nesse último tempo, Josefina tinha adoecido, e então Sandra –filha de Matilde e Juan– foi morar com ela para cuidá-la.

ADRIÁN. Os irmãos de Adrián contavam com entusiasmo que ele morava na Capital. Era o mais novo dos três filhos do primeiro casamento de Matilde. Tinha 25 anos, e segundo Matilde e Josefina, Adrián sempre “deu muito trabalho”, e “esteve em más companhias”.

MAXI AGUIRRE. Catava papelões e garrafas que Juan trazia na sua carreta. Tinha 11 anos, e também estava *marchando* no MTR.

MIGUEL AGUIRRE. Tinha 10 anos, e sempre que podia dava uma escapada de casa. Repetiu o ano algumas vezes, dizia que não gostava de ir à escola. Adorava ir ao galpão ocupado.

JIMENA AGUIRRE. Estava na segunda série primária –Mas teria que estar mais adiantada, me disse ela uma vez. No verão, Jimena ia às atividades recreativas da Escola 10. Pediu que eu lhe ensinasse matemática, e quando voltei em agosto, todos os dias me pedia para fazer seu dever de casa.

GABI AGUIRRE. Tinha ido ao jardim de infância, e ia começar a escola. Costumava ir ao galpão ocupado comigo e com Vero.

FERNANDITO AGUIRRE. Tinha 3 anos e se recusava ir ao jardim de infância. Quando o arrumavam para levá-lo, ele começava a chorar aos gritos. Ele gostava de brincar na sua casa, com o trem que Juan tinha montado com caxias da quitanda. Adorava sua bicicleta, que costumava ficar no alto. Juan só a descia nos dias que seu filho caçula se dignava ir à escola.

SARA. Irmã mais velha da Matilde. Passei várias tardes com ela compartilhando bate papos, mates e biscoitos da sua padaria. Sara tinha *trabalhado na política* e tinha sido *manzanera*. Quando a conheci era evangelizadora da Igreja Universal do Reino de Deus.

MARÍA. Filha da Sara, aqui foi somente mencionada. María tinha 24 anos, e três filhos. Morava num município vizinho –de onde era a família de seu marido- e tinha voltado a Florencio Varela quando soube que “estavam ocupando terrenos” no Assentamento 7 de Novembro. María tinha se *inscrito* no MTR, e tinha estado *marchando* durante algum tempo. Os piqueteros me decepcionaram, me prometeram plano e depois de meses marchando, quando o plano saiu, só durou um mês. Recebi um mês e não voltei a receber mais, me disse ela uma vez. A última vez que fui a Varela, María estava esperando um plano, *inscrita* nas listas de uma candidata do PJ, para quem estava *trabalhando*.

GRISEL. Participou da *comissão* de jovens do galpão ocupado. Grisel estava no MTR, e recebia plano *inscrita* através da sua irmã Paola, que era maior de 16 anos, e que “não queria saber de nada com os piqueteros”.

RUBÉN. Filho da Sara, calculo que devia ter uns 26 anos. Fazia uns bicos junto com seu cunhado –marido da María- numa empresa organizadora de eventos na Capital. Ele tinha feito o favor a sua prima Vero –filha de Matilde-, e constava oficialmente como beneficiário do plano que ela estava esperando através do MTR.

ESTEBAN. Fazia parte da *comissão* do *Projeto Jovem* junto com Vero. Tinha 17 anos, e estava no MTR, recebendo plano no nome do seu pai. Tinha se afastado do movimento ao ter sido preso em uma repressão policial. Na época em que eu cheguei em Varela ele tinha se reaproximado ao movimento quando soube das bolsas.

MARI. Trabalhou na *ocupação* do galpão dia e noite, com Mirta e com os Aguirre. Morava com seus seis filhos em Villa Margarita. Sua filha mais velha de 17 anos, e sua mãe, também recebiam plano do MTR. Mari gostava do seu trabalho na fábrica de costura do *cabildo Mayo*.

ROBERTO. Fazia parte do grupo de adultos dedicados na ocupação do galpão. Roberto teve uma participação muito mais importante da que lhe coube em meu relato. Calculo que teria uns 60 anos, e levava três no MTR.

ROXANA. A mulher da voz estridente que desencadeou uma crise numa das reuniões do galpão ocupado, ao perguntar quem era responsável pelos meninos. Roxana não era do movimento, tinha plano, e 24 meninos de rua sob seus cuidados. Ofereceu dar um curso de trabalhos manuais para o *Projeto Jovem*.

MILAGROS. Filha da Sara, tinha 17 anos, e estava terminando o segundo grau. Trabalhava na padaria da sua mãe. Tinha feito a *inscrição* na lista das bolsas porque sua prima (Vero) lhe avisou dos cursos de computação. Depois, ao saber que teria que *marchar*, desistiu. Nem ela nem Sara queriam saber de *marchar*.





## Referências Bibliográficas

ALMEYRA, G. 2004 *La protesta social en la Argentina (1990 – 2004)*. Peña Lillo, Ediciones Continente, Buenos Aires.

ANDRENACCI, L. (org.) 2002 *Cuestión social y política social en el Gran Buenos Aires*. Ed. Al Margen e Universidad de General Sarmiento, Buenos Aires.

ARISTAZÁBAL, Z. e I. IZAGUIRRE. 1988 *Las tomas de tierra en la zona sur del Gran Buenos Aires. Un ejercicio de formación del poder en el campo popular*. CEAL, Buenos Aires.

AUYERO, J. 2002a *La protesta. Retratos de la Beligerancia popular en la Argentina democrática*. Libros del Rojas, Buenos Aires.

\_\_\_\_\_ 2002b “La vida en un piquete. Biografía y protesta en el sur argentino”. *Revista Apuntes-CECyp Nro 18*, Buenos Aires. <http://www.apuntes-cecyp-org/N8-Auyero.htm>. 20 de Julho de 2005.

BORGES, A. 2004 *Tempo de Brasília: Etnografando lugares-eventos da política*. Relume Dumará, Rio de Janeiro.

COLECTIVO SITUACIONES. 2003 *Hipótesis 891. Más Allá de los Piquetes*. Ediciones de Mano en Mano, Buenos Aires.

COMBESSIE, J.C. 1989 *Au sud de Despeñaperros. Pour une économie politique du travail*. Ed. De la Maison des sciences de l’homme, Paris.

COMERFORD, J. C. 2003. *Como una familia: Sociabilidad, territorios de parentesco e sindicalismo rural*. Relume Dumará, Rio de Janeiro.

CRAVINO, C. 1998 “Los asentamientos del Gran Buenos Aires. Reivindicaciones y contradicciones”. Em: VV.AA. *Antropología Social y Política. Hegemonía y Poder: el mundo en movimiento*. EUDEBA, Buenos Aires.

CRAVINO, M. C. *et al* 2002 “Sociabilidad y micropolítica en un barrio bajo planes”. Em: Andrenacci, L. (org) *Cuestión social y política social en el Gran Buenos Aires*. Ed. Al Margen e Universidad de General Sarmiento, Buenos Aires.

CROSS, C e J. M. CATÓ. 2002 “Crisis de representación e identidades colectivas en los sectores populares. Acerca de las experiencias de las organizaciones piqueteras” Em: Battistini, O. (coord.) *La atmósfera incandescente. Escritos sobre la Argentina movilizada*. Asociación Trabajo y Sociedad, Buenos Aires.

DELAMATA, G. 2004 *Los Barrios Desbordados. Las organizaciones de desocupados del Gran Buenos Aires*. Libros del Rojas, Eudeba, Serie Extramuros 8.

ELIAS, N. 1987 *A sociedade de corte*. Editorial Estampa, Lisboa.

\_\_\_\_\_ 1990 *A Sociedade dos indivíduos*. Jorge Zahar Editor Ltda, Rio de Janeiro.

FARA, L. 1985 “Luchas reivindicativas en un contexto autoritario. Los asentamientos de San Francisco Solano”. Em: Jelín E. (comp.) *Los nuevos movimientos sociales*. CEAL, Buenos Aires.

FERNÁNDEZ, M. I. A. 2004 “Sentidos asociados al trabajo y procesos de construcción identitaria en torno a las ocupaciones y recuperaciones de fábricas de la Ciudad de Buenos Aires: un análisis a partir de un caso en particular” Em: Battistini, O. (comp.) *El trabajo frente al espejo*. Prometeo, Buenos Aires.

\_\_\_\_\_ 2005 “*Expropiar la fábrica, apropiarse del trabajo*. Procesos de construcción de demandas y formas de intervención del Estado en torno a las recuperaciones de fábricas en la Ciudad de Buenos Aires”. *mimeo*.

FERRAUDI, M. C. C. 2005 “‘Ni pobreza ni piqueteros’: el proyecto de las Unidades de Gestión Local en Varela, Gran Buenos Aires”. *mimeo*.

FREDERIC, S. 2003 *Buenos Vecinos, Malos Políticos. Moralidad, política y comunidad en Lomas de Zamora, Argentina*. Prometeo, Buenos Aires.

GRIMSON, A. 2003 “La vida organizacional en zonas populares de Buenos Aires”, The Center for Migration and Development, Workins Series Paper, Princeton University, CMD Working Paper \*03-15-e. <http://cmd.princeton.edu/papers/wp0315e.pdf>. 17 de Janeiro de 2005.

\_\_\_\_\_ 2004 “Piquetes en la ciénaga. Los bloqueos políticos de los cortes de ruta”. *El Rodaballo. Revista de política y Cultura*. Año X, Nro. 15, Inverno 2004, pp 9-13.

HEREDIA, B. 1996 “Política, Família, Comunidade”. Em: Palmeira, M. e M. Goldman (orgs): *Antropologia, Voto e Representação Política*. Contracapa, Rio de Janeiro.

INDEC (Instituto Nacional de Estadísticas y Censos) 2005 *Censo Nacional de Población, Hogares y Vivienda 2001*.

\_\_\_\_\_ 2003 ¿Qué es el Gran Buenos Aires?  
<http://www.indec.mecom.gov.ar>. 10 de Novembro 2005.

ISMÁN, R. 2004 *Los Piquetes de la Matanza. De la aparición del movimiento social a la construcción de la unidad popular*. Ediciones Nuevos Tiempos, Buenos Aires.

LENGUITA, P. 2002 “El poder del desempleo. Reflexiones críticas sobre la relevancia política del movimiento piquetero”. Em: Battistini, O. (coord.) *La atmósfera incandescente. Escritos sobre la Argentina movilizada*. Asociación Trabajo y Sociedad, Buenos Aires.

MALINOWSKI, B. 1930 “The problem of meaning in primitive languages”. In. Ogden, C. K. & Richards, I. A. *The meaning of meaning: a study of the influence of language upon thought and of the science of symbolism*. Kegan Paul, Trench, Trubner & Co. Ltd, London.

\_\_\_\_\_ 1935 *Coral gardens and their magic. A study of the methods of tilling the soil and of agricultural rites in the Trobriand Islands*. George Allen & Unwin Ltd, London.

MANZANO, V. 2004 “Tradiciones asociativas, políticas estatales y modalidades de acción colectiva: análisis de una organización piquetera”. *Intersecciones en Antropología*: 5 153-166. Facultad de Ciencias Sociales- UNCPBA.

MASSETI, A. 2004 *Piqueteros: protesta social e identidad colectiva*. Coedición Ed.de las ciencias-FLACSO.

MASSON, L. 1999 *Despolitizando la Política. Mujeres y Política Social en la Provincia de Buenos Aires*. MN/PPGAS/UFRJ, Dissertação de Mestrado.

MAUSS, M. 2003. “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. Em: *Sociologia e Antropologia*. Cosac & Naify, São Paulo.

MAZZEO, M. 2004 *Piqueteros: Notas para una tipología*. Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas, Manuel Suárez Editor.

MERKLEN, D. 1991 *Asentamientos en la Matanza. La terquedad de lo nuestro*. Catálogos, Buenos Aires.

MINISTERIO DE TRABAJO, EMPLEO Y SEGURIDAD SOCIAL. 2003 *Plan Jefas y Jefes de Hogar Desocupados*.

MORANO, C., LORENZETTI, A. e M. PARRA. 2002 “El Conurbano Bonaerense en la década de los 90”. Em: Andrenacci, L. (org) *Cuestión social y política social en el Gran Buenos Aires*. Ed. Al Margen y Universidad de General Sarmiento, Buenos Aires.

NEGRI, A. e G. COCCO, et al. 2003 *Diálogo sobre la globalización, la multitud y la experiencia argentina*. Editorial Paidós, Buenos Aires.

NEIBURG, F. 1998 *Los intelectuales y la invención del peronismo*. Alianza Editorial, Buenos Aires.

PALMEIRA, M. 1996 “Política, facções e Voto.” Em: Palmeira, M e M. Golman (orgs): *Antropologia, Voto e Representação Política*. Contracapa, Rio de Janeiro.

RAUBER, I. 2003 “Piquetes y piqueteros en la Argentina de la crisis. Cerrar el paso abriendo caminos” [www.rebellion.org/otromundo/irauber.pdf](http://www.rebellion.org/otromundo/irauber.pdf). 18 de outubro de 2005.

ROSA, M. C. 2003 *O engenho dos movimentos. Reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. IUPERJ, Tese de Doutorado.

SCAGLIA C. e M. WOODS. 2000 “Clientelismo y políticas sociales: el caso de Florencio Varela”. Em: Hintze, S. (org) *Estado y sociedad. La política social en los umbrales del siglo XXI*. Eudeba, Buenos Aires.

SIGAUD, L. 2000 “A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana”. *Novos Estudos CEBRAP*, Nro 48, Novembro 2000, pp 73-92.

\_\_\_\_\_ 2005 “As condições de possibilidade das ocupações de terra”. *Tempo Social*, Vol 17 nro 1, Junho de 2005, pp 255-280

STRATHERN, M. 1988. *The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia*. University of California Press, Berkeley.

SVAMPA, M. e S. PEREYRA 2004 *Entre la ruta y el barrio. La experiencia de las organizaciones piqueteras*. Biblos, Buenos Aires.

SVAMPA, M. 2004 “Relaciones peligrosas. Sobre las clases medias, gobierno peronista y movimientos piqueteros”. *El Rodaballo. Revista de política y Cultura*. Año X, nro. 15, Inverno 2004, pp 3-9.

WOODS, M. 1998/1999 “Redes clientelares en el conurbano bonaerense: usos del espacio y formas de estructuración del poder local”. *Cuadernos del INAPL*, Nro. 18, Buenos Aires.

## Jornais consultados

Clarín

La Nación

Página/12

Reporteros del Sur

Varela al Día